



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Roberto da Silva Ribeiro

**RELAÇÕES DE COMPADRIO EM POCINHOS NO FINAL DA PRIMEIRA
REPÚBLICA (1927-1930)**

Campina Grande

2023

Roberto da Silva Ribeiro

**RELAÇÕES DE COMPADRIO EM POCINHOS NO FINAL DA PRIMEIRA
REPÚBLICA (1927-1930)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack

Campina Grande

2023

R484r Ribeiro, Roberto da Silva.
 Relações de compadrio em Pocinhos no final da Primeira República
(1927-1930) / Roberto da Silva Ribeiro – Campina Grande, 2023.
 117 f. : il. color.

 Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.
 "Orientação: Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack."
 Referências.

 1. História - Primeira República - Paraíba. 2. História da Paraíba. 4.
Coronelismo. 5. Compadrio. I. Knack, Eduardo Roberto Jordão. II. Título.

CDU 94(813.3)(043)

Roberto da Silva Ribeiro

Relações de compadrio em Pocinhos no final Da Primeira República (1927-1930)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 29 de setembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO ROBERTO JORDAO KNACK
Data: 27/10/2023 10:33:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Eduardo Roberto Jordão Knack, Dr.
Orientador



Prof.a Marinalva Vila de Lima, Dr.a
Instituição Universidade Federal de Campina Grande



Prof.a Lidiane Elizabeth Friderichs, Dr.a
Universidade Estadual do Maranhão

Campina Grande, 2023

DEDICATÓRIA

À minha esposa Iracira da Costa Ribeiro.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço ao professor Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack por sua generosidade em aceitar a orientação deste trabalho que foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Também gostaria de estender meus agradecimentos à arquiteta e urbanista Maria Luiza da Costa Ribeiro por disponibilizar os mapas que enriqueceram o primeiro capítulo desta dissertação.

À engenheira de dados Ana Maria da Costa Ribeiro, meu sincero agradecimento por criar o programa usado na análise de redes, peça central no segundo capítulo deste trabalho. Sem o seu talento e dedicação, essa pesquisa não teria sido possível.

À mestranda Maria Clara da Costa Ribeiro, expressei minha gratidão por revisar as estatísticas presentes no segundo capítulo. Sua ajuda aprimorou significativamente a qualidade deste estudo.

Por fim, agradeço à engenheira Iracira José da Costa Ribeiro, professora do Instituto Federal da Paraíba, por sua contribuição na revisão e na formatação final do texto. Seu cuidado e atenção aos detalhes foram cruciais para garantir a apresentação impecável deste trabalho.

Todos vocês desempenharam um papel fundamental e significativo, e estou verdadeiramente grato pela sua colaboração e apoio ao longo deste processo. O sucesso desta dissertação deve-se, em grande parte, à generosidade e ao talento de cada um de vocês. Muito obrigado.

RESUMO

Neste trabalho serão apresentadas questões a respeito das relações de compadrio no então distrito de Pocinhos no período entre 1927 e 1930. Seu objetivo é compreender as relações entre compadrio e a estrutura social no final do período conhecido como Primeira República. Para isso foi usado o método da seriação aplicado aos registros de batismo da matriz paroquial que receberam, além da abordagem qualitativa, um tratamento quantitativo estatístico e de estruturação de redes sociais. Os resultados mostraram que, ao contrário do que previa a hipótese inicial, não há indícios de que uma parte significativa da população escolhesse como compadres pessoas influentes do ponto de vista político-econômico.

Palavras-chave: História da Paraíba; Coronelismo; Compadrio.

ABSTRACT

This work presents questions about the relationships between *compadres* in the district of Pocinhos during the period between 1927 and 1930. The aim is to understand the relationships between these individuals and the social structure at the end of the First Brazilian Republic. To achieve this, the study applied the serialization method to the baptism records of the local parish church. In addition to a qualitative approach, the data received statistical and quantitative treatment, as well as the structuring of social networks. Contrary to the initial hypothesis, the results did not provide evidence that a significant portion of the population chose influential individuals from a political-economic standpoint as their *compadres*.

Keywords: History of Paraíba; Coronelness; Compadreiness

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO I: SITUAÇÃO HISTÓRICA E REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1.	ESBOÇO HISTÓRICO	16
2.1.1.	A Primeira República na Paraíba	21
	2.1.1.1 Antecedentes	22
	2.1.1.2 Início e consolidação	23
	2.1.1.3 A Estabilização	25
	2.1.1.4 A crise do final e a “Revolução de 30”	26
	2.1.2 A Primeira República em Pocinhos	29
	2.1.2.1 Aspectos socioculturais	32
	2.1.2.2 A Igreja em Pocinhos	33
	2.1.2.3 Aspectos econômicos	37
2.2	CORONELISMO E COMPADRIO	38
	2.2.1 Compadrio	40
2.3	REDES SOCIAIS	43
2.4	A SERIAÇÃO	47
3	CAPÍTULO II	49
3.1	O CORPUS	50
	3.1.1 Descrição dos documentos	50

3.1.2	Os registros	58
3.2	O PROBLEMA DA IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES	63
3.3	ANÁLISE ESTATÍSTICA	66
3.3.1	Calculando a população de Pocinhos.....	68
3.3.2	Porcentagem de afilhados por par e padrinhos (homens)	70
3.4	ANÁLISE DE GRAFOS	71
3.4.1	José Alves do Nascimento.....	75
3.4.2	Padre João Coutinho	77
3.4.3	Evolução das estruturas.....	79
3.5	DISCUSSÕES	86
4	CAPÍTULO III: ANÁLISE NÃO QUANTITATIVA.....	89
4.1.1	O Padrinho Padre Cícero	90
4.1.2	Outros padrinhos Ilustres.....	90
	4.1. Os padrinhos anônimos	92
4.2	A PRESENÇA DE WALFREDO LEAL	93
4.3	OUTROS PADRES	95
4.4	REGISTROS DE BATISMO OCORRIDOS EM OUTRAS PARÓQUIAS ..	95
4.5	QUESTÕES FAMILIARES	96
4.5.2	Filhos ilegítimos.....	98
5	CONCLUSÃO	101
	FONTES E REFERÊNCIAS.....	109
	Fontes Primárias.....	109
	Referências	110

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, serão abordadas questões relativas às relações de compadrio no antigo distrito de Pocinhos, durante o período final da Primeira República, entre 1927 e 1930, durante o governo de Washington Luís e a chamada "Revolução de 30".

O período selecionado corresponde à fase final do sistema político denominado “Café com Leite”, que foi criado para estabilizar a República no começo do século XX. Esse período foi escolhido porque o país, em especial a Paraíba, vivenciava um momento de desintegração social e política, no qual a figura do “coronel” era a única forma de conexão entre o indivíduo e o Estado (Leal, 2012). Com a insegurança jurídica dominando o cenário, o compadrio passou a ser uma das poucas formas para que as pessoas mais pobres conseguissem estabelecer relações sociais fora de seu círculo familiar.

Foi estabelecido um recorte espacial dos batizados registrados como sendo os celebrados na igreja matriz, uma vez que o endereço dos batizantes, pais e padrinhos, não está declarado nos registros de batismo, mas pode-se deduzir que a família dos batizados não deveriam morar longe, uma vez que havia outras capelas na paróquia que atendiam comunidades mais distantes.

O objetivo desta dissertação é compreender as relações entre compadrio e a estrutura social do distrito no final do período conhecido como Primeira República. Também pretende explicar porque essas relações se estabelecem e como funcionaram na realidade local. É importante notar que os termos “padrinho”, “afilhado”, “apadrinhamento”, “compadre” e “compadrio” serão usados *stricto sensu*, isto é, como relações de “parentesco espiritual” estabelecidas estritamente pelo rito do batismo. Compreende-se que estes termos têm uma aplicação metafórica mais ampla (“apadrinhamento político”, “compadre de consideração”, etc.), porém, por questões metodológicas, tais relações não serão aqui analisadas.

Antes do século XXI, Pocinhos chamou muito pouca atenção do meio acadêmico. O primeiro trabalho científico a seu respeito parece ser o artigo “Dans le Nord-Est du Brésil : Les pionniers du Cariris dans la Borborema semi-aride” do geógrafo Gerard Prost (1967) seguido pelo artigo do mesmo autor “O Cariri Semi-Árido transformado pelo agave” (Prost, 1968) que é uma versão do anterior traduzida e levemente modificada. A partir daí é preciso esperar até a

década de 1980 quando Ivony Saraiva (1981) defende sua dissertação “Cooperativa de sisal sociedade anônima” no Mestrado em Economia Rural e Regional e Gilda Rodrigues (1983) apresenta sua comunicação “Camponesas no Cariri Paraibano” à ANPOCS. Depois disso, não houve mais interesse acadêmico pelo município até o fim do século XX quando a proliferação dos cursos superiores e de pós-graduação na região fazem aparecer diversos trabalhos em diferentes níveis. O primeiro deles é a dissertação de Plínio Victor (1995) “Ibiapina e os donos da Memória”. No século XXI os estudos se multiplicam, começando por trabalhos nas áreas de Ciências da Terra e Ciências Biológicas que apenas tangenciam os aspectos sociais, dos quais se destaca em 2003 o artigo “Mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal no agreste paraibano: municípios de Pocinhos e Puxinanã” (Ribeiro *et al*, 2003), voltado à cartografia, mas que dá valiosas informações para o estudo da distribuição das propriedades rurais no município. Oito anos depois, temos a dissertação de Paula Oliveira Adissi (2011) “Estado, mídia e criminalização do MST: um estudo a partir do caso de Pocinhos (PB)”. A partir daí, com a adoção de Trabalhos de Conclusão de Curso pela maioria dos programas de graduação e o estímulo à publicação discente, os trabalhos nas áreas de humanidades sobre Pocinhos se tornam mais comuns. Na área de História e Patrimônio, como exemplos dessa produção temos “A Feira de Pocinhos em sua diversidade: mudanças e resistências” de Sergio Ricardo Araújo Costa (2013); “Anos 60: os impactos na vida cotidiana dos pocinhenses com a chegada da sétima arte” (Barros; Silva, 2016), “Relação do cólera com a construção identitária da cidade de Pocinhos” de Guimarães e Santos (2020) e “Dinâmicas de produção do espaço em cidades de pequeno porte populacional - O caso de Pocinhos-PB” (Ribeiro, 2023). Entre as dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFCG temos “Atenção ouvintes! A difusora anuncia por seus alto-falantes notícias, músicas, diversão, memórias e história. É ‘a voz de Pocinhos’ que entra no ar, transforma e anima o cotidiano pocinhense (1951-2013)” de Clébia Geneva Lucena de Araújo (2016) e “Educador, Líder Político e Agente Eclesiástico: entre práticas, representações e trajetórias de Padre Galvão em Pocinhos-PB (1940-1965)” de Rafaela da Silva Castro Barros (2022). A bibliografia acadêmica sobre o período abordado nesse trabalho ou de redes de compadrio em Pocinhos não nos é conhecida.

No primeiro capítulo será feita uma contextualização do objeto de estudo com suas dimensões geográficas e históricas, apenas o necessário para localizar Pocinhos no espaço e caracterizar o momento histórico estudado, assim o contexto histórico será examinado em círculos concêntricos, a partir do geral para o local e dando-se mais ênfase neste último, ao

levar-se em conta que o leitor que não conhece a localidade e precisa ser mais informado dos acontecimentos regionais que os dos mais abrangentes, com os quais tem mais familiaridade. Também no primeiro capítulo se encontra a revisão bibliográfica focando principalmente a definição, ou, quando menos, a conceituação, dos termos a serem usados na dissertação. O estado da arte dos estudos a respeito do compadrio, estudos de redes sociais e do coronelismo será apresentado de forma breve, já que esta dissertação não se propõe a ser uma revisão sistemática do assunto, mas será suficiente para identificar a sua posição no campo teórico.

No segundo capítulo serão apresentados os resultados estatísticos da pesquisa. O uso de estatísticas e outras ferramentas matemáticas como auxílio para a análise de documentos históricos remontam já ao século XIX, em especial no campo da história econômica, tendo um dos seus pontos altos a história serial-quantitativa, como demonstra Barros (2012 a). Esta tendência considera as fontes históricas não como documentos únicos, mas como partes de uma série, isto é, uma cadeia de fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreendidas dentro de uma continuidade de tempo ou de espaço que permitem uma abordagem de conjunto através de procedimentos metodológicos que incluem “a quantificação, a análise tópica, a identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série” (Barros, 2012a, p. 205). Apesar de essa abordagem ter sido empregada apenas para dados demográficos e econômicos, podemos considerar os registros de batismo como uma série de documentos analisáveis sob estes mesmos critérios, mesmo que tenhamos como objetivo outros tipos de informação, já que a análise de séries objetivas entende não só oscilações e variações como as permanências. Não se pode ter a ilusão, porém, de que a análise qualitativa seja objetiva. Segundo Bachelard (1996), qualquer conhecimento imediato por via quantitativa é, em si, falseado e deve ser retificado. Para o autor, todo conhecimento imediato é por si subjetivo e seria enganoso pensar que o dado quantitativo escapa aos perigos do conhecimento qualitativo. A própria escolha das grandezas da matriz analisada é, em si, uma petição de princípios. Além disso, ainda para Bachelard (1996, p.269) o dado quantitativo “sempre é, sob certos aspectos, novo”, isto é, os dados numéricos exprimem relações diferentes a cada análise de um novo objeto quantificável, se é escolhida uma variável válida, e esta novidade do resultado precisa ser interpretado de maneira subjetiva.

O terceiro e último capítulo será dedicado aos resultados da seriação de natureza não estatística, o que é chamado, muitas vezes, de “estudo qualitativo”. Não usamos este termo

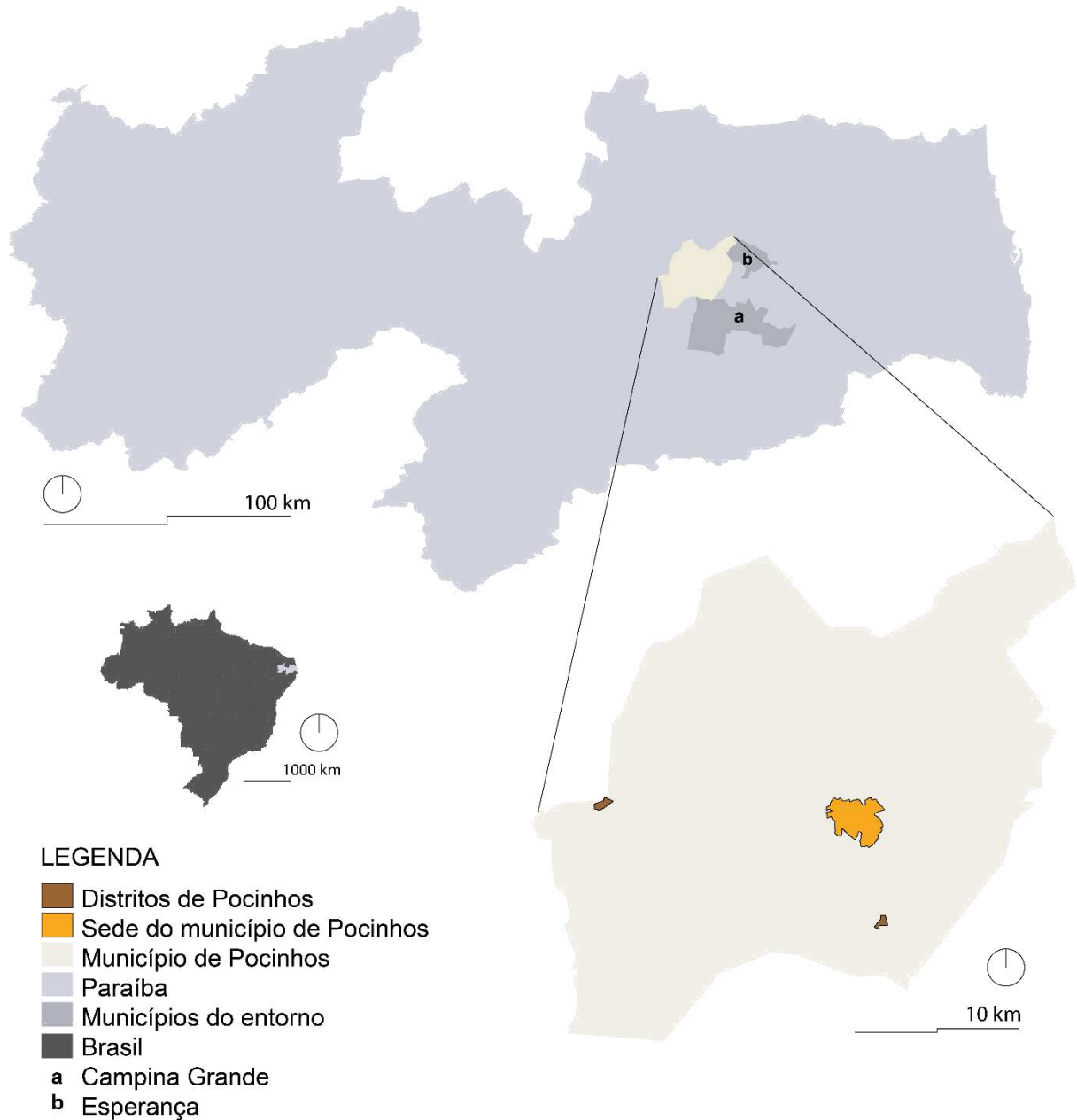
porque, entendemos, como diz Bachelard (1996, p.269), o próprio estudo estatístico é qualitativo, sem fugir do viés pessoal e teórico, como queriam os positivistas. Nesse último capítulo, portanto, serão estudados os dados relevantes que aparecem do estudo da seriação, mas em ocasiões pontuais ou até que poderiam ser tratadas estatisticamente em outro estudo.

Enfim, o objetivo desta dissertação é investigar as relações de compadrio em Pocinhos durante a Primeira República, com base na análise de documentos históricos e na aplicação do método da seriação. Pretendemos identificar a existência ou não de redes de compadrio na região, bem como suas possíveis implicações políticas, econômicas e sociais. A pesquisa busca, assim, contribuir para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais em uma comunidade específica durante um período histórico marcado por profundas transformações no Brasil.

CAPÍTULO I: SITUAÇÃO HISTÓRICA E REFERENCIAL TEÓRICO

Pocinhos é uma comunidade do “Cariri Histórico” (Silva, 2019, p. 14), atualmente com cerca de 17.500 habitantes (IBGE, 2023). O município de Pocinhos está localizado no Planalto da Borborema, na mesorregião do Curimataú Ocidental do estado da Paraíba a 134 km em linha reta da capital do estado (170 km em distância rodoviária) e a 32 km a noroeste de Campina Grande, com a qual mantém uma intensa atividade econômico-social. Sua altitude é 634 metros acima do nível do mar e seu clima é semiárido apresentado longos períodos de seca. O município, estando sobre o Lineamento Patos (Archanjo *et al.*, 2013) situa-se no *divortium aquarum* das três principais bacias da Paraíba. Em seu território está a nascente dos rios Mamanguape, Floriano (afluente do Paraíba) e numerosos cursos d’água que correm para a Bacia do Seridó, como o Santa Rosa, que nasce no centro da sede municipal. O município atualmente limita-se ao norte com Barra de Santa Rosa e Algodão de Jandaíra; ao sul com Boa Vista e Campina Grande; a leste com Esperança, Areal, Montadas e Puxinanã e a oeste com Olivedos e Soledade. Possui uma área de 628.084 de Km² o que corresponde a cerca de 1,12% do território do Estado.

Figura 1 - Localização geográfica do atual município de Pocinhos



Fonte: Maria Luiza da Costa Ribeiro (2023)

No período em foco, os quatro anos finais da Primeira República, o então distrito de Pocinhos, pertencia ao município de Campina Grande e abrangia os atuais municípios de Pocinhos, Puxinanã e Montadas, tendo cerca de 740 km². Eclesiasticamente, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Pocinhos, criada em 1907 incluía também os atuais municípios de Areal e Boa Vista, a abranger cerca de 1250 km² (Uchoa, 1964).

Figura 2 – Mapa aproximado de Pocinhos



Fonte: Maria Luiza da Costa Ribeiro (2023)

1.1. ESBOÇO HISTÓRICO

A região foi ocupada durante séculos por povos indígenas, que provavelmente subiam pelo Rio Mamanguape e se dirigiam ao riacho Floriano, para encontrar o Rio Paraíba em sua

nascente no atual município de Monteiro. Daí passavam ao Rio Moxotó que os guiava até o São Francisco. Essa rota ao longo dos leitos dos rios possibilitava uma conexão estratégica entre diferentes territórios e recursos naturais, desempenhando um papel significativo na movimentação e interação dessas comunidades indígenas ao longo do tempo.

No final do século XVIII, os primeiros não indígenas a chegarem à região foram os vaqueiros de Dionísio Gomes Pereira, provenientes de Alagoa Nova. Eles buscavam terras para a criação de gado, a fim de abastecer os engenhos localizados no Brejo Paraibano. É provável que tenham seguido o mesmo caminho trilhado pelos habitantes nativos com o auxílio de guias locais. Dois anos depois, Dionísio faleceu, deixando todos os seus bens para sua viúva, Bárbara Maria da Pobreza, então com trinta e quatro anos de idade. Em 23 de setembro de 1765, ela requereu a concessão da sesmaria do Olho d'Água do Bravo, onde está situada a sede municipal atualmente (Joffily, 1977, p. 9-10).

A fundação oficial da povoação aconteceu em 1815, quando José Ayres Leal, filho dos primeiros sesmeiros e “homem bom”, consegue autorização do bispo de Recife e Olinda para fundar uma capela (Câmara, 1947, p. 28-30). Com a sua morte, o poder local passa às mãos de seu sobrinho José Luiz Pereira da Costa e depois ao filho deste, Irineu Joffily. As posses da família Costa-Joffily se estendiam pelos atuais municípios de Esperança, Areial, Montadas e partes dos municípios de Alagoa Nova e Campina Grande (incluindo os atuais bairros da Prata, Bodocongó e o distrito de Jenipapo).

A família Alves Pequeno também era importante na região. No século XIX, suas propriedades abarcavam grande parte dos atuais municípios de Olivados, Soledade, Boa Vista e São João do Cariri, terras adquiridas como sesmaria pelo Sargento-Mor José Francisco Alves Pequeno e herdadas, em parte, por seu neto Padre Francisco Alves Pequeno, que residia no núcleo urbano de Pocinhos.

Tanto a família Costa-Joffily, quanto a família Alves Pequeno se filiavam ao Partido Liberal no Segundo Reinado, tendo passado ao Partido Republicano quando este foi fundado. Seus expoentes, Irineu Joffily e Padre Pequeno foram deputados provinciais simultaneamente durante boa parte do período final do Império, o que garantia a Pocinhos uma posição de destaque no cenário político local (Joffily, 1982).

Introduzido no círculo político local por seu sogro, Carlos Teixeira de Brito, como braço armado de ambas as famílias, estava Floripes José da Silva Coutinho (1862-1935), proprietário de grande parte do atual município de Puxinanã (fazenda Caxangá). No papel de lugar-tenente

participou da Batalha de Maris Pretos em 26 de dezembro de 1874 no contexto da revolta do Quebra Quilos (Souto Maior, 1978), do conflito na feira de Campina Grande em 17 de maio de 1889 (JOFFILY, 1977, p. 41), e da expulsão do Desembargador Trindade da mesa eleitoral em 13 de setembro do mesmo ano (Joffily, 1977, p. 43). Esta última ação garantiu que todos os votos do distrito fossem assinalados para o Partido Republicano.

Com a Proclamação da República, cujos aspectos não vamos discutir em sua complexidade, o Partido Conservador, se renomeia como “Partido Republicano Conservador da Paraíba” e emplaca como governador Venâncio Neiva, que passa a perseguir os republicanos históricos. Irineu Joffily, que tinha se eleito deputado geral para o Parlamento do Império na eleição ocorrida pouco antes, no dia 15 de novembro de 1889 se encontra a caminho do Rio de Janeiro para tomar posse e, diante das perseguições políticas aos republicanos históricos na Paraíba, tem que se asilar na então capital federal por quase um ano (Joffily, 1982). Em 1890, Irineu Joffily ensaiou uma aproximação com Lauritzen, mas que não foi em frente (Gurjão, 2000, p. 47)

A 28 de julho de 1916 faleceu o cônego Francisco Alves Pequeno, que desde o começo do período republicano havia se retirado da política e, como clérigo, não deixou filhos legítimos que pudessem herdar sua fortuna e prestígio.

Em Pocinhos, é nesse momento que os antigos senhores locais, que predominaram durante o Império, morrem e seus herdeiros se retiram, deixando Floripes Coutinho como o “mandão” local. Diz Nunes Leal que é comum acontecer do chefe municipal depois de haver consolidado a sua liderança, se tornar um absenteísta:

Só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República. O êxito nos negócios ou na profissão também pode contribuir para afastá-lo, embora conservando o chefe político do município: os lugares-tenentes, que ficam no interior, fazem-se então verdadeiros chefes locais, tributários do chefe maior que se ausentou (LEAL, 2012, p. 45).

Floripes tinha uma autoridade obscurecida pelo poder dos Joffily que continuaram muito influentes. No momento retratado pela nossa pesquisa, o filho mais velho, de Irineu Joffily, Irineu Joffily, chamado de o Moço, era deputado estadual da base de apoio de João Pessoa; seu segundo Filho, João Irineu Joffily era bispo, e o terceiro, Geraldo Irineu Joffily era juiz federal. Sua filha Marieta Joffily [Maria Joffily Bezerra], mãe do futuro deputado e historiador João

Joffily Bezerra, era casada com João Bezerra de Mello sendo a única da família a ainda residir em Pocinhos (Santana, 2012, p. 207). Assim, Floripes não podia projetar sua influência nem mesmo no nível municipal, que, segundo Gurjão (2020, p. 61) e Leal (2012) é a base do poder coronelístico. Porém, diz Nunes Leal (2012, p. 45) que “o absenteísmo é [...] uma situação cheia de riscos: quando o chefe ausente se indis põe com o governo, não são raras as defecções dos seus subordinados.” Porém isso só aconteceu em 1964, quando a terceira geração dos Coutinho vai se tornar independente dos Joffily, que se indis puserem com os militares. A autoridade direta da família Coutinho no período em foco se limitava às regiões do antigo distrito de Pocinhos que darão origem aos municípios de Puxinanã e Lagoa Seca, onde, ainda hoje, a família tem suas bases eleitorais. Segundo Josué Sylvestre (1982, p.147), a família Coutinho se tornou na década de 1940 a estirpe de maior influência nos distritos de Campina Grande. Graças à influência de José Joffily, Antônio Luiz Coutinho foi nomeado prefeito de Campina Grande em 1945 (Sylvestre, 1982, p. 149). A partir da década de 1960, criados os municípios de Lagoa Seca e Puxinanã, os herdeiros de Floripes Coutinho perderam quase toda sua influência na política do município de Pocinhos se dedicando às duas recém emancipadas comunas.

Assim, Floripes não é um “coronel¹” paraibano típico, tal como descreve José Octávio de Mello (2014), com total domínio de seu território e ampla influência no contexto estadual, tanto é que o autor, ao historiar o coronelismo paraibano na Primeira República, não o cita nenhuma vez em sua obra, mesmo de passagem. Floripes Coutinho, durante sua vida, era chamado de “tenente”, patente que obtivera da antiga Guarda Nacional ainda no período monárquico. Ele só é citado como “coronel” por José Joffily (1979, p. 146) quando este escreve suas memórias sobre a Revolução de 1930.

Floripes Coutinho no período em questão (1927 a 1930) era um sexagenário caminhando para os setenta anos. Para a época, era um idoso com capacidade bastante restrita e seus filhos já haviam assumido grande parte do seu papel político. No seu necrológio, em 1935, Hortêncio de Souza Ribeiro (1979, p. 97-98) escreve:

Com uma vocação irresistível para o ostracismo, [...], há mais de 20 anos que Floripes Coutinho não sabia o que era sombra de poder, conquanto político

¹ Seguindo o exemplo de Victor Nunes Leal (2012), usaremos “coronel” entre aspas quando se referir ao mandão local para diferenciá-lo do coronel como patente militar.

militante, e com decidida influência em dois distritos importantes de Campina Grande, fosse ele o chefe acatado de uma família que conta em seu seio expressões de inteligência, sentimento e caráter.

De seus quatro filhos, João Coutinho se ordenou padre, Antônio Coutinho formou-se em medicina e Carlos Coutinho tornou-se advogado. Como era tradicional, o filho Zoroastro Coutinho permaneceu para suceder o pai no comando das terras. Também militava na política seu genro, Genaro Cavalcante, marido de Alzira Coutinho, que era professora primária. Este esquema de simbiose dos “coronéis” terratenentes, padres, funcionários públicos e “doutores” é indicada por Nunes Leal (2012) como um mecanismo comum do coronelismo e o fato de todos os papéis aparecerem na mesma família não era algo incomum.

A Economia da região era dominada pelos Alves-Pequeno e pelos Costa-Joffily, descendentes dos primeiros sesmeiros da região. A primeira família, porém, não tinha mais representação política desde a morte do Padre Pequeno no início da República, o qual não deixou sucessor nesta área. Os Joffily permaneciam muito influentes, mas se tornaram absenteístas. Seus “primos pobres”, os Costa estavam aliados do poder local. A família Coutinho, chefiada simbolicamente pelo seu patriarca, Floripes Coutinho, estava já na sua segunda geração. Segundo Josué Sylvestre (1982, p. 148) o mentor intelectual da família era o Padre João Coutinho, que mantinha uma correspondência assídua com os Joffily. Apenas dois filhos homens viviam na região, o padre e o fazendeiro Zoroastro Coutinho, ainda jovem. O médico Antônio Coutinho e o advogado Carlos Coutinho moravam em cidades maiores, onde exerciam suas profissões, visitando a região algumas vezes por ano, quando “prestavam serviços” à população local.

É importante ressaltar que a família Coutinho a que nos referimos não é o clã Ribeiro Coutinho da Zona da Mata, que, como aponta Leda Lewin (1993, p. 63), dominava politicamente aquela região, não há qualquer relação de parentesco entre as duas linhagens. Existe, de fato, uma margem para essa confusão, pois na área centralizada por Campina Grande existem as famílias Ribeiro e Coutinho, ambas dedicadas à política desde fins do século XIX, porém, na maior parte do tempo, elas estiveram em campos opostos (Sylvestre, 1982, p. 147), ou seja, os Ribeiro, os Coutinho e os Ribeiro Coutinho são três grupos familiares distintos, sem relação genealógica, apesar de se dedicarem à atividade partidária na Paraíba.

Nos anos em que se centra nossa pesquisa, Irineu Joffily, o Moço, era deputado estadual filiado à Aliança Liberal e um dos mais ardorosos defensores de João Pessoa, tendo se tornado, logo depois da “Revolução de 30”, interventor federal do Rio Grande do Norte e José Joffily Bezerra fazia sua estreia na política como cabo eleitoral da chapa Vargas/João Pessoa (Santana, 2012, p. 207f) e Dom João Irineu Joffily era arcebispo de Belém. Os Coutinho se filiavam, como os Joffily, à Aliança Liberal, partido chefiado a nível estadual pela oligarquia dos Pessoa Cavalcanti (Joffily, 1979, p. 146).

1.1.1. A Primeira República na Paraíba

A Primeira República, é o período entre os dois golpes militares que a delimitam: a “Proclamação da República” em 15 de novembro de 1889 e a chamada “Revolução de 30”, movimento que se encerra convencionalmente em 3 de outubro de 1930. Esse período foi particularmente importante para a história paraibana, como mostram os inúmeros estudos a seu respeito. Eliete de Queiroz Gurjão (2020, p. 35-133) aponta que o primeiro período republicano começa com a consolidação do poder oligárquico na Paraíba e termina com sua crise. Este ciclo oligárquico repete na Paraíba os acontecimentos que Nunes Leal (2012) indica para todo o país, uma descentralização do poder com o fim da monarquia, um período de equilíbrio instável em que as elites locais são o sustentáculo do poder nacional, cujo ápice é a política do “Café com Leite” e, finalmente, a crise representada pela quebra desse ajuste durante o governo de Washington Luiz. Na Paraíba, o auge do equilíbrio das oligarquias se dá durante a presidência de Epitácio Pessoa e a sua crise acontece com João Pessoa no governo estadual, o que levará à “Guerra de Princesa” e o posterior assassinato do próprio João Pessoa, que serviu de pretexto para que Getúlio Vargas liderasse o golpe de estado que levou ao fim da Primeira República.

O período em foco se caracteriza por sua instabilidade social, quando a proteção estatal aos cidadãos no Brasil se encontrava debilitada e o tecido social era esgarçado pelas revoltas constantes, pelo personalismo político e pelas relações de violência. Em tal contexto o compadrio se estabelecia como uma das relações sociais eletivas mais estáveis. Como diz Luiz Roberto Lopez (1994), a Primeira República é um regime representativo em que a representação não se baseia no eleitor, mas na figura do “coronel”. A primeira fase do regime republicano se caracterizou por uma forte influência dos chefes locais, os chamados “coronéis” e pela presença de forças paramilitares privadas (jagunços e cangaceiros), os quais, na Paraíba (como em outros

lugares) levaram a um quadro de instabilidade política e social em que a busca de uma rede de apoio entre particulares era essencial à própria sobrevivência física. As fomes causadas pelas secas agravavam essa situação.

2.1.1.1 Antecedentes

Desde o período colonial, havia no Nordeste brasileiro uma clara distinção entre o litoral açucareiro e o interior pecuarista que se repetia na Paraíba. Além dos proprietários rurais, as elites econômicas locais eram representadas por comerciantes urbanos que, geralmente, se opunham àqueles, a gerar atritos como a “Revolta dos Mascates” em Pernambuco. Essa disputa havia sido causada não só por questões políticas, mas, principalmente econômicas. Durante muito tempo, a economia paraibana havia se baseado na produção de açúcar, sendo a atividade da criação de gado no interior ancilar. A carne produzida no semiárido era destinada a alimentar a mão-de-obra empregada nos canaviais, e era totalmente dependente da demanda dos engenhos. Assim, o poder dos pecuaristas não poderia se impor além de suas comarcas e o poder provincial estava nas mãos dos senhores de engenho e, depois, dos usineiros. Entretanto, durante o século XIX o cultivo do algodão foi paulatinamente ganhando importância na Paraíba e, durante a Guerra Civil nos EUA, o produto ganhou uma grande procura internacional e o cultivo chegou ao Brejo e ao Agreste. Em 1865 o algodão já liderava a pauta de exportações e, com a descoberta do açúcar de beterraba, a cana deixava de ser um produto de grande competitividade, especialmente com a abolição da escravatura. No fim do século XIX o algodão, que tem certa resistência à estiagem e é pouco exigente quanto ao solo, se espalha até o Sertão, onde havia a possibilidade de se conseguir trabalho gratuito de “meeiros”, “parceiros” e “moradores”. Estes fatores vão fortalecer os “coronéis” do interior até que eles suplantem os plantadores de cana do litoral no período em foco (Gurjão 2020, p.37-42). Os plantadores de cana do litoral por serem dependentes da escravidão, filiavam-se ao Partido Conservador, enquanto os pecuaristas e plantadores de algodão se juntavam ao Partido Liberal. Com o fim do regime servil em 1888, os conservadores deixaram de amparar a monarquia, sem, no entanto, apoiarem ativamente o regime republicano.

Para a maior parte da historiografia paraibana, a propaganda pró-república na Paraíba limitava-se quase que exclusivamente à Gazeta do Sertão, jornal surgido em 1888 de propriedade de Irineu Joffily e Francisco Retumba (Joffily, 1982). Porém, como aponta Jordan

Queiroz Gomes (2018, p.216) o jornal não chegou a “uma crítica mais ampla ao regime monárquico, posto que, ..., o seu proprietário pareceu acomodar a sua folha de acordo com as conveniências e situações políticas da época em que viveu”. Para o citado autor, o periódico “A Verdade” (1888-1892), publicado em Areia ilustrava melhor o pensamento republicano na Paraíba e seria mais enfático na defesa da causa republicana que a Gazeta do Sertão (Gomes, 2018, p. 221-226).

Somente em 1889, os pecuaristas do município de Campina Grande se dividiram entre os que permaneceram no Partido Liberal e os que ingressaram no novo Partido Republicano, porém, refletindo a situação nacional, não havia grandes conflitos entre o novo partido e o antigo (Rodrigues, 1993, p. 145). O maior efeito disso foi a eleição de Irineu Joffily como deputado geral em 19 de outubro do mesmo ano pelo novo partido.

2.1.1.2 Início e consolidação

Como testemunha Eugênio Toscano (1993, p. 126-127), a república foi friamente recebida na capital paraibana, onde os conservadores, liderados pelo Barão do Abiaí, e Venâncio Neiva, criaram um grupo que viria a formar o governo provisório no novo regime. Assim os adesistas logo tomam o poder no estado (Gomes, 2018, p.235). Esta junta de seis pessoas, sob a presidência do Coronel do exército Honorato Caldas, tomou posse do governo da Paraíba ao depor o então presidente Francisco Luiz da Gama Rosa. Ela governou até dois de dezembro quando, por ordem do governo da República, assumiu o Capitão João Claudino de Oliveira Cruz, que passou o governo dia 6 do mesmo mês a Venâncio Neiva, nomeado pelo governo provisório de Deodoro (Câmara, 1947, p.69).

Em Campina Grande, o até então monarquista Christiano Lauritzen assume a 20 de novembro o “governo provisório”, não só alijando os republicanos históricos do poder, como os perseguindo ativamente, o que incluiu o empastelamento da Gazeta do Sertão, de propriedade de Irineu Joffily em 2 de dezembro de 1890 (Joffily, 1982, p. 105-124).

Venâncio Neiva era um nome pouco conhecido na Paraíba e de reduzida autoridade, sua nomeação como governador provisório se dera por influência do seu irmão, o general Tude Neiva. Nomeou como seu secretário Epitácio Pessoa, membro da oligarquia de Umbuzeiro,

sobrinho do Barão de Lucena, que, nessa posição, trabalhou para destruir a influência de Abiaí, em um esforço para dar legitimidade a Neiva (Queiroz, 2018, p. 236-242).

Tal estado de coisas perdura até a ascensão de Floriano Peixoto em 1891. O Barão de Lucena, foi nomeado ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca e Eptácio Pessoa, seu sobrinho e então deputado federal, passou a ser o principal defensor do presidente na câmara (Queiroz, 2018, p.280). Com a renúncia de Deodoro e a posse de Floriano, este destituiu Venâncio Neiva em 21 de dezembro daquele ano e se nomeou como interventor o major Álvaro Machado. Na oposição, Neiva funda o Partido Autonomista, dando lugar à polarização entre alvaristas e venancistas que caracterizará a política paraibana nas duas décadas seguintes (Rodrigues, 1993, p. 146). Em Campina Grande, Lauritzen se mantém até 1895, quando ocorre o episódio conhecido como “Rasga-Vales”. Diante da inércia do governo federal então envolvido com a Revolta Federalista e a Revolta da Armada, Lauritzen e outros comerciantes de Campina Grande começaram a emitir papel-moeda privado chamado “vales” que passaram a ser o principal meio circulante na cidade. Com a vitória de Floriano Peixoto sobre as duas revoltas, Álvaro Machado vai procurar firmar sua liderança no estado e, para isso, usa a questão dos vales, mandando prender Christiano Lauritzen e outras lideranças venancistas (Ribeiro, 1979, p. 221-222).

O crime reinava na Paraíba onde os bandos de correrias² tomaram a forma de quadrilhas de cangaço. Não havia diferença visível entre policial e cangaceiro. Quando alguém subia ao poder, demitia os soldados que não lhe fossem fiéis e botava seus jagunços no lugar. Os demitidos iam-se pôr a serviço da oposição e viravam capangas ou cangaceiros até a situação se inverter. Fazer política nesse tempo era ter uma força armada e estar pronto para usá-la. Quando Eptácio Pessoa, apoiado pelo Rio, lançou João Tavares a presidente do estado em 1900, o que menos importou foram os votos. Em abril e maio, houve combates entre autonomistas (apoiados por Eptácio) e republicanos em Areia. As lutas se estenderam, sendo a mais violenta no Sítio Surrão, município de Campina Grande, onde homens do capitão Paulino

² Os “bandos de correrias” surgiram na Grande Seca de 1877 e eram grupos que se especializaram em atacar caravanas que levavam alimentos para o interior. Não se sabe bem de onde vem a expressão “correria”, mas provavelmente da ação rápida dos bandos ao atacar. O mais famoso desses grupos foi o de Ludgero, que teve uma formação mais permanente. Os outros grupos, terminada a Grande Seca, se dispersaram, enquanto o de Ludgero continuou agindo com características que já lembram o cangaço.

Carvalho sangraram quatorze cangaceiros já rendidos. Pouco depois, Capitão Paulino morreria emboscado. A 22 de outubro, enquanto o republicano Peregrino de Araújo tomava posse com apoio do governo em palácio, os candidatos do Partido Autonomista instalam a Assembleia Legislativa e empossam Antônio Massa, candidato à vice-presidência, na ausência de João Tavares, que ficara em Alagoa Nova. Houve escaramuças na capital dos quais saiu vitorioso o Partido Republicano. Foi instalada uma assembleia composta só de deputados do partido vencedor. O governo assim "eleito" inaugurou na Paraíba um regime de partido único, pois os autonomistas, diante do fracasso, dissolveram sua agremiação.

Dissolvido Partido Autonomista na "eleição" de 1900, sobrara só o Partido Republicano na Paraíba. Porém, com a condução de Álvaro Machado à presidência da agremiação, foram atraídos autonomistas (ex-conservadores). José Joffily pertencia à ala histórica do Partido Republicano, chefiada em Campina Grande por Afonso Campos e, a nível estadual, pelo Monsenhor Walfredo Leal, que se opunha à ala liderada por Epitácio e Lauritzen (Fernandes; Amorim, 2006, p. 240). No fim das contas, as duas facções estavam tão equilibradas que o grêmio passa a se chamar "Partido Republicano Conservador".

Com as posições consolidadas, Machado se torna senhor absoluto da política paraibana até próximo da sua morte em 1912, sendo substituído por Walfredo Leal na liderança do seu partido.

Monsenhor Walfredo Leal, braço direito de Álvaro Machado, havia sido vice-presidente do estado várias vezes desde o início da República e ocupara a presidência em muitas ocasiões desde 1893, principalmente entre 29 de outubro de 1905 a 22 de outubro de 1908, quando assumira o cargo de governador devido à renúncia de Machado para concorrer ao Senado Federal. Em 1908 foi, ele mesmo, eleito senador tendo se tornado aliado, em nível nacional, de Pinheiro Machado (Pinto, 1973, p. 113).

2.1.1.3 A Estabilização

Em 1912, Hermes da Fonseca inicia a "Política das Salvações", pela qual interveio em vários estados, destituindo governadores e colocando interventores militares em seus lugares, o que visava, entre outros objetivos, isolar os florianistas. Isto vinha enfraquecendo os alvaristas na Paraíba e favorecendo os venancistas em especial Epitácio Pessoa, que, graças a seu conceito

junto a Hermes da Fonseca. José Joaquim do Rego Barros, coronel do exército, apresentara sua candidatura contra os alvaristas pensando que seria apoiado por Hermes da Fonseca na esteira das “Salvações Nacionais”. Epitácio Pessoa, que havia se tornado herdeiro político de Venâncio Neiva e então já presidente do Supremo Tribunal Federal, intercedeu junto a Hermes da Fonseca para afastar Rego Barros visando construir uma candidatura de conciliação na Paraíba elegendo Castro Pinto como candidato de composição (Queiroz, 2018, p. 324). Walfredo Leal, novo chefe da facção alvarista e Epitácio Pessoa, herdeiro do venancismo, entram num acordo que envolve, principalmente, a distribuição de cargos e a composição de chapas eleitorais em dezembro de 1911 para a eleição que ocorreria no meio do ano seguinte no qual foi eleito Castro Pinto como candidato de conciliação (Pinto, 1973, p. 114). Esse equilíbrio muito instável durou apenas até janeiro de 1915, quando acontecem as novas eleições federais.

No fim de 1914 deu-se a cisão do Partido Republicano Conservador, chefiado pelo Mons. Walfredo Leal que vai praticamente desaparecer com a morte de Pinheiro Machado, seu líder nacional, em 1915. Epitácio Pessoa organizou o Partido Republicano. (Câmara, 1947, p. 106). As eleições são vencidas pelo partido de Epitácio Pessoa, que afasta de vez qualquer pretensão de Monsenhor Leal ao poder estadual. Epitácio elege os quatro governadores seguintes: Camilo de Holanda (1916-1920), Solon de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930) (Rodrigues, 1993, p. 147-149).

2.1.1.4 A crise do final e a “Revolução de 30”

As disputas entre o alvarismo e o venancismo (1889-1912) e entre o walfredismo e o epitacismo (1912-1930) representam disputas interoligárquicas limitadas à busca de poder dentro da do que Eliete Gurjão (2020, p.37) chama de “ordem burguesa”.

Como sobejamente mostram vários autores como José Joffily (1979), Linda Lewin (1993), José Octávio de Arruda Mello (2014) e Eliete de Queiroz Gurjão (2020), o equilíbrio de poder na Paraíba se deu pela divisão territorial do estado em várias zonas de influência, cada uma correspondendo a um grupo oligárquico local centrado em relações familiares. Tal divisão refletia, em nível estadual, a política do “Café com Leite” que predominava na esfera federal: cada uma das regiões dominada por um “coronel” elegia a seu turno um certo número de deputados, senadores e o governador formando uma “chapa” cuja eleição era garantida pelo voto de cabresto, pelo “bico de pena” e pelo mecanismo da “degola”.

Uma grande questão que se levantou com a produção de algodão foi a dos impostos estaduais. Uma vez que a Paraíba não possui um porto que suporte navios de grande calado, sempre dependeu do porto do Recife para escoar sua produção, especialmente depois do advento do navio a vapor. O antigo porto de Mamanguape foi assoreado, se tornando inútil e o porto de Cabedelo sempre serviu apenas para cabotagem, levando o açúcar da região para o Recife de onde era exportado. Com a cultura do algodão, os agricultores paraibanos preferiam negociar diretamente na capital pernambucana em vez de enviar o produto para a capital paraibana. Este fato fazia com que a cobrança de tributos estaduais na Paraíba fosse virtualmente impossível, sendo estes cobrados em Pernambuco, o que acarretava grandes prejuízos para o erário estadual (Almeida, 2012). Um caso especial era o do município de Princesa, cuja cotonicultura atingiu seu auge em 1925, justamente num período em que, por diversas razões, o resto do estado estava em crise (Gurjão, 2020, p.54-57). Tal situação fazia com que Princesa e seu “coronel”, José Pereira, se ressaltassem no cenário estadual. Porém, esse município faz divisa com Pernambuco e por aí escoava sua produção, gerando atritos com o governo da Paraíba.

Imposto como presidente do estado por seu tio Epitácio Pessoa, João Pessoa toma posse em 22 de outubro de 1928. Ele pretende impor-se aos “coronéis” do interior por uma série de medidas fiscais e administrativas. Já em 17 de novembro a Assembleia aprova a Lei fiscal 673 que limitava o comércio com outros estados. João Pessoa apoiando-se, num primeiro momento, nos usineiros do litoral liderados pelo ramo Pessoa de Queiroz, e nos comerciantes da capital do estado. Com o decorrer do tempo, os produtores de açúcar também se viram prejudicados pela política fiscal de João Pessoa e retiraram seu apoio (Gurjão, 2020, p. 110-120).

Desde a morte de seu pai, Christiano Lauritzen, em 1923, Ernani Lauritzen governava Campina Grande. Em 1928, porém, renuncia sob forte pressão e, em seu lugar, assume como prefeito José Ferreira de Mello. Forma-se na cidade o diretório do Partido Democrático, sob a chefia de Argemiro de Figueiredo que havia rompido com o Partido Republicano Conservador, os chamados perrepistas, e apoiando a Aliança Liberal de Pessoa e Vargas (Gurjão, 2000, 53-54). Durante o governo de João Pessoa, Irineu Joffily compôs, ao lado de Argemiro e Generino Maciel as bases do walfredismo (Fernandes; Amorim, 2006, 221-292).

Em 1929, Washington Luís rompe com a política do “Café com Leite” apoiando Júlio Prestes para a presidência da república. Os opositores reuniram-se para formar a Aliança Liberal, a qual adere João Pessoa. Em 29 de julho de 1929 o presidente da Paraíba envia o Telegrama do 'Nego' (palavra, que aliás não consta na mensagem) se recusando a apoiar Júlio Prestes para presidente tornando-se candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Internamente, João Pessoa repete Washington Luís e rompe com as alianças tradicionais indicando uma chapa completa com os nomes de sua preferência, ignorando seus aliados. José Pereira e o Partido Republicano da Paraíba, chefiado por João Suassuna se rebelam contra João Pessoa. O “coronel” Zé Pereira, em 23 de fevereiro 1930, um dia antes da eleição presidencial, com seus dois mil jagunços, tomou o poder em Princesa, Sant'Ana dos Garrotes, Piancó, Nova Olinda, Misericórdia (hoje Itaporanga) e Imaculada, tomando o telégrafo e as delegacias (Vidal, 1978). Sobre Campina Grande, diz Epaminondas Câmara (1947, p. 145) que "apesar das agitações políticas em todo o país, as eleições federais nesse dia ocorreram em perfeita ordem no município".

O objetivo da revolta em Princesa era provocar uma intervenção federal no estado, mas Washington Luís não obtém do Congresso autorização para tal e se limita a enviar reforços do exército e da marinha para a Paraíba (Morais, 2011, p. 185). A 15 de agosto aquartelou-se em Campina Grande uma companhia do 21º Batalhão de Caçadores (Câmara, 1947, p. 146).

João Pessoa é assassinado no Recife por João Dantas a 26 de julho de 1930 por motivos pessoais. O assassinato de João Pessoa vai servir de estopim para a chamada “Revolução de 30”, que dará fim à Primeira República (Gurjão, p.121-129). Assis Chateaubriand, umbuzeirense, como os Pessoa Cavalcanti, transforma a morte do presidente da Paraíba em um fato político. O corpo embalsamado em Recife foi velado na Paraíba e transportado de navio para o Rio de Janeiro onde seria sepultado. A revista “O Cruzeiro” apresentou as fotografias do cadáver em cinco páginas e o crime era manchete todos os dias nos Diários Associados de Chateaubriand. Ao chegar ao Rio, o enterro causou comoção na capital federal (Morais, 2011, p. 188-191).

Depois da morte de João Pessoa, em sua vaga assume o Álvaro Pereira de Carvalho. Os deputados do Partido Democrático desconfiavam do novo chefe e começaram a lhe fazer oposição ostensiva. Joffily proferia acusações quase diárias contra o novo presidente da Paraíba.

Estes discursos inflamados lhe valeram a antonomásia de "A Voz que Propaga Incêndios". Irineu Joffily é um dos apoiadores da mudança da bandeira e do nome da capital paraibana, que passa a se chamar João Pessoa no dia 4 de setembro. No dia 7 do mesmo mês é promulgada nova constituição estadual que só durou 6 dias. Em 3 de outubro acontece o golpe militar comandado por Getúlio Vargas, chefiado na Paraíba pelo General Agildo Barata Ribeiro. Vitorioso o movimento, José Américo de Almeida, chefe de polícia durante o governo João Pessoa, assume o governo do estado até o dia 11 de novembro, quando é nomeado ministro e então Antenor Navarro assume o executivo estadual.

2.1.2 A Primeira República em Pocinhos

Durante o período monárquico, Pocinhos tivera dois deputados provinciais, Irineu Joffily e Cônego Pequeno, ambos do Partido Liberal e Joffily tinha sido eleito deputado para o parlamento do Império que se instalaria em 1889, mas não chegou a tomar posse devido à Proclamação. Durante o período republicano, Joffily sofreu perseguições e ainda chegou a se candidatar ao Senado da República, mas sem sucesso. Cônego Pequeno, com o novo regime, se retirou totalmente da política.

Em 1890 se convocam as eleições para a assembleia constituinte. As novas leis eleitorais eram, sem dúvida, piores que as anteriores. Além de abolirem o voto distrital, davam fim também aos partidos nacionais, passando estes a serem estaduais. Assim, em vez de dois ou três partidos, o Brasil passava a ter dezenas de agremiações. Abolira-se a figura do votante e todo cidadão do sexo masculino, civil, maior de 21 anos seria eleitor desde que fosse alfabetizado, condição que excluía a maior parte da população. Em 15 de setembro se deram as eleições. Porém, não haviam sido emitidos títulos eleitorais e nem se sabia quantos seriam as pessoas aptas a sufragar. Assim, só votou quem era fiel a Deodoro, os opositoristas eram barrados à força na entrada das seções. Em Pocinhos, que tinha quase duzentos eleitores durante o Império, somente cinquenta títulos de eleitor foram expedidos, todos para governistas. O voto também não era secreto e os indecisos eram "convencidos" pelos capangas armados. Não havia horário programado para a eleição, terminando o sufrágio quando o presidente da mesa achava já haver votos suficientes para seu candidato. Floripes Coutinho ainda chegou a invadir Campina Grande a frente de uns vinte cavaleiros, mas nem isto conseguiu fazer Joffily ser eleito pelo novo sistema.

Doente, Joffily também desiste da vida partidária em 1893 e falece em fevereiro de 1902 (Joffily, 1982, 17), sua viúva e seus filhos ainda jovens se retiram para o litoral. Cônego Pequeno retirara-se da política e se mantém no ostracismo até que morre em julho de 1916, sem deixar sucessores.

Nesse clima, e com a morte de Irineu Joffily em 1902, a figura mais destacada em Pocinhos passou a ser o Coronel Floripes Coutinho, que tinha uma grande guarnição. Também o boa-vistense Salviano de Araújo Sampaio, dono do Sítio Caluete, sobressaía de igual forma, a ocupar várias vezes uma vaga no Conselho Municipal de Campina Grande, junto com Floripes Coutinho. A projeção de Salviano é positiva para Boa Vista, que, pela primeira vez em anos, vê um dos seus em um cargo político. Tal não se dá em Pocinhos com relação à Floripes, que não consegue se projetar além do nível municipal. Mesmo municipalmente, as coisas se tornaram difíceis para os pocinhenses quando, a partir de 1904, Cristiano Lauritzen, o Gringo, passa a ser prefeito nomeado de Campina. Ocupará este cargo por dezenove anos seguidos, dando origem ao mote "tudo passa e o Gringo fica".

O herdeiro de Irineu Joffily no comando político de Pocinhos seria seu filho mais velho, José Irineu Joffily, que chegara mesmo a ensaiar seus primeiros passos na vida pública. Entretanto, sua morte aos 22 anos, em 1916, deixou o distrito sem liderança. Floripes Coutinho e José Martins de Oliveira, revezavam-se no Conselho Municipal representando o povoado, mas à sombra da liderança municipal de João Lourenço Porto e Afonso Campos. O segundo filho da família, João Joffily, havia escolhido a carreira eclesiástica. Somente em 1919, com a candidatura de Eptácio Pessoa à Presidência da República, Irineu Joffily, o Moço, sob a tutela de Monsenhor Walfredo Leal teve a oportunidade de se iniciar na vida pública ao apoiar a candidatura de Eptácio Pessoa. Mathias Paulino e Luiz Tavares também eram cabos eleitorais dos Pessoa no povoado.

Pela facção alvarista, o líder político em Pocinhos era Francisco Barbosa Pontes, um pernambucano que se estabelecera em Pocinhos havia pouco tempo, atraído pela possibilidade de agenciar o algodão que começava a ser colhido no distrito, entrando em concorrência comercial com José Caloete e seu grupo. Logo o forasteiro tornou-se popular batizando muitos afilhados. Ainda em 1917, Barbosa Pontes se elegera conselheiro municipal com apoio de Lauritzen, ameaçando tomar o lugar de Floripes Coutinho como representante de Pocinhos na

câmara. Os concorrentes de Barbosa Pontes começaram a ameaçá-lo. Ele próprio já havia ameaçado Padre Antônio Galdino por este ser aliado de Afonso Magro e seu filho Manuel Afonso, seus rivais no comércio. No dia 28 de outubro de 1919, por volta de onze da noite, bateram a sua porta os pistoleiros Pilão e Bitu sob o pretexto de trazerem um recado de Lauritzen. Ele os conhecia e nem hesitou em atendê-los. Pontes foi alvejado e morto. Seus assassinos conseguiram evadir-se sem problemas. Eliminada fisicamente a corrente alvarista no distrito, a corrente venancista/epitacista volta a predominar.

Em 1923, Irineu Joffily, o Moço, é eleito com 3392 votos (Fernandes; Amorim, 2006, p. 243), e em 1924, o governo de João Suassuna compra partes da fazenda Puxinanã, próxima da propriedade dos Coutinho, para a construção de um açude que deveria abastecer a cidade de Campina Grande. Em primeiro de fevereiro de 1926, iniciam-se as obras. Os trabalhadores começavam a erguer os barracões junto à obra. Carregavam consigo a família e erguiam casebres de taipa para abrigar mulher e filhos, dando origem ao povoado, que anos depois se tornará a sede do atual município de Puxinanã.

Em 1925, o distrito de Esperança fora emancipado de Alagoa Nova, e, ao tornar-se município, toma de Pocinhos boa parte do seu território a leste, incluindo o atual município de Areial, o que é uma afronta aos Joffily, já que são incorporadas ao novo município a casa onde nascera Irineu Joffily.

Em 1928, Irineu Joffily, o Moço, elege-se deputado estadual pelo partido de João Pessoa. No movimento militar de outubro de 1930, Irineu coordena o assalto a Natal, enquanto seu sobrinho José Joffily participa da tomada de Aracaju, o que não foram grandes feitos militares, já que não houve resistência armada. Sobre a tomada de Natal diz Tarcísio Medeiros (1973, pág. 154) : “Juvenal Lamartine, na noite de 5 outubro 1930, abandonou Natal, permitindo que as força revolucionárias entrassem em Natal sem resistência, na maioria composta de 'paisanos' de laços vermelhos no pescoço”. Essa ação garantiu aos Joffily uma posição de destaque no novo regime, Irineu foi nomeado interventor do Rio Grande do Norte e José Joffily, aos 16 anos, foi nomeado para um cargo no Serviço Estatístico do Governo da Paraíba (Porfírio, 2000, p. 19). Esse período de aproximação com Vargas foi, porém, bastante curto.

2.1.2.1 Aspectos socioculturais

Vale a pena ressaltar que as pessoas comuns do povo sabiam dessas notícias de uma forma indireta e fragmentária. Os poucos jornais eram lidos somente por aqueles que não só eram alfabetizados, mas também tinham condição de assiná-los, o que se limitava à classe média alta. Como, porém, a maioria da população de Pocinhos vivia na zona rural e era analfabeta, saber das notícias era algo acidental.

O nível de analfabetismo no Brasil no primeiro período republicano era bem alto. Pocinhos não seria exceção, embora tivesse cadeira de primeiras letras desde 1829 e chegasse a ter a segunda maior escola da província em meados do século XIX, nunca houve mais de 50 vagas por ano para a alfabetização, mesmo no auge dos anos 1870 (Moacyr, 1939). Na época em foco, em 1916, Solana Neves Carneiro é nomeada a primeira professora estadual em Pocinhos depois da Proclamação da República, dando aulas na Caridade (Suassuna, 1925, p.101). Ela ficou no povoado alguns anos até ser transferida para Itabaiana.

Sem dúvida havia aqueles que podiam assinar uma revista em Pocinhos. O Jornal das Moças não só tinha assinantes, como, em 1920, Milton Barreto publica nessa revista o artigo “Ether e amor” dedicado “a senhorinha Yolanda Hungria” que morava no estado do Rio de Janeiro, o que mostra que o amor à distância não é apanágio dos tempos das comunicações eletrônicas (Barreto, 1920). Em dezembro de 1923, Manuel Walfrido de Carvalho comunicou à sociedade paraibana seu “contrato de casamento com a senhorita Irene Silva de Albuquerque” (O Jornal, 1923, p.3) pelo periódico “O Jornal” da capital do estado, então é de se imaginar que ele tivesse uma assinatura do periódico. Em 1924, Alberto Pessoa Monteiro, funcionário público federal em Campina Grande, comunicou seu noivado com a “gentil senhorita” Iracema Leite, filha do professor Pedro Octavio de Faria Leite, juiz de paz em Pocinhos, pelo mesmo “O Jornal” (O Jornal, 1924, p.6). Sendo esse periódico pertencente à família Pessoa Cavalcanti, não é difícil imaginar a posição política desses assinantes (MARTINS, 1993, p.207).

Não havia cinemas ou rádio no interior da Paraíba. Somente em 1936 houve a implantação de um serviço de alto-falante em Campina Grande, coisa que só será implantada em Pocinhos em 1951 (Araújo, 2016). O rádio só chegará à Serra da Borborema em 1949. Antes disso, só havia o recurso das ondas curtas, nas quais a principal emissora era a BBC de Londres

transmitindo em inglês. Dessa maneira, o público local tinha notícias do mundo exterior somente através do boca-a-boca, dos cantadores de cordel nas feiras e através do púlpito.

A influência dos cordelistas não pode ser subestimada, ela sempre foi muito além da literatura, ainda durante os anos de 2018 a 2020, antes que a pandemia a encerrasse, na feira de Pocinhos se cantava que a Transposição do São Francisco era uma obra do governo Lula e não do presidente Bolsonaro como dizia a propaganda oficial.

Em primeiro de abril de 1923, foi criada a Associação dos Pais de Família Cristãos com o objetivo de manter escolas paroquiais e já em 15 de maio, iniciam-se as aulas da primeira delas, funcionando no prédio da Caridade, inclusive com uma turma no período noturno para maiores de 14 anos (Paróquia De Nossa Senhora Da Conceição De Pocinhos, 15 maio 1923).

2.1.2.2 A Igreja em Pocinhos

A importância da Igreja no período pré-tecnológico ia muito além da teológica. O ritmo das festas religiosas era o calendário do analfabeto. Sempre havia a Igreja para lembrar quando era janeiro, com o dia de reis; fevereiro com o carnaval e a quaresma; março com o dia de São José, quando começa o período de plantação; abril com a semana santa e a páscoa; o mês de maio, com suas festas a Maria; junho, o mês do São João, quando deveria começar a colheita; julho do Corpus Christi e a festa de Sant'Ana; dezembro, com o advento, as festas da Conceição e de Santa Luzia e o natal. O coronel e o governo tinham os seus meses, setembro, com o dia da Independência e novembro com o feriado da Proclamação, mas que contavam com a presença da “autoridade eclesiástica”. Além dos meses, a Igreja marcava os dias da semana, com a missa do domingo e até as horas do dia com o seu sino. Ser acatólico era uma coisa terrível. Significava não saber o tempo, não ter acesso às notícias do púlpito, não participar das festas, não ter acesso à arte, pois a matriz era o único lugar onde havia pinturas, esculturas e música erudita. Também, por muito tempo, a vida do indivíduo era registrada na sacristia, eram as certidões de batismo, casamento religioso e óbito da Igreja que valiam. Apesar de a República ter criado o seu próprio sistema de registros, até a década de 1980 era comum que muitas pessoas só tivessem uma certidão de nascimento ao precisar ir à escola ou ter que fazer algum cadastro público. O casamento religioso suprimia o casamento civil na maioria dos casos, mesmo em tempos recentes, de modo que no final do século XX o Estado teve de dar a mão à palmatória e criar a figura do “casamento religioso com efeito civil”.

Finalmente, a Igreja mantém seu próprio registro de óbito, no período em tela, só em caso de morte violenta ou suspeita o registro era feito pela autoridade policial e recebia um atestado civil. Não ser católico, portanto, era estar fora do mundo, não ter acesso à arte, à diversão, à vida pública, aos documentos. Daí percebe-se que a autoridade do padre ia além das questões de fé.

Até a República, a Igreja Católica Romana era oficialmente ligada ao Estado, primeiro ao reino português e depois ao império brasileiro. Assim, não é estranho que a Igreja tenha tido um importante papel na história de Pocinhos. Em 1815 Padre Leonardo José Ribeiro, pároco de Campina Grande, pede autorização à diocese de Olinda para edificar uma capela em Pocinhos. Esta data é considerada a data de fundação da cidade, embora o lugar fosse habitado havia pelo menos três décadas. No ano seguinte à autorização, chegou como novo vigário à Vila da Rainha, o poeta e revolucionário pernambucano Padre Virgínio Rodrigues Campelo, e seu coadjutor, Padre José Gonçalves Ourique, ambos envolvidos na Revolução de 1817.

Padre Francisco Alves Pequeno, filho do Capitão Francisco Alves Pequeno, proprietário do Sítio Algodão, havia-se ordenado em 1854 pelas mãos de Dom Perdigão, sendo designado no ano seguinte vigário de Campina Grande, apesar de ter somente vinte e um anos. Em meados de 1859, Padre Pequeno renuncia à paróquia, sendo substituído por Padre Calixto da Nóbrega. É provável que o fato de haver sido encaminhado tão jovem ao sacerdócio o tenha feito errar a vocação, o certo é que, tendo abandonado direção da paróquia, Padre Pequeno nunca assumiria outro cargo eclesiástico, passando a residir em Pocinhos onde nascera. O padre, que era o personagem central do lugarejo, foi eleito deputado provincial em 1864 com 178 votos. Em janeiro de 1866, Padre Pequeno é nomeado comissário da Instrução Pública em Pocinhos (O Publicador, 1866, p.2).

Também no início de 1866, Padre Ibiapina funda a Casa de Caridade de Pocinhos (Câmara, 1947, p. 51), que sempre, a partir daí, terá um grave papel na história da comunidade. Ibiapina, que sempre estivera à beira de sanções disciplinares por não se submeter aos párocos locais nem respeitar os limites das dioceses, nunca aceitou a ajuda de Padre Pequeno, não se sabe bem porquê (Mariz, 1980). Padre Pequeno era militante do Partido Liberal, não usava batina e gostava de cantar e dançar nas festas, mas não se sabe se tais razões seriam suficientes para o indispor com Ibiapina.

Em 1877 Padre Bento Maria Pereira de Barros (que dá nome ao Serrote³ do Padre Bento) ordena-se, sendo o segundo pocinhense a seguir a carreira eclesiástica. Em 1885, Padre Pequeno manda derrubar a antiga capela e manda construir, do seu bolso, o prédio da atual matriz.

Depois do falecimento de Irineu Joffily, o único pocinhense com projeção fora do município era seu filho Monsenhor João Joffily (que depois será bispo do Amazonas e arcebispo do Pará), braço direito de D. Aduino, primeiro bispo da Paraíba Sem dúvida, foi graças a sua influência junto ao bispo que, a 7 de agosto de 1908, criou-se a paróquia de Pocinhos, desmembrada de Campina Grande. Para seu primeiro pároco foi nomeado José Paulino, primeiro biógrafo do Padre Ibiapina.

Em 1909, o cangaceiro João de Banda, chefe dum subgrupo do bando de Antônio Silvino acampara em Pocinhos na praça ao lado da igreja. João de Banda e seus homens começaram a tocar e dançar no horário da missa, irritando o Cônego José Paulino, que nunca fora um homem calmo. O pároco se envolveu pessoalmente num bate-boca com o cangaceiro, sendo ameaçado de morte. O cônego, diante disto, pediu transferência, sendo de imediato atendido por D. Aduino. Antes do fim do ano era vigário de Arara e tinha recebido o título de monsenhor (Soares, 2005, p. 58).

Um mês depois, em 28 de julho, Padre Antônio Galdino, sobrinho do Monsenhor Sales, vigário de Campina Grande, é nomeado pároco de Pocinhos. O Padre Galdino era cooperador em Fagundes, mas não conseguia exercer suas funções por ser tuberculoso. É pouco natural que o bispo nomeasse um doente para uma paróquia cujo vigário anterior fora expulso por força de cangaceiros. Sabendo que os Joffily apoiavam Afonso Campos contra Lauritzen e que Monsenhor Sales estava aliado deste último, pode-se imaginar que o prefeito tenha determinado ameaçar o pároco de Pocinhos para em seu lugar ser nomeado alguém de sua confiança. Padre Antônio Galdino em 14 de agosto de 1910 assume a paróquia.

Segundo o Jornal *A Imprensa* (1914, p.2) em dezembro de 1914, Antônio Silvino teria invadido a Casa Paroquial e obrigado o padre Galdino a cozinhar pessoalmente para ele e seus

³ Serrote é o nome local para qualquer elevação de poucos metros de altura, em geral mais longa do que alta.

homens. Antes de sair da casa, o cangaceiro disse que queria dinheiro, pedindo-lhe que lhe entregasse o apurado com os casamentos, como o padre não tivesse nada, ele o mandou arrecadar dinheiro com alguns comerciantes da vila. O jornal de Patos *A Voz do Sertão* em sua edição de 6 de dezembro daquele ano, diz apenas que Antônio Silvino jogou cartas na vila, de onde saiu para atacar Cabeça do Boi, que pertencia a Lauritzen, dizendo que ele lhe devia dois contos de réis. Segundo Oliveira (2011) essa seria uma trama para disfarçar a relação amistosa entre os dois.

De qualquer forma o Cônego Antônio Galdino não deixou a paróquia e em julho de 1917, teve a honra de ler em Fortaleza, durante a cerimônia, o decreto que elevava a Diocese da Paraíba a Metrópole, dando a D. Adauto o título de Arcebispo da Paraíba. Este, voltando da viagem, decide visitar Pocinhos, talvez para prestigiar D. João Joffily, desde 1914 bispo auxiliar de Olinda. Chegando ao povoado, anota sobre a igreja recém-reformada:

"achando-se atualmente mui regular, sendo uma das mais elegantes da província, com bons paramentos e alfaias. A residência paroquial também foi remodelada, mostrando-se bem confortável. A Casa de Caridade passou por muitos melhoramentos: reformada em quase todos os seus cômodos, oferecendo, pelo seu asseio, grande conforto ao pessoal nela internado (...) Funciona na sede, além de algumas irmandades bem disciplinadas, a congregação de Doutrina Cristã e um centro do Apostolado da Oração, com 959 associados, 11 zeladores e 16 zeladoras." (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Pocinhos, 28 nov. 1917)

O arcebispo cuidou ainda de matrimoniar casais que viviam em mancebia e batizar filhos de mães solteiras. O antístite ficou até dia 8 de dezembro de 1917. A estada de D. Adauto deixou impressão duradoura entre os pocinhenses os quais, em 7 de fevereiro de 1919, inauguraram o Cruzeiro, o principal monumento público do município até hoje, em homenagem aos seus 25 anos de sagração eclesiástica.

Em 30 de dezembro de 1921 morreu Padre Antônio Galdino vitimado pela doença que o afligia havia anos. Falecera na casa de seu tio, Monsenhor Sales em Campina Grande. Seu corpo foi trazido para Pocinhos sendo sepultado no adro da igreja, ao lado de seus pais, onde está até hoje.

A Casa de Caridade funcionava precariamente, tendo recebido 300 mil réis de esmola pessoal de Eptácio Pessoa em maio de 1921 (Correio da Manhã, 1921). Entre a morte de Padre

Antônio e a posse de seu sucessor, a paróquia ficou a cargo de Padre José Borges que organizou uma festa em favor da Caridade a qual se achava em dificuldades financeiras.

A 27 de setembro de 1922, Padre João Coutinho, filho de Floripes Coutinho, se torna vigário de Pocinhos, reforçando a facção episcopalista na paróquia. Os padres sempre foram importantes no interior, mas em Pocinhos, a influência do Padre João Coutinho era ainda maior, já que ele era filho de Floripes Coutinho e irmão de Antônio Coutinho, o único médico que aparecia na região.

2.1.2.3 Aspectos econômicos

Durante o século XIX toda a economia pocinhense dependia exclusivamente do gado. A tentativa de estabelecer uma manufatura de tecidos usando teares manuais foi abortada por uma série de questões. No início do século XX, várias famílias, fugindo de conflitos no Brejo Paraibano, migraram para o leste do distrito de Pocinhos. Em 1901, um homem vindo do Brejo comprou a metade do Sítio Bravo, e, em 1904, outro brejeiro comprou o resto da propriedade (Prost, 1968a). Estes novatos preferiam os campos mais úmidos do Sítio Oriá (atual município de Areial) e as que ficavam em torno da Lagoa Montada (atual município de Montadas). Famílias se mudavam e, em apenas quatro anos, entre 1914 e 1918, a população do distrito de Pocinhos possivelmente dobrou, embora o núcleo urbano não deva ter crescido substancialmente.

A seca de 1915 fez o preço do gado cair de modo vertiginoso. Vaqueiros do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e do Sertão Paraibano traziam boiadas para Campina Grande, e, aí chegando, entregavam os bois sobreviventes por 20 ou 30 mil réis, quando o preço normal era dez vezes superior, ficando inviabilizada a pecuária da região (Almeida, 2012). O algodão que havia se tornado o “ouro branco” também entra em crise. A lagarta rosada atacou os algodoeiros da Paraíba. O Governo Federal cria o Serviço para o Combate da Lagarta Rosada e envia agentes em 1918 para visitar o Nordeste. Em 23 de julho de 1918 o agente do Ministério da Agricultura chega a Pocinhos e chega ao sítio Catolé onde, na manhã seguinte, vistoria os algodoeiros mirrados pela estiagem, mas livres da praga. Vai então até São Francisco (hoje Olivedos) onde observa que os algodoeiros plantados na vazante de um açude estão infectados (Brasil, 1918, p. 14). Também os algodoeiros sofriam com a concorrência egípcia, pois a África Britânica já se recuperara da Primeira Guerra Mundial.

Pocinhos em 1924 tem iniciado o açude do Teotônio, na beira da antiga “estrada real do Seridó” (Suassuna, 1925, p. 49), e em 20 de agosto de 1926, tem inaugurada sua rede elétrica, alimentada por um gerador a diesel.

A economia de Pocinhos na época em foco baseava-se na lavoura de subsistência, com seu sistema de meeiros e parceiros, O algodão herbáceo era plantado pelos camponeses policultores em regime de consórcio com o milho e o feijão, não constituindo uma base econômica segura que completasse sem surpresas o orçamento anual, mas fornecendo rendimentos variáveis conforme o ano (Prost, 1968b). A cultura do algodão não conseguiria, por si só, garantir a subsistência do pequeno agricultor e era vista como uma renda extra. Mesmo nas grandes propriedades o algodão era subsidiário da pecuária.

2.2 CORONELISMO E COMPADRIO

Diante do exposto, é impossível analisar a situação social da Paraíba no período proposto para este trabalho (1927 a 1930) sem levar em conta o coronelismo (Mello, 2014). Linda Lewin (1993, 63) diz que, nesse período, no interior da Paraíba “duas ou três famílias exerciam uma influência política num equilíbrio delicado”, que estava fadado a desaparecer pela dissolução da posse da terra pelo mecanismo de herança fracionada das propriedades rurais.

“Coronelismo” é um conceito que os diversos autores que o abordaram têm dificuldade em definir. José Murilo de Carvalho (2012, p.12) tenta encontrar o que em lógica se chama “gênero próximo” do fenômeno ao dizer que “o coronelismo é um mandonismo local”, porém falha ao encontrar sua “diferença específica”, ou seja, não diz o que diferencia o coronelismo dos outros mandonismos locais. Além disso, deixa de esclarecer o que seria o “mandonismo”, conceito que, em seu amplo espectro cinza, mais uma vez, não é esclarecido pelo autor. José Murilo Carvalho (1997) percebeu essa dubiedade presente nos estudos a respeito do assunto e chega a apontar a incoerência do próprio Nunes Leal (2012) que no clássico “Coronelismo, enxada e voto” havia reconhecido que o coronelismo não é um fenômeno simples e que envolve um complexo de características de natureza política. Carvalho (1997) lembra que a imagem do “coronel” como grande latifundiário isolado em sua fazenda é equivocada, sendo o coronelismo um quadro mais complexo no qual convivem vários tipos de coronéis, latifundiários, comerciantes, médicos e padres, visão compartilhada com Raymundo Faoro (1993, p. 633) e

Isaura Queiroz (1976). Ao longo do seu livro, Nunes Leal (2012) mostra como o fenômeno toma diversas formas, mas o que lhe parece central é o fato de que “o elemento primário desse tipo de liderança [o coronelismo] é o ‘coronel’ que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto [grifos do autor]” (Leal, 2012, p.45). Entretanto, isto é uma tautologia: “coronelismo” é a liderança de um “coronel” e “coronel” é a liderança do “coronelismo”. Apesar de não se chegar a uma definição formal do que seja o “coronelismo” ou mesmo do que seja um “coronel”, todos os autores que tratam do tema parecem concordar que se trata de um fenômeno que se centra na figura do “coronel” “que resume, em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais” (LEAL, 2012, p.45). Essa liderança é local, particularmente municipal, mas tem repercussões nas esferas estadual e nacional (Carvalho, 2021, p.12).

Para Eliete Gurjão (2020, p.32), o poder oligárquico na Paraíba se caracteriza como “coronelismo” no início do período republicano. A Primeira Republicana Paraíba se caracterizou por uma forte influência dos chefes locais, os chamados “coronéis” e pela presença de forças paramilitares privadas (jagunços e cangaceiros), os quais, na Paraíba levaram a um quadro de instabilidade política e social em que a busca de uma rede de apoio entre particulares era essencial à própria sobrevivência física. As fomes causadas pelas secas agravavam essa situação.

Diz Nunes Leal (2012, p. 20) “o ‘Coronelismo’ é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. Maria Isaura Queiroz (1976), por sua vez, discorda da ênfase que este dá à ligação do “coronel” com o poder público, opinando que essa é apenas uma das facetas da questão. José Murilo Carvalho (1999, p.132) aponta que o coronelismo é um fenômeno típico do período republicano, em que o mandonismo local decaiu em termos econômicos e em poder político tendo como principal capital se estabelecer como ponte de relações entre o indivíduo e o Estado. Dessa maneira, o estudo das redes de compadrio não se limita a questões locais, pois estas têm implicações muito mais amplas ao constituir o cabedal político dos cabos eleitorais e dos “coronéis”.

Uma discussão que existe no meio acadêmico é a extensão temporal do coronelismo. Nunes Leal (2012) o limita ao período anterior ao movimento de 1930, no que é seguido por

José Octávio de Mello (2014), Maria Isaura Queiroz (1979, p.172) e outros. Linda Lewin (1993, p. 373), sem entrar diretamente na questão, aponta que as mudanças econômicas da década de 1920 levaram à diminuição da importância da família extensa, o que levou à extinção paulatina do coronelismo. Carvalho (1997) critica a extensão ilimitada do termo “coronelismo” para todos os tipos de mandonismo. Para estes autores, “coronelismo” é um sistema político baseado no mandonismo datado, restrito a Primeira República, e com base no âmbito municipal, apesar de imbricado em todo arcabouço da Federação. Luiz Roberto Lopez (1994, p.45) diz que “o termo aplicado para definir o mandonismo local vigente na Primeira República é “coronelismo”. Assim, para Lopez a diferença entre “mandonismo local” e coronelismo é o corte temporal, com isso, parece seguir Nunes Leal (2012) para quem o coronelismo é um sistema, pelo qual as relações de poder se desenvolviam na Primeira República. Para outros, como Eliete Gurjão (2020) e Fernando Henrique Cardoso (2006), inspirados nas teses de Caio Prado Júnior (2011), o coronelismo se espalha para muito depois desse período. Na visão de Leal, ele surge na confluência do federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial.

De qualquer forma, todos os autores são concordes em afirmar que no período estudado neste trabalho, o coronelismo é a forma dominante da política nacional.

2.2.1 Compadrio

A maioria dos autores que tratam sobre o assunto, se não todos, afirmam que o coronelismo e o compadrio estão indissolavelmente ligados a começar por Nunes Leal no seu clássico “Coronelismo Enxada e Voto” de 1948 que já afirmava que entre as obrigações da liderança municipal está ser padrinho de batismo ou casamento (Leal 2012, p249). Estudando o período Fernando Henrique Cardoso e sua equipe afirmam que no coronelismo “os vínculos do compadrio uniam tanto padrinhos e afilhados quanto os compadres entre si, de modo tão estreito quanto o próprio parentesco carnal” (Cardoso et al. 2006, p183). Raymundo Faoro (1993, p. 633-634) diz que “o coronel é, acima de tudo, um compadre”. Tal ideia está presente até em pesquisadores recentes como Zenildo Soares de Souza Júnior (2015, p.30) que afirma que o compadrio é a base mesma da autoridade do “coronel” e não a imposição pela força bruta.

Coronelismo e compadrio têm como ponto em comum o personalismo. Ambas são relações de cunho pessoal, paternalista e patriarcal que estabelecem uma rede de favores e

compromissos que estão fora da alçada da burocracia estatal ou mesmo do controle governamental. Como nota Ronaldo Vainfas (2000, p. 126), no passado, a importância do rito de batismo ia além da esfera religiosa. Numa época em que o casamento arranjado não era mais uma estratégia social válida de estabelecimento de relações sociais interfamiliares, o compadrio também estabelece relações de identidade e pertencimento, principalmente para forasteiros, órfãos, filhos ilegítimos e outros marginalizados que não tenham uma família “de sangue” a qual se referir, ou cuja “família de sangue” lhe seja hostil por algum motivo. Os padrinhos e os compadres, muitas vezes são substitutos identitários da referência familiar numa sociedade em que o indivíduo ainda não é um valor absoluto (Queiroz, 1979, p. 19).

Em um sentido lato, o compadrio é um laço de amizade, inclusive se podem usar os termos “compadre” e “compadrio” como metáforas. Pode-se dizer “compadrio político”, “jogo de compadres” etc. sem implicar qualquer parentesco ritual. Assim, deve ser claro que o objetivo desse trabalho é estudar o compadrio “*stricto sensu*”, não podendo fazer ilações indevidas a respeito. Compadrio, no sentido estrito que será aplicado neste trabalho, é uma relação de “parentesco espiritual” estabelecido entre pessoas adultas e de forma voluntária através da cerimônia religiosa do batismo entre os pais da criança batizada e os padrinhos desta (Nacif, 2013). Em outras palavras, consideramos nesta dissertação apenas o uso estrito dos termos “compadre”, “padrinho”, “afilhado” e correlatos, não nos estendendo aos usos metafóricos e analógicos que tais palavras possam ter. A opção é metodológica, uma vez que é muito fácil determinar pelo registro eclesiástico quem é compadre ou padrinho de quem, mas é quase impossível saber quem se considerava “compadre” ou “afilhado” num sentido meramente metafórico. Além disso, o batismo é uma relação única e indissolúvel, enquanto “compadres de consideração” podem brigar e se desentenderem ao longo da vida e um “padrinho político” só o é enquanto tem poder para apaniguar seus protegidos.

Apesar de o termo “compadrio” ser usado há muito tempo na nossa historiografia, segundo Ramos (2004, p. 51), o tema foi tardiamente abordado de forma metódica no Brasil em relação à historiografia hispano-americana. O compadrio é um tema recorrente na micro-história de tradição mexicana, que não é uma escola muito divulgada no nosso país, embora o seja no resto da América Latina. Não é de se admirar que os principais estudos na área tenham se iniciado no Sul do Brasil, que tem mais contato com as regiões de fala castelhana e que em outras regiões que estão mais distantes da América Espanhola sejam apenas incipientes.

Souza Júnior (2015, p.153) diz que a relação criada pelo rito do batismo gera um compromisso social que é mais intenso que outras formas de sociabilidade mediadas pela religião, como ser padrinho de casamento. Talvez, nesse caso, em vez de usar a locução “mais intenso” como o autor, deveríamos dizer “menos débil”, uma vez que esses laços não são sancionados jurídica ou canonicamente, possuindo apenas um valor moral. Temos de lembrar que a relação formal que a Igreja estabelece é entre o padrinho e o batizado e não entre os compadres e, mesmo assim, não há nenhuma sanção canônica prevista para os padrinhos que não socorram seus afilhados. A Igreja se restringe a determinar deveres espirituais, simbólicos, ao padrinho e não impõe nenhuma ajuda financeira, presentes ou qualquer outro suporte material, exemplo disso são os batizados compulsórios de africanos escravizados, que recebiam o sacramento antes de embarcar para o Brasil tendo um padrinho meramente formal e que não se ligava ao afilhado por nenhum vínculo e, nem por isso, sofria qualquer penalidade.

Os registros paroquiais de batismo são praticamente a única fonte primária que pode estabelecer a relação de compadrio *stricto sensu*. Os registros de batismo permitem o estabelecimento de um amplo *corpus* documental e a sua análise permite a percepção de detalhes e singularidades, sem se reduzir a especificidades, permitindo generalizações (Revel, 1998, p. 17). Maria Luiza Marcílio (2004) nota que esses registros cobrem quase que a totalidade da população no período estudado, pois então os acatólicos no Brasil, e em especial em comunidades interioranas como Pocinhos, eram uma minoria absoluta. Solange Rocha (2015, p. 184-198) mostra as potencialidades do estudo dos *corpora* desses registros para análise de redes sociais.

Formalmente a relação de compadrio é definida pelos cânones da Igreja Católica, tendo amplas repercussões na cultura popular e na vida cotidiana, pois, apesar de a relação oficial ser estabelecida entre o padrinho e o afilhado, o compadrio estabelece uma relação social amistosa entre os compadres que muitas vezes é encarada como uma forma de proteção ou amizade entre pessoas de status social menor (os pais) e de status social maior (os padrinhos) conservando e normalizando as barreiras da hierarquia social (Souza Júnior, 2015, p. 153). Mesmo quando os status são semelhantes, o compadrio pretende estabelecer uma rede de apoio mútuo e proteção comum. Ser compadre de alguém também significava estar em seu círculo social, o compadrio permitia a constituição de alianças com vistas à proteção, favores e privilégios (Pedroza, 2008, p. 86). João Frago (2010, p. 83) nota que o compadrio também interessava às classes

superiores que buscavam aliados em estratos sociais inferiores, formando uma relação de clientela. Observa Caio Prado Júnior (2011, p. 304) que o rito do batismo será aproveitado para amenizar as relações sociais de exploração criando “títulos oficiais” de padrinho, afilhado e compadre entre os proprietários de terras e seus subordinados. Teoricamente várias relações de cunho econômico, como arrendamento de terras, crédito, compra preferencial de produtos agrícolas, reserva de mercado de bens industriais etc. podem ser fortalecidas pelo compadrio. Pode-se preferir comprar numa bodega porque é de um compadre, ou pode-se conseguir um “fiado” nela por isso mesmo. O compadrio se estabeleceria como uma forma de assegurar poder suficiente para ser oferecido como moeda de troca. Prost (1967) e Rodrigues (1983) observaram a importância econômica do compadrio em Pocinhos respectivamente ainda nas décadas de 1960 e 1970.

De tal modo, o circuito de compadrio não deve ser visto como uma rede de iguais, mas um reflexo da hierarquia social (Venâncio et al., 2006, p. 274). A função do compadrio seria estabelecer uma rede social, mesmo que hierarquizada.

2.3 REDES SOCIAIS

No século XXI, os estudos sobre micro-história das relações familiares se tornam mais divulgadas no Brasil, aplicando-se o conceito de redes sociais (Sirtori e Gil, 2011; Uberti, 2016; Vargas, 2013). Rede social se refere a uma estrutura construída com base nas relações entre indivíduos dentro de uma determinada cultura (Bertrand, 2012, p. 61). O estudo das redes sociais procura demonstrar a disposição de cada ator social manipular o conjunto de suas relações com o fito de satisfazer seus interesses (Fioravante 2013, p. 222). Em especial, há um interesse nas redes de compadrio como formas de relações identitárias, políticas e econômicas (Andrade, 2015; Foletto, 2012; Kuhn, 2006).

Para Bertrand (2012, p. 61), rede social é uma estrutura com base nas relações entre indivíduos e que se caracteriza, morfologicamente, como egocentrada (construída em torno de um indivíduo) ou polinodal (organizada em um circuito de núcleos). Em outras palavras, as redes sociais podem se estruturar em torno de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, como uma família ou um grupo político que, na teoria dos grafos, são chamados de “nós”. De cada nó partem relações que podem ser representadas por linhas, o que explica o termo “rede”.

Como aponta Bachelard (1996) é importante nunca perder de vista o sentido metafórico das palavras usadas em ciência para não dar à noção de “rede social” um sentido mais amplo do que ele tem, isto é, não se pode comparar uma “rede social” a outras coisas que são chamadas “redes”. Assim, uma rede de compadrio é a apenas a interrelação formada pelo indivíduo, ou grupo de indivíduos, com outros indivíduos que lhes são compadres. Isso não significa de modo algum que todas essas ligações têm igual força de coesão, pois tais relações, embora indissolúveis, não têm uma sanção jurídica, deixar de atender um compadre não gera punição no campo do direito e nem mesmo da religião, apenas uma leve sanção moral. Se mesmo entre parentes de sangue há discórdias e traições, tanto mais as poderá haver entre compadres. Assim, o compadrio forma uma “rede”, mas não podemos pensar que todas as linhas dessa rede são igualmente fortes ou importantes. Dessa maneira, a afirmação de Fioravante (2013, p. 222), de que os vínculos das redes sociais, representados graficamente pelas linhas, denotam a capacidade de cada ator social manipular o conjunto de suas ligações para satisfazer seus interesses e necessidades é altamente questionável. Não há nenhuma indicação de que os compadres consigam se manipular coercitivamente entre si ao longo da vida, as linhas de compadrio podem ser reforçadas, enfraquecidas ou mesmo rompidas e reatadas durante o tempo, embora sejam formalmente indissolúveis.

Há, para Donald Ramos (2004, p.51), duas maneiras de interpretar a rede de compadrio: uma, estruturalista, que se centra na análise do compadrio como parte da instituição do ritual do batismo e a outra, funcionalista, que foca na construção de laços sociais que servem para integrar a comunidade. Há, é claro, uma terceira possibilidade, já aventada por Caio Prado Júnior e outros autores marxistas, que é a rede de compadrio como simples instrumento ideológico para reforçar a dominação. A análise de redes de compadrio simplesmente através de registros de nascimento, a nosso ver, só pode ser tomada do ponto de vista estruturalista. Não podemos saber o que aconteceu depois do batizado, se as relações entre os compadres realmente se estreitaram, se as expectativas dos participantes reforçaram suas ligações sociais, ou, nas palavras de Fioravante, o indivíduo conseguiu “manipular” o seu compadre para atingir seus objetivos. A rede de compadrio estabelecida no instante do batismo é uma “fotografia” das intenções dos participantes em um dado momento. Tais intenções podem ter se concretizado ou não.

É preciso ter em mente, como ressaltamos anteriormente, que as notícias não circulavam como hoje. Uma pessoa comum poderia demorar meses para ter consciência que seu chefe político caíra em desgraça.

Luís Augusto Ebling Farinatti e Jonas Moreira Vargas (2014) sugerem que a análise de redes sociais só é útil quando se estuda uma rede social em que os diferentes agentes efetivamente trocam favores e influências com finalidades objetivas. Evidentemente, esta é uma visão funcionalista que não se sustenta. O estudo da estrutura em si, além de indicar um instantâneo das intenções dos sujeitos participantes, o que não deixa de ser relevante em si, também estabelece o modelo estrutural das relações naquele momento. Uma variação do número de participação em batizados de um ano para outro pode indicar, por exemplo, o aumento ou a queda do prestígio social do padrinho naquele momento específico. Um padrinho que se mostre pouco inclinado a ajudar seus compadres pode também ter seu “valor de mercado” simbólico reduzido, isto é, a partir de quando seja visto como um “ingrato”, o número de pessoas que o procurarão será menor. Assim, ao contrário do que afirmam os autores citados, o estudo de uma rede “não funcional” pode sim trazer informações úteis ao historiador.

Autores como Solange Rocha (2015) têm buscado apoio na micro-história para embasar suas pesquisas sobre compadrio por esta proporcionar uma “redução de escala” no foco da questão histórica.

A História, por muito tempo, relegou o estudo das microrrelações sociais, dos ciclos de curta duração e a história regional em geral a um ponto de quase esquecimento por considerar que tais fenômenos locais não tinham relevância nos processos mais amplos de desenvolvimento da sociedade. Tanto o Positivismo, quanto o Marxismo clássico viam a história como o suceder de grandes etapas inexoráveis que levariam a um “final da História”, o que não era mais que uma reinterpretação leiga da visão cristã da “história da salvação” em que o juízo final era substituído pelo “Estágio Positivo” ou pelo “Socialismo” inevitáveis (Anderson, 1996). Com a crise política e social do final dos anos 1960, a noção de verdade foi posta em questão pelos historiadores. Autores como Maria Isaura Queiroz (1979, p.18) põem em dúvida a capacidade dessas microteorias de origem europeia de dar conta da realidade brasileira. Lyotard (2021) em seu livro “A Condição Pós-moderna”, publicado pela primeira vez em 1979, propõe que a noção de legitimidade substituiu a de verdade e a legitimidade da

obra histórica está baseada em seu discurso e não na verdade. Stone (1987) anunciou em 1981 o “ressurgimento” da narrativa em detrimento da história considerada como uma ciência que permita generalizações. A crítica às interpretações de larga duração, já postas em dúvida desde o final da década de 1960, assim como as generalizações e simplificações inerente a estes modelos tomou proporções avassaladoras no final do século XX, com a “Crise dos Paradigmas” na década de 1990 (Garcia, Giannattasio, Benatte; 296-395). Porém, a partir da década de 2010 surge uma nova crise. A noção de narrativa se extrapola, principalmente quando a internet se torna popular. De início, com questões que aparentava ser inofensivas como o terraplanismo e as narrativas sobre extraterrestres construindo pirâmides, as “teorias da conspiração” da cultura popular começam a competir com o discurso científico e acadêmico. Podemos marcar a campanha de Donald Trump à presidência dos EUA em 2015 como o ponto de virada em que os “fatos alternativos” se tornaram tão ou mais importantes que os “fatos reais” e que “narrativa” ganha o sentido de uma interpretação do mundo descolada da realidade empírica (Lisboa, 2018). Tal visão de mundo, em que a crença pessoal é absoluta, chega de forma definitiva ao Brasil em 2018 com a campanha à presidência de Jair Bolsonaro. Chegamos a um momento em que a descrença na verdade e a narrativa pós-moderna atingem suas consequências máximas.

Muaze (2011) divide os estudos sobre a família no Brasil em três etapas. A primeira com autores clássicos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda que visam estudar as relações da família patriarcal com o Estado e a formação da “identidade nacional”, focando no modelo familiar da elite, da “casa grande” açucareira. A segunda, iniciando-se na década de 1970 e filiando-se à História Social, que se dedica ao estudo do núcleo familiar em si mesmo, ainda assim se fixando em uma elite ampliada, capaz de ser estudada através de testamentos e inventários. A terceira fase, baseada em estudos demográficos, consegue estudar as famílias de classe baixa, através de registros de batismo e de morte, demonstrando as variadas formas de família que existiram durante a história brasileira.

A micro-história permite uma visão que parte do específico para tentar explicar relações mais gerais a micro-história não se furta a correlacionar os fatos locais às grandes correntes da história (Vainfas, 2002). O recorte em micro-história deve ser temático e, mesmo assim, relacionado com um assunto mais amplo (Levi, 1992). Desta maneira, esta corrente teórica escapa das generalizações forçadas e muitas vezes apriorísticas dos macromodelos de correntes

como o marxismo, o funcionalismo ou o positivismo. Por outro lado, o recurso aos documentos evita as excessivas liberdades de se considerar a História como uma mera narrativa e uma livre interpretação do historiador.

A micro-história tem duas correntes: a italiana e a mexicana. Ambas compartilham a redução de escala e o uso preferencial de documentos em suas análises, porém a micro-história de cunho mexicano está mais voltada para a recuperação de experiências individuais concretas (Rocha, 2015, p. 184) enquanto a micro-história de cunho mexicano, fundada por Luís González na década de 1960 é a história de cunho paroquial do dia-a-dia do homem comum e se volta para a reconstrução da rotina das coletividades (Arias, 2006). Dessa maneira, a micro-história de cunho italiano se centra na análise de um fato concreto, acontecido com indivíduos determinados, enquanto a micro-história de cunho mexicano, ao procurar estabelecer rotinas, possibilita o estudo seriado de documentos.

2.4 A SERIAÇÃO

José D'Assunção Barros (2012a, p. 204) explica de a seriação consiste em

considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, como documento único, a ser analisado nos seus próprios limites, mas sim como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo. A série é necessariamente formada por fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreendidas no interior de uma continuidade (seja uma continuidade temporalizada ou espacializada), e que permitam uma 'abordagem de conjunto' através de aportes metodológicos como a quantificação, a análise tópica, a identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série.

O autor esclarece que o objetivo da análise de séries é perceber tanto suas permanências quanto suas oscilações e variações. Pêcheux sobre a posição temporal do discurso diz que ela

[...] não supõe a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou infelicidade evemenciais. Ela supõe que somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas se possa detectar os momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomada de posição (Pêcheux, 2008, p. 57).

Os registros de batismo se prestam muito bem à análise serial por serem baseados em fórmulas repetitivas com poucas variantes, justamente os que os torna inadequados para outros tipos de análise.

Escolher uma análise serial dos documentos não é necessariamente propor uma análise quantitativa dos mesmos. Embora o uso mais comum da seriação seja o método serial-quantitativo é possível fazer uma análise serial que não seja quantitativa. Ou seja, é possível tratar a fonte documental sem recorrer a dados matemáticos complexos, verificando recorrências, mas nem sempre quantidades. A contagem das recorrências, então, pode ser feita, mas é um fator subsidiário à análise e não o seu cerne (Barros, 2012^a, p. 207). Solange Rocha (2015, p. 183-199), por exemplo, usa da seriação e da micro-história para estudar o compadrio na capital da Paraíba no século XIX sem fazer uso análise quantitativa.

As técnicas usadas pela abordagem quantitativa “serão estatísticas, ou baseadas na síntese de dados através de gráficos diversos” (Barros, 2012^a, p. 207). Bachelard (1996) chama a atenção que o problema com a abordagem estatística é o risco de se ficar preso à miragem da exatidão. Ao se usar a estatística, é preciso usar o instrumento matemático correto, não usando um instrumento “preciso demais”, isto é, muitas pessoas não percebem a natureza intrinsecamente imprecisa da estatística por não estarem acostumadas à noção de “significância”, esse risco é muito real para os estudiosos de humanidades. Na história serial-quantitativa, a análise é conduzida pelas regularidades e variações da série e não pelos números, que são meros indicadores.

CAPÍTULO II: ANÁLISE QUANTITATIVA DA SERIAÇÃO

Passamos agora à análise dos dados para compreender as relações entre compadrio e a estrutura social em Pocinhos ao final do período conhecido como Primeira República.

No século XXI, os estudos sobre micro-história das relações familiares se tornam mais divulgadas no Brasil, aplicando-se o conceito de redes sociais (Sirtori e Gil, 2011; Uberti, 2016; Vargas, 2013). Rede social se refere a uma estrutura construída com base nas relações entre indivíduos dentro de uma determinada cultura (Bertrand, 2012, p. 61). O estudo das redes sociais procura demonstrar a disposição de cada ator social manipular o conjunto de suas relações com o fito de satisfazer seus interesses (Fioravante 2013, p. 222). Em especial, surge um interesse nas redes de compadrio como formas de relações identitárias, políticas e econômicas (Andrade, 2015; Foletto, 2012; Kuhn, 2006).

O uso de estatísticas e outras ferramentas matemáticas como auxílio para a análise de documentos históricos remontam já ao século XIX (Barros 2012 a). Segundo Aquino (2019, p.34) “Análise de Redes Sociais é uma metodologia que se dedica ao estudo dos diferentes tipos de interação entre indivíduos, tendo se originado a partir de estudos e conceitos originados em diferentes áreas do conhecimento.” Este método permite examinar de maneira matemática as ligações relacionais entre atores sociais. A Análise de Redes Sociais é uma evolução dos sociogramas desenvolvidos pela Antropologia e a Sociologia através dos refinamentos matemáticos possibilitados pela ciência da computação (Freeman, 1996). A Análise de Redes Sociais destaca as ligações entre os atores sociais, desconsiderando seus atributos étnicos, econômicos ou políticos (Wasserman; Faust, 1999, p. 8), o que o torna uma ferramenta apenas auxiliar para a análise histórica, porém que permite o tratamento de um grande número de dados. É uma ferramenta para análise de uma relação definível (existência de compadrio formal, no caso), mas que não permite chegar, por si só, a conclusões sobre temas complexos como amizade, gratidão ou pertencimento e por isso deve ser complementada por outras formas de análise. Entretanto, são úteis para o estabelecimento do “capital social” entendido como uma rede de contatos (Marteleto, Silva, 2005). Pode-se criticar em muitos trabalhos do tipo o que Barros (2012^a, p. 209) chama de “fetichização da quantificação”, em que a análise dos gráficos produzidos se sobrepõe à análise do viés social que eles representam, erro que é preciso evitar.

3.1 O CORPUS

Para a análise foram escolhidos os registros de batismo realizados na matriz, uma vez que não se tem o endereço dos batizantes, pais e padrinhos, mas se pode deduzir que os pais dos batizados não deveriam morar longe, uma vez que havia outras capelas na paróquia que atendiam comunidades mais distantes.

O recorte temporal escolhido foi o de 1927 a 1930, que representa a crise final da Primeira República, pois vários autores como Leal (2012), Mello (2014) e Gurjão (2020) apontam o compadrio como um dos pilares do coronelismo, sendo que, apesar dos autores discordarem de quando começa e termina o fenômeno social conhecido como “coronelismo”, todos concordam que ele existia na data por nós escolhida e, que nesse momento estava enfrentando uma forte crise.

Analisaram-se os documentos eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Pocinhos, que se encontram disponíveis para consulta. Tais documentos, apesar de manuscritos, não apresentam dificuldade para leitura, pois a caligrafia do século XX é legível, não exigindo esforços paleográficos. Assim, não serão necessárias transcrições diplomáticas extensas. Estas se restringirão a trechos específicos a serem apresentados como exemplos no trabalho.

Além das fontes citadas, serão usadas fontes auxiliares, tanto primárias quanto secundárias, para estabelecer o quanto possível a identidade e a relevância pública dos personagens que parecerem relevantes, tanto quantitativa, quanto qualitativamente na seriação.

3.1.1 Descrição dos documentos

Os documentos em foco se constituem de três infólios. Três livros de registro. O primeiro livro é numerado por páginas, os outros livros são numerados por folhas e não por páginas. No decorrer do trabalho esses livros serão chamados, respectivamente, Livro 6, Livro 7 e Livro 8. O Livro 6 cobre os anos de 1925 a 1927; o Livro 7, de 1927 a 1930, e o Livro 8 de 1930 a 1932. Logo nosso corpus estará desde o fim do Livro 6, passando por todo o Livro 7 até o começo do Livro 8.

O primeiro deles é intitulado por uma etiqueta na capa dizendo

L.L Livro 6 6

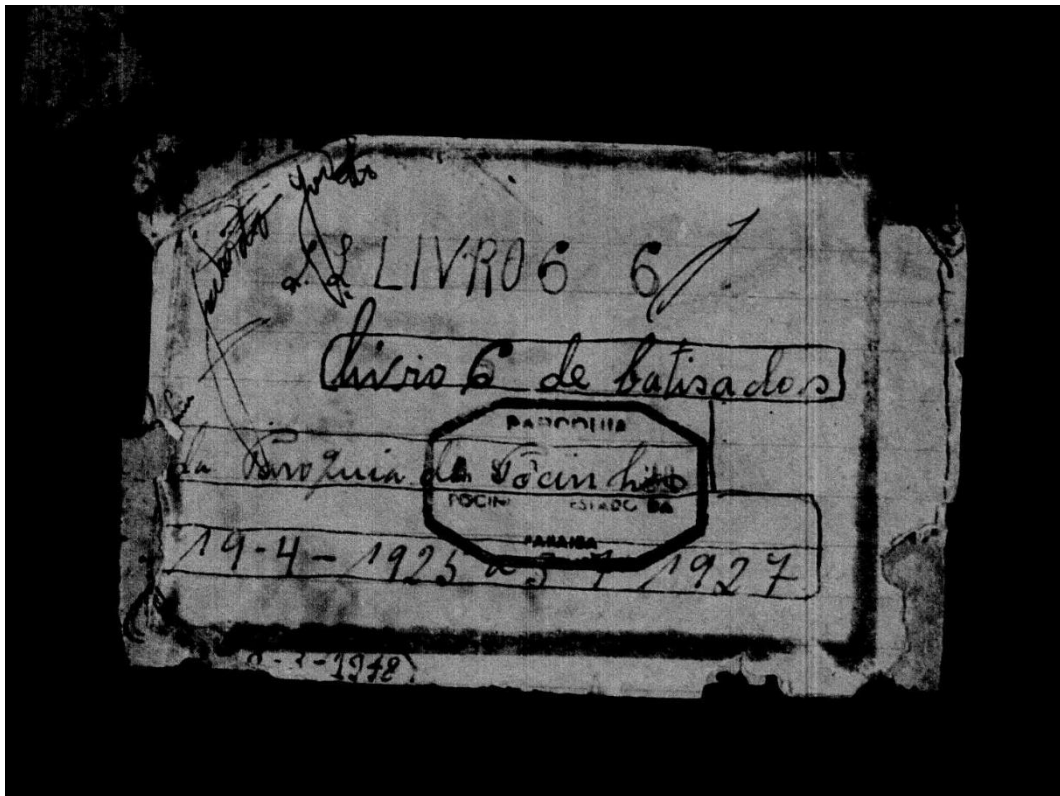
Livro 6 de batizados [sic]

da Paróquia de Pocinhos

19-4-1925 a 3-7-1927

?-?-1948

Figura 3 - Etiqueta do livro 6



Fonte: O autor (2023)

Sobre a etiqueta estão um carimbo da paróquia e uma assinatura ilegível.

Na página de rosto (sem número) há um termo de abertura datado da cidade da Paraíba em 13 de novembro de 1925 e datado por Monsenhor Manuel Martins de Moraes, secretário do Arcebispado. Diz o termo:

Por especial comissão do Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo metropolitano este livro, que servirá para o lançamento dos termos de batizados da paróquia de

Pocinhos, vai por mim rubricado com a rubrica [rubrica] de que uso. Ao que, para constar, lavrei este termo que assigno. Parahyba 13 de novembro de 1925. Monsenhor Manuel Martins de Moraes Secretario do Arcebispo. 6

Figura 4 - Termo de abertura de 1925

Termo de abertura

Por especial Commissão do Excm.
e Revm. Sr. Arcebispo Metropolitano,
este livro, que servirá para o lan-
çamento dos termos de baptizão
da Parochia de Pocinhos, vai
por mim rubricado com
a rubrica Moraes, de
que uso. Ao que, para constar,
lavrei este termo que assigno.
Parahyba, 13 de novembro de 1925
Mons. Manuel Martins de Moraes
Secretario do Arcebispo

6

Fonte: O autor (2023)

O secretário rubricou todas as páginas do livro no canto superior direito. O volume é numerado por páginas e na última página, sem numeração, encontra-se o termo de encerramento datado do mesmo lugar e data: “Parahyba 13 nov. 25” e assinado por Mons. Manuel Martins de Moraes, secretário do Arcebispo, o mesmo que havia rubricado as páginas do livro no canto superior direito.

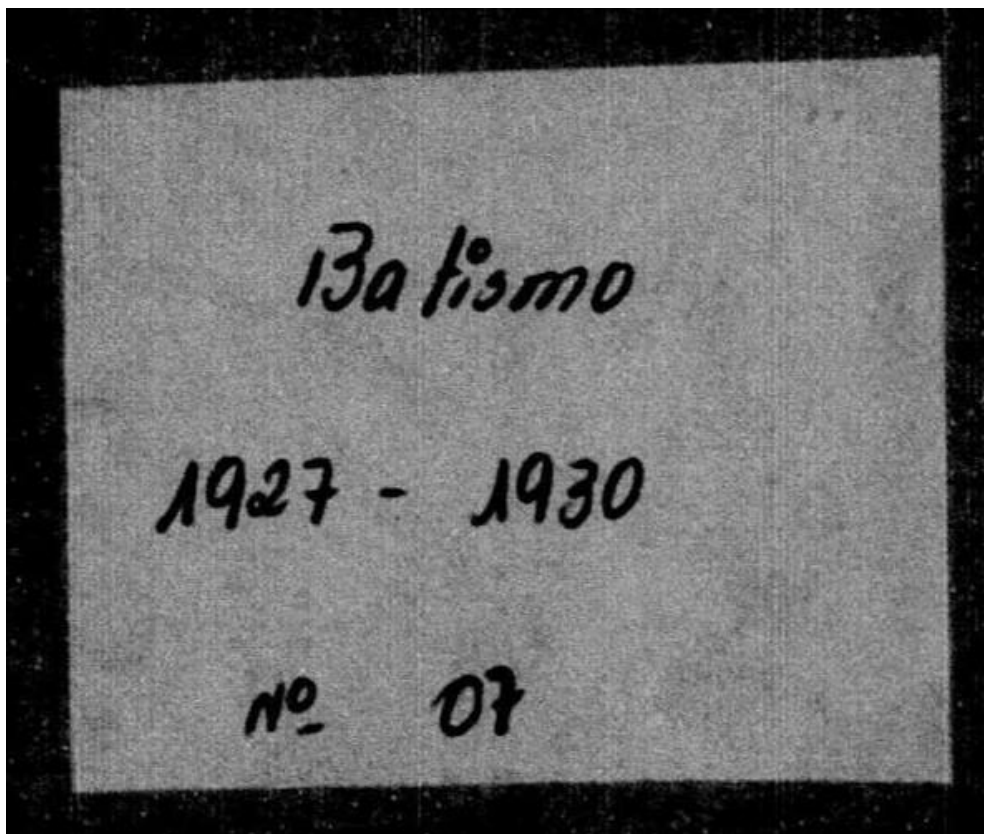
O segundo livro traz uma etiqueta mais simples que diz apenas

Batismo

1927-1930

Nº 07

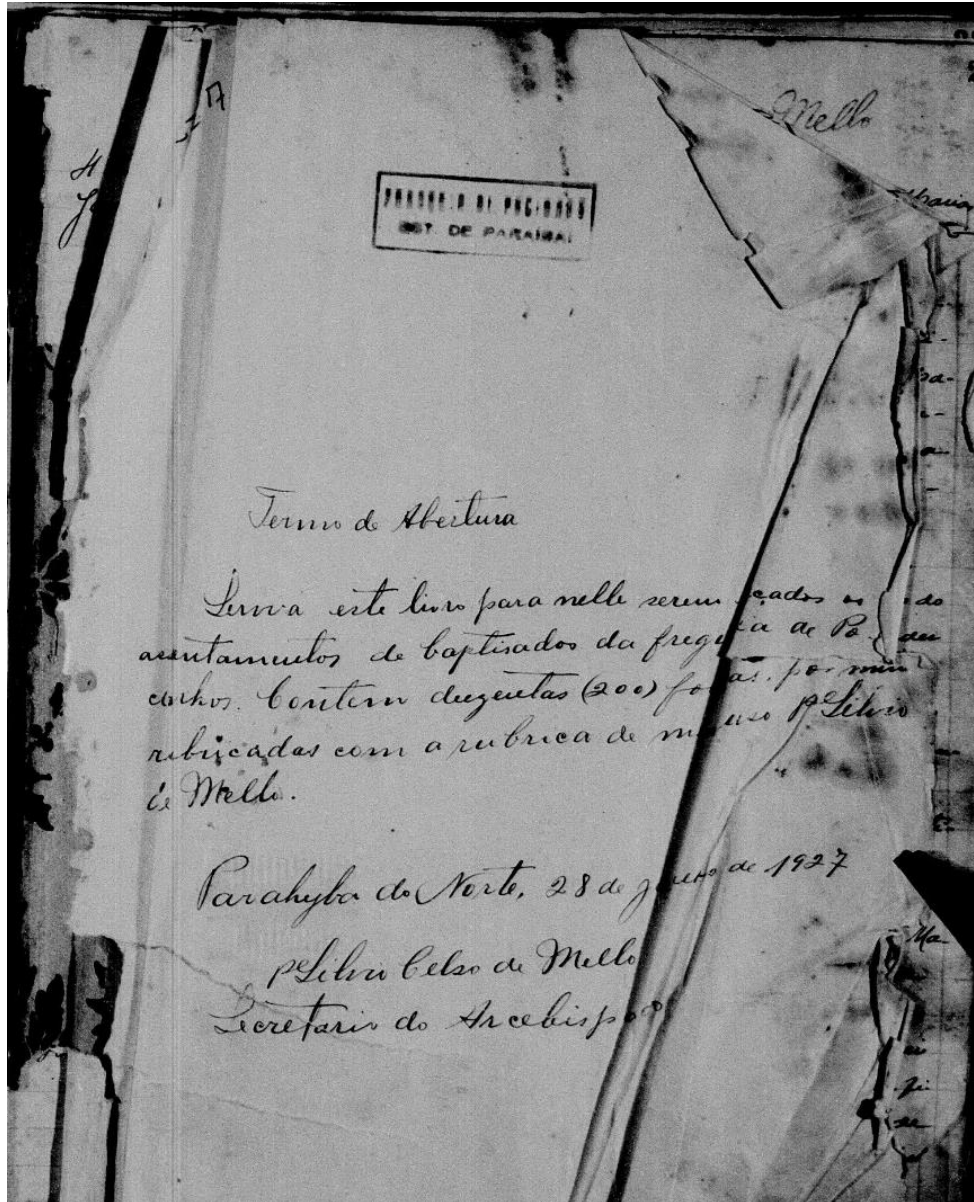
Figura 5 - Etiqueta do livro 7



Fonte: O autor (2023)

O termo de abertura é datado da “Paraíba do Norte, 28 de janeiro de 1927” e assinado pelo Cônego Silvio Celso de Mello, secretário do Arcebispado, que rubrica todas as folhas acima e a direita. Este segundo livro é numerado por folhas.

Figura 6 - Termo de abertura do livro 7



Fonte: o autor (2023)

Diz o termo: “Sirva este livro para nelle serem assentados os assentamentos de baptisados da freguesia de Pocinhos. Contem duzentas (200) folhas por mim rubricadas com a rubrica de meu uso Padre Silva de Mello. Parahyba do Norte, 28 de janeiro 1927.”

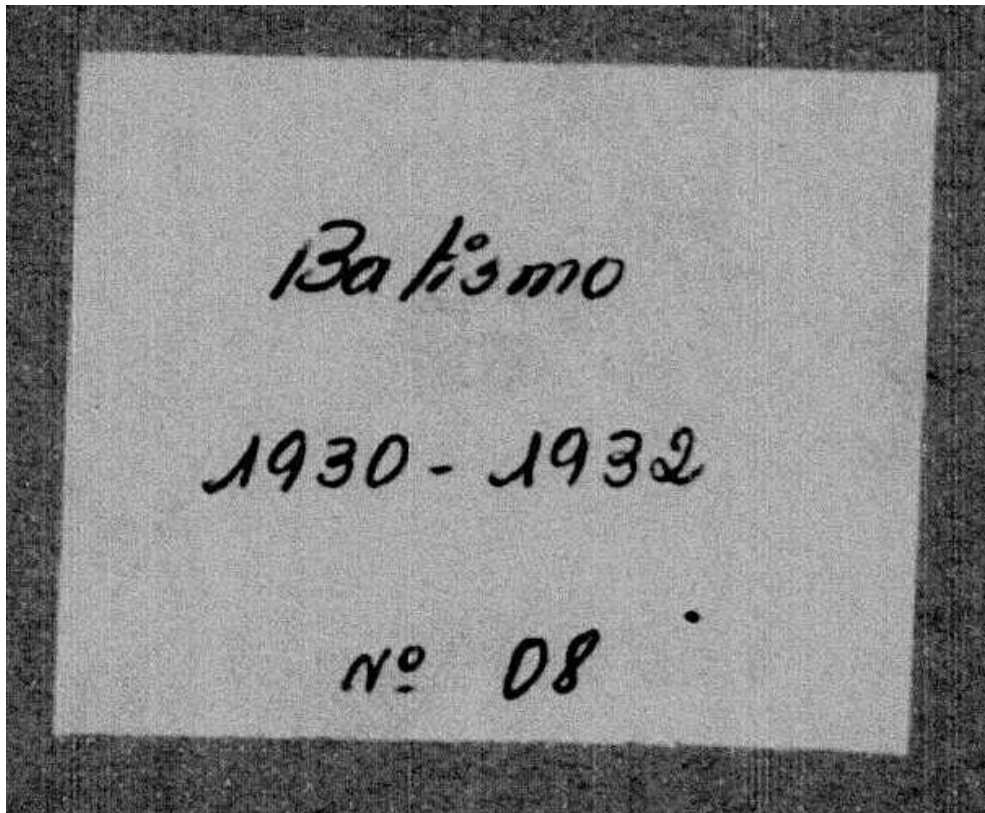
O terceiro livro traz na capa uma etiqueta também simples, muito semelhante à do livro anterior que diz

Batismo

1930-1932

nº 8

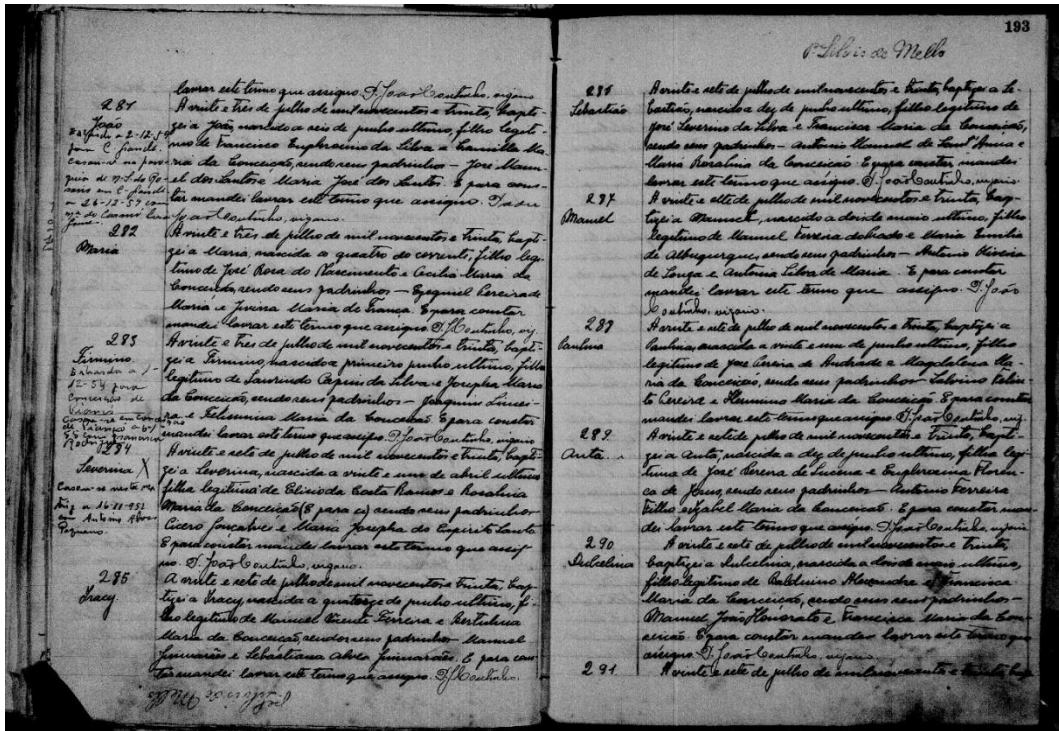
Figura 7 - Etiqueta do livro 8



Fonte: O autor (2023)

Pela semelhança, que as duas etiquetas (do livro 7 e do livro 8) foram feitas na mesma data e, por usar uma caneta esferográfica, vê-se que elas foram assentadas num período bastante posterior.

Figura 8 – Livro 7, aspecto interno



Fonte: O autor (2023)

O livro número 8, diferentemente dos anteriores traz uma folha de rosto. Nesta há um formulário impresso com os seguintes dizeres (os manuscritos estão marcados em itálico>

Livro

de

Batizados

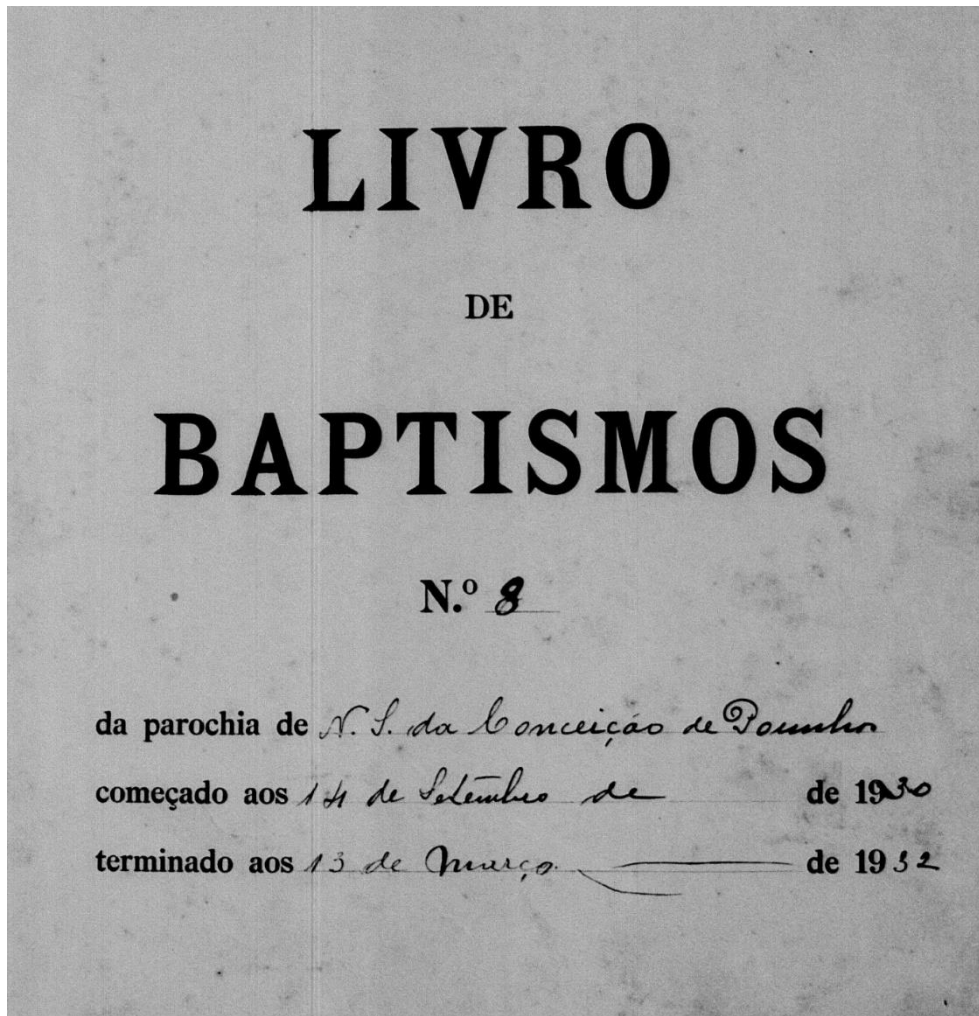
Nº 8

da paróquia de *Nossa Senhora da Conceição de Pocinhos*

começado aos *14 de setembro de 1930*

terminado aos *15 de março de 1932.*

Figura 9 - Folha de rosto do livro 8



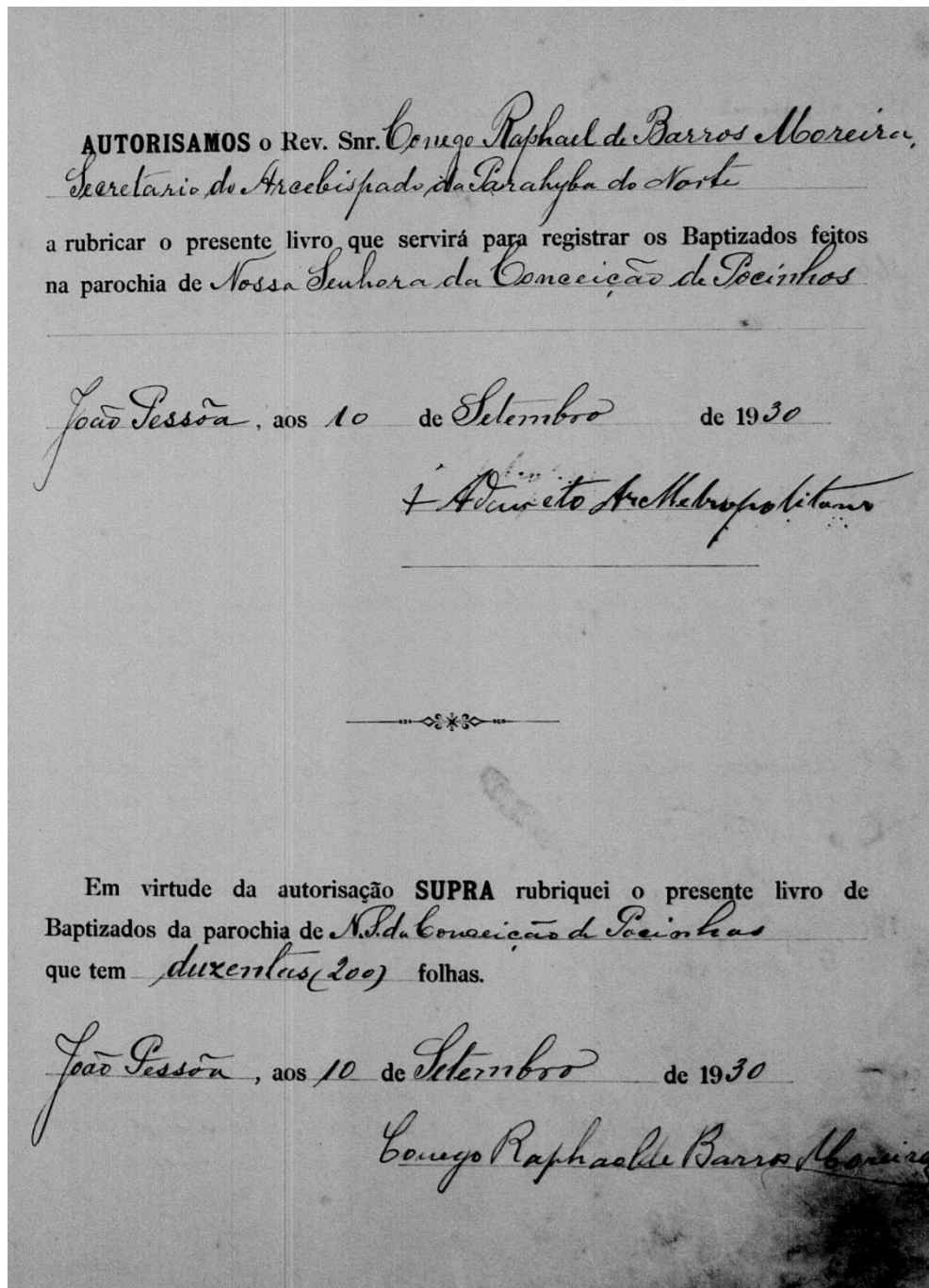
Fonte: O autor (2023)

A seguir, temos o termo de início do livro 8, que, diferentemente dos anteriores, começa pela autorização da sua abertura e, a seguir, o termo de abertura propriamente dito:

Autorisamos [sic] o Rev[erendíssimo] Snr. [senhor] *Conego Raphael de Barros Moreira, Secretario do Arcebisado da Parahyba do Norte* a rubricar o presente livro que servirá para registrar os Baptizados feitos na paróchia de *Nossa Senhora da Conceição de Pocinhos. João Pessoa* [sic] aos 10 de setembro de 1930. +*Adauto, Arcebispo Metropolitano* [assinatura]

Em virtude da autorização [sic] SUPRA rubriquei o presente livro de Baptizados da paróchia de *N[ossa] S[enhora] da Conceição de Pocinhos* que tem *duzentas (200)* folhas. *João Pessoa* [sic], aos 10 de Setembro de 1930. *Conego Raphael de Barros Moreira* [assinatura]

Figura 10 - Autorização do livro 8



Fonte: O autor (2023)

3.1.2 Os registros

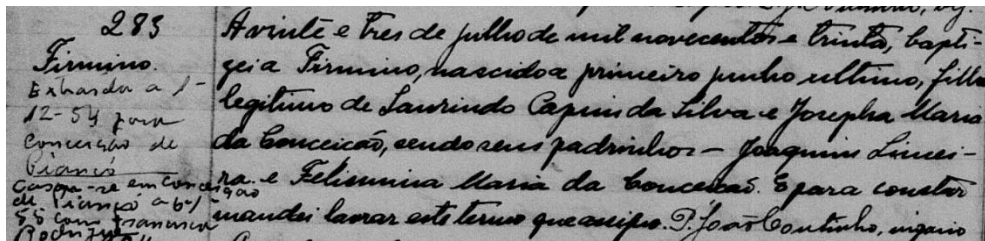
Conforme podemos analisar, os registros se compõem da fórmula “Em [dia, mês e ano] X-batizou/batizei no [local, capela/matriz] [primeiro nome da criança] filho(a) legítima/0 de

[Nome do pai, se conhecido, ou 0 se não] e [Nome da mãe] sendo seus padrinhos [Nome do padrinho] e [Nome da madrinha]. E para constar lavrei/mandei lavrar o presente ato que assino. Assinatura do pároco”. Nos documentos vem primeiro o nome da criança sem sobrenome, o do pai, depois o da mãe, depois do padrinho e por fim o da madrinha. Todos os registros têm uma margem esquerda de cerca de 2,5 cm onde é identificado o nome da criança e onde há espaço para notas, em geral sobre a extração da certidão para casamento ou outro motivo.

Como exemplo observe-se o registro de batismo número 283 de 1930 na folha 192 verso do livro 7 que diz no corpo principal

A vinte e tres de julho de mil novecentos e trinta, baptizei a Firmino, nascido a primeiro de junho ultimo, filho legitimo de Laurindo Capim da Silva e Josepha Maria da Conceição, sendo seus padrinhos – Joaquim Limeira e Felismina Maria da Conceição. E para constar mandei lavrar este termo que assigno. Padre João Coutinho, vigário [assinatura].

Figura 11 – Registro de batismo 283/30



Fonte: O autor (2023)

A margem direita era reservada para o número do registro e nome da criança. Havia um espaço a ser preenchido (muito posteriormente, é claro) pela notícia da extração para casamento, quando fosse o caso. Neste espaço temos “283 Firmino”. A nota posterior, feita logo abaixo com outra letra, como se poderia esperar, diz “Extraída a 1-12-54 para Conceição de Piancó. Casou-se em Conceição de Piancó a 6-1-55 com Francisca Rodrigues”.

O livro “Baptismos n.o 8”, diferentemente dos anteriores, vem com áreas impressas a serem preenchidas e orienta a distinguir filhos legítimos dos ilegítimos de forma explícita (o primeiro a ser indicado *ipsis literis* como ilegítimo é o registro 374 de 1930.

Figura 12 – Registros 374/30 e 375/30 filho ilegítimo e filho legítimo

Fonte: O autor (2023)

Dizem os registros:

374	José	cinco de setembro de 1930	illegítimo	Francisca Anna da Conceição		Pocinhos	Quatorze de Setembro de 1930 na Matriz pelo vigário	Luiz Ferreira de Araujo e N[ossa] S [enhora] da Conceição
375	José	onze de junho de 1930	legítimo	Severino Correa da Silva	Izabel Amélia do Espirito Santo	Pocinhos	Quatorze de Setembro de 1930 na Matriz, pelo vigário	José Correa da Silva e Amélia Maria da Conceição

Diz Pêcheux (2008) que todo discurso é um índice potencial de filiações sócio-históricas constituindo-se em efeito dessas filiações em um tempo e um espaço. Isso se nota na estrutura acima. Apesar do uso da primeira pessoa do singular, o sujeito da ação se assujeita à instância da Igreja. Em outras palavras, o padre, ao lavrar a ata do batismo se coloca não como o autor da ação, mas como um mero executante em nome da Igreja Católica. Além disso, o tempo (data) e o espaço (local do batizado) são explicitadas. Sendo assim, o celebrante se coloca conscientemente dentro da polifonia discursiva da Igreja que representa (Possenti, 2004, p167). Além disso, o sujeito assujeitado constrói o que Maingueneau (1997, p. 45) chama de “cenografia”, garantindo o seu lugar de fala na performatividade do ato de batizar (Austin, 1970).

A preocupação com o cumprimento da fórmula de registro era levada muito à sério, nas poucas vezes em que ocorre um erro de formulação, tenta-se corrigi-lo. O registro 327 de 1930 (fl. 196 verso, livro 7), por exemplo, é rasurado por erro na fórmula. Essa seria uma forma

incorreta de correção. A forma correta seria a que aparece, por exemplo, no registro 205 de 1927 (p. 165, livro 6), em que, logo depois do erro é colocada a palavra “digo”. Uma forma “mista” de correção aparece no registro 488 (fl. 70 reto) de 10 de agosto de 1928 onde existe uma correção com um “digo” no nome do padrinho e uma rasura no nome da madrinha.

Esse cuidado com a exatidão não é só uma preocupação da época, uma errata muito posterior, foi feita em 1991, no registro 28 de 1929 (fl 99 reto, livro 7) colocada à margem na vertical, de cima para baixo retifica o nome da mãe. Isso se explica porque, apesar da separação formal da Igreja e do Estado em 1889, o Estado brasileiro (assim como outros) ainda aceita os registros de batismo como prova de idade, origem e paternidade. A performatividade, portanto, não é só garantida pela Igreja, mas também pelo Estado, mostrando a polifonia discursiva do ato de registrar o batismo.

Isso não significa que o escrevente não quisesse inovar, mesmo indo contra o direito canônico, isso acontece duas vezes em casos de registros de gêmeos. Em 1927 os irmãos José e Josepha são registrados sob o mesmo número (726, fl 23 reto). Ambos têm os mesmos dados, inclusive os mesmos padrinhos. A segunda vez em que isso aconteceu, os registros. 299 e 300 de 1928 (fl. 53, livro 7) estão unificados em um só. São os irmãos gêmeos Cosme e Damião com os mesmos padrinhos. Isso, porém, gera uma confusão e logo abaixo há uma corrigenda dizendo que Damião tem padrinhos diferentes de Cosme, além disso, foram atribuídos números diferentes a cada um. O que levou o escrevente a tentar essa inovação na fórmula foi, muito provavelmente, o desejo de não ter de repetir os nomes dos pais e demais informações. A tentativa de alteração, contudo, gerou uma trapalhada no segundo caso, o que, provavelmente lhe deu mais trabalho do que seguir a norma rotineira, assim, todos os outros casos de gêmeos, as crianças foram registradas individualmente.

Um caso extremo ocorre no Registro 175 de 1930 que foi anulado sem explicação. Sobre o registro, diagonalmente foi escrito “sem efeito” e assinatura do padre. Aparentemente a causa da anulação foi porque os dados foram confundidos com o do registro 176 abaixo. A numeração, entretanto, não foi anulada.

3.1.3 Considerações metodológicas

Foram levantados 2730 registros de batismo para esta pesquisa, o universo da pesquisa, porém, pode não incluir todos os batizados acontecidos nos anos em pauta, pois estes registros estão sujeitos a erros a dois níveis de erro: erros de coleta e erros de assentamento.

Os erros de assentamento são aqueles realizados no momento do registro do batizado cometido pela pessoa responsável. Os registros eram manuscritos em volumes que não podiam ser reescritos ou ter sua ordem alterada. Assim, muitos batizados de um ano são registrados nos anos seguintes, como é comum em quase todas paróquias daquele tempo. Provavelmente a paróquia teria um “borrador”, isto é, um livro de rascunho e depois os registros eram transcritos para o livro definitivo. Demonstra isso a grande uniformidade de caligrafia, pena e tinta das séries de registros, se eles fossem sendo feitos ao longo do ano, pelo menos a pena variaria. Nesse processo de transcrição havia erros e registros eram esquecidos. Não se pode ser demasiadamente exigente quanto a este ponto. O padre teria mais cuidado em registrar membros da própria família e pessoas de destaque, em geral, do que pessoas desconhecidas ou sem destaque social. Pessoas de relevo chamam mais a atenção e têm menos chances de serem esquecidas em um lapso qualquer. Também é preciso levar em conta que o processo de transcrever os registros é bastante tedioso. As fórmulas eram muito estritas e não permitiam variações, sendo repetidas por horas a fio pelo escrevente. No registro 149 de 1927 (fl 157 reto, livro 6), em vez da fórmula “Padre João Coutinho, vigário” se encontra “Padre João Coutinho Vigário de Pocinhos”, no registro seguinte, 150 de 1927 (fl 57 verso) a palavra “vigário” aparece abreviada como “vigar”. Parece que o padre estava entediado e tentava variar a rotina da única forma que lhe era permitida.

Quando, por algum motivo se achava o erro, esse era registrado, muitas vezes em qualquer lugar, mas em geral, depois do último registro do ano. Esses registros extemporâneos foram desconsiderados, pois, são difíceis de se computar e, sendo poucos, não influem na pesquisa estatística.

Há erros possíveis em cada um dos elementos dos registros (data, idade, batizante, batizado, pai, mãe, padrinho, madrinha). Inclusive com inversões de ordem (por exemplo, o pai pode ser registrado como padrinho e vice-versa). Foram verificadas 14 rasuras e retificações. Encontramos mais 22 erros que não foram corrigidos pelo escrevente, o que dá 36 erros em

2729 registros. Considerando que elas são apenas aquelas que foram percebidas tanto pelo escrevente quanto pelo pesquisador, poderemos multiplicar esses erros por três e teremos e mesmo assim teremos apenas 102 erros, com diferentes níveis de gravidade, em 2730 (3,73%).

Os erros de coleta, são aqueles cometidos pelo pesquisador que podem ser tanto a simples supressão de um registro causada pelo cansaço, quanto as dificuldades inerentes à pesquisa.

Uma dificuldade encontrada é a identificação de pessoas. Primeiro é grande o número de homônimos, principalmente entre as mulheres. Havia pouca variação nos prenomes e poucos sobrenomes. Assim, pode ser que duas pessoas diferentes tenham sido contadas como a mesma. Por outro lado, uma mesma pessoa pode ter seu nome escrito de diversas maneiras. Por exemplo, Maria Cecília Coutinho aparece também como Maria Cecy Coutinho ou simplesmente Cecy Coutinho ou Cecília Coutinho. Sendo ela uma pessoa conhecida, esposa de Antônio Coutinho e cunhada do Padre João Coutinho, é fácil perceber que se trata da mesma pessoa, principalmente porque está sempre fazendo par com um dos dois quando é madrinha. Porém, com pessoas menos conhecidas, isto não é tão fácil.

Dificuldade também apresenta a paleografia. Os livros estão escritos num estilo de caligrafia “em guirlanda”, sendo quase impossível distinguir, por exemplo, os sobrenomes “Lima” e “Luna”, comuns na região, a não ser pelo pequeno ponto em cima do “i”. Preferiu-se considerar “Luna” se não há um ponto sobre a palavra e “Lima” se o ponto aparece, mas não se pode estar seguro de que o escrevente não esqueceu o “pingo do i”, ou se este desapareceu com o tempo. Muitos nomes estão escritos de maneira desleixada, mas, em geral, é possível deduzi-los por serem comuns.

3.2 O PROBLEMA DA IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Um problema enfrentado por Knak (2014), entre outros estudiosos de comunidades provincianas, é realizar uma coleta de dados suficiente para sistematizar as informações biográficas dos indivíduos que atuaram na comunidade em foco durante período estudado. A maioria deles não deixou marcas na historiografia e, quando as deixou, na maioria das vezes é citado em obras amadoras pouco sistemáticas ou em livros de memórias, ainda mais quando se tratam de pessoas que não faziam parte da elite local.

Dificultam a identificação de indivíduos, entre outras coisas não haver registro de eleitores ou membros de partidos, já que a justiça eleitoral no Brasil só se inicia em 1932, dois anos depois do término do período aqui estudado, através do Decreto nº 21.076/32. Também não há registros de propriedade confiáveis para a época, uma vez que mesmo hoje estes são burlados. Finalmente, não se conhecem registros de licenças para funcionamento de comércios em Pocinhos naquela época. Como base de dados para tentar identificar as pessoas destacadas neste estudo, usaremos todas as fontes possíveis dentro do tempo de que dispomos.

Devemos lembrar que a relação das pessoas com seus nomes não era a mesma de hoje. O nome próprio é uma construção sócio-histórica, prova disso é a recente introdução da noção de “nome social” em nossa legislação. A maioria dos brasileiros só foi ter um documento de identificação depois da criação da Carteira de Trabalho pelo decreto de 22.035/32 de 29 de outubro de 1932, depois, portanto do fim do período que estudamos. Segundo Barbosa (2023), sua introdução fez parte da estratégia de Vargas para controlar os trabalhadores. Antes do governo Vargas, aliás, a emissão de documentos pessoais no Brasil era caótica. Assim, ao registrar os nomes de pais e padrinhos, não era exigido nenhum documento de identificação. Os indivíduos interessados apenas informavam oralmente seus nomes a um escrevente (o padre ou o sacristão, em geral) que os anotava. Um indivíduo poderia mudar facilmente de nome, como foi o caso de Irineu Joffily, que nasceu Irineu Ceciliano Pereira da Costa e, para mudar de sobrenome apenas precisou inventar um novo e publicar um anúncio em um jornal. Pessoas comuns podiam mudar seu sobrenome todas as vezes que lhes era perguntado. Um exemplo disso é o que acontece com o registro 728/28 (folha 92 verso, livro 7) em que os pais aparecem como Amaro Vicente de Mello e Francisca Maria da Conceição. Entretanto, à margem direita, no espaço reservado, está uma nota que diz “Luiza⁺ conforme documento Civil de nº 9 (cartório de Cabrobó-Pe) o nome dos pais da batizada é [sic]: Amaro José de Melo e F^{ca} Maria de Melo. Para aposentadoria em Pe a 22.07.92”. Daí se deduz que, Luiza, apesar de ter nascido em Pocinhos, só foi obter um registro de nascimento civil posteriormente, em data desconhecida, em Cabrobó-PE. Nesse documento o sobrenome do pai mudou de “Vicente de Mello” para simplesmente “Melo” e ele ganhou um nome composto. “Vicente” é um sobrenome de uma família bem conhecida em Pocinhos. Do mesmo modo o nome a mãe deixou o hagiônimo “da Conceição” adquirindo o sobrenome do marido.

Um grande problema é identificar as mulheres. As mulheres raramente recebiam um sobrenome antes de haver o registro de nascimento ou o casamento civil. Não era costume que as filhas recebessem o nome do pai e somente as que eram civilmente casadas ganhavam o sobrenome do marido. Na época em foco, o registro e o casamento civis eram reservados àquelas famílias que tinham posses e, por isso, teriam questões de herança, logo algo restrito às classes proprietárias. Em geral, quando era preciso um ato formal as mulheres usavam como sobrenome as expressões “da Conceição”, “de Jesus”, “do Espírito Santo”. Também ocorre, embora menos frequentemente, que homens também recebam sobrenomes “postíços” como “de Maria” ou “de Jesus”. Mais raramente, tanto homens como mulheres aparecem sem sobrenome. Por outro lado, algumas mulheres têm o mesmo nome da mãe com o sufixo “Filha”, como, por exemplo Maria Martinha Filha (reg. 44 de 1927, fl 42 reto, livro 6). Muitíssimo raros são os casos em que os nomes aparecem abreviados, como Francisca F. da Conceição no registro 25 de 1927 (fl 42 verso).

Essa dificuldade em individualizar mulheres faz com que haja grande distorção nos dados. Os casos extremos são o de “Francisca Maria da Conceição” com 55 afilhados, “Severina Maria da Conceição” com 63 e “Josepha Maria da Conceição” com 86. No mesmo período, o homem com mais afilhados, Padre João Coutinho, tem 13. Evidentemente poderia se tratar de importantes matriarcas, mas não é o caso. “Severina Maria da Conceição”, por exemplo, aparece como mãe de 24 crianças, de 24 pais diferentes, só em 1930, o que é biologicamente impossível. O mesmo se dá com Josepha Maria da Conceição, que também aparece com 24 filhos de 24 maridos em 1930 e Francisca Maria da Conceição que aparece com “apenas” 16 recém-nascidos de 16 homens nesse ano. Conclui-se, portanto, que existiam pelo menos 24 mulheres chamadas “Severina Maria da Conceição” e “Josepha Maria da Conceição” e 16 chamadas “Francisca Maria da Conceição” que tiveram bebês somente em 1930. Há o casos em que a mãe e a madrinha são homônimas como os registros 749 de 1928 (fl. 94 verso, livro 7) e 326 de 1929 (fl. 125 verso, livro 7) nos quais tanto a mãe quanto a madrinha se chamam “Severina Maria da Conceição”.

O grande número de mulheres homônimas fez com que fosse impossível tabular dados baseados em nomes femininos, assim preferimos usar para tabulação apenas nomes masculinos e pares de padrinhos. No caso dos nomes masculinos há muito menor variância e no nome dos

casais, o nome masculino em correlação com o nome da mãe garante uma identificação muito mais precisa.

Por outro lado, é preciso observar que nem sempre os pares de padrinhos representam casais, isto é, não é necessário que os padrinhos sejam casados entre si. Um homem pode ser padrinho com sua esposa e, no mesmo dia, fazer par com sua filha ou irmã para serem padrinhos de outro bebê, por exemplo. No caso dos padres que são padrinhos, é inevitável que seu par não seja sua esposa. Além disso, não é necessário que haja dois padrinhos para o batizado, o direito canônico pede que haja pelo menos um padrinho ou madrinha. Há também os casos “de emergência” em que se poderia batizar sem padrinhos, embora não haja registro disso em nosso corpus.

O fato acima mostra a grande capacidade heurística do método da seriação. Nunca antes foi levantado o problema da homonímia entre mulheres em um nível tão elevado na região. No início deste trabalho não se pensava absolutamente nisso. Esse caso levanta a ponto da diferença de necessidade de identificação entre os gêneros, levando para um possível campo da discussão da questão da identidade feminina.

3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os registros atinentes a esta pesquisa começam em janeiro de 1927, sem especificação do dia, apenas mês e ano, na página 140 do Livro 6 e terminam no dia 24 de dezembro de 1930 no reto da folha 30. Forma-se então a seguinte Tabela 1:

Tabela 1 – Distribuição dos registros pelos anos

ANO	DATA DE INÍCIO	FOLHA OU PÁGINA DE INÍCIO/ LIVRO	DATA DE FIM	FOLHA OU PÁGINA DE FIM/ LIVRO	QUANTIDADE DE REGISTROS
1927	Jan 1927	Pág. 140 LIVRO 6	28 dez 1927	Fol. 29 reto LIVRO 7	763
1928	1 jan 1928	Fol. 29 reto LIVRO 7	30 dez 1928	Fol. 97 reto LIVRO 7	767
1929	1 jan 1929	Fol. 97 reto LIVRO 7	21 dez 1929	Fol. 160 verso LIVRO 7	587

1930	1 jan 1930	Fol. 161 reto	24 dez 1929	Fol. 30 reto	612
		LIVRO 7		LIVRO 8	
TOTAL					2729

Fonte: O autor (2023)

Da Tabela 1 verifica-se que o número de registros cai bruscamente de 768 em 1928 para 588 em 1929. Provavelmente este fato se deve a que a capela de Puxinanã começara a ser construída, atraindo os moradores dos arredores para realizar suas cerimônias lá e não mais na matriz, a doze quilômetros. Há o seguinte texto ao fim dos registros de 1928 (f.97 reto): “N.B. Durante o ano de 1928 batizaram-se nesta Paróquia 776 crianças, sendo 398 do sexo masculino e 378 do sexo feminino. 764 legítimas e 12 ilegítimas”. Isso também pode indicar uma base territorial diferente da de 1929 e 1930, uma vez que os registros são de toda a paróquia e não só os da matriz. Nos registros de 1929 e 1930 aparece a fórmula “nesta matriz”, que está ausente em 1927 e 1928. Nos primeiros registros de 1927 está a fórmula “foi batizado nesta paróquia”, depois, simplesmente, não se coloca onde foi realizado o rito.

Não se pode argumentar que há um o número menor de dias em que houve batismos. Apesar de a última data de batizado em 1928 ser 30 de dezembro e em 1929 ser 21 de dezembro, não se batizava todos os dias. As datas quando se realizavam os batizados variavam de semana para semana. Havia semanas em que o padre estava ausente ou atarefado em que não se batizava em nenhum dia. Outras semanas, principalmente perto das festas da Igreja, havia batizados quase todos os dias. Além disso, não se batizava em ritmo industrial, isto é, nem sempre se batizava o mesmo número de crianças num dia. Entretanto, a média e o desvio padrão do número de afilhados por padrinho ou por casal de padrinhos dos anos estudados não sofreu variação significativa:

Tabela 2 – Registros, Média e Desvio padrão de afilhados por padrinho e por casal

ANO	REGISTROS	MÉDIA DE AFILHADOS POR PADRINHO	DESVIO PADRÃO DE AFILHADOS POR PADRINHO	MÉDIA DE AFILHADOS POR PAR	DESVIO PADRÃO DE AFILHADOS POR PAR
1927	763	1,1	0,5	1,1	0,5
1928	767	1,2	0,8	1,1	0,5
1929	587	1,2	0,7	1,1	0,3
1930	612	1,3	0,9	1,1	0,5
TOTAL	2729	1,2	0,8	1,1	0,5

Fonte: o autor (2023)

Os números da tabela acima denotam que era normal que cada padrinho ou casal de padrinhos tivesse um ou dois afilhados por ano, o que não fere o senso comum. Isso, porém não quer dizer a cada quatro anos os mesmos padrinhos ou casais batizem uma ou duas crianças. A média e o desvio padrão do período completo mostra que nos quatro anos estudados, cada padrinho ou casal teve apenas um ou dois afilhados para todo o período. Esses números significam também que qualquer um com mais de dois afilhados está acima da média tanto do período como de cada ano em particular.

3.3.1 Calculando a população de Pocinhos

Não existem estatísticas oficiais sobre a população de Pocinhos na época. O censo nacional ocorrera em 1920, dando apenas a população total do Município de Campina Grande (70.806 habitantes). No censo seguinte, em 1940, o município tinha 126.139 moradores. Na época, Campina Grande tinha quatro distritos Campina Grande (sede), Pocinhos, Fagundes e Boa Vista, sendo que apenas Pocinhos e a sede municipal eram matrizes de paróquia. Se considerarmos então que o distrito de Pocinhos concentrasse 10% da população, então, ele teria entre 7 mil e 12 mil habitantes no período pesquisado. Esta aproximação é bastante grosseira e insatisfatória. Para uma melhor estimativa podemos usar o Método de Estimativa de Fermi (Navarro, p. 57-68) a partir dos dados apresentados na Tabela 2.

Sabemos, a partir dela a média de batismos do período estudado ($\bar{A} = 682,25$). Cada batizado corresponde a um pai e uma mãe (mesmo os filhos de mães solteiras têm um pai, embora desconhecido), isso significa que o número de pais do período é

$$a) P = 2 \bar{A}$$

Sabemos que, num período sem métodos contraceptivos confiáveis, as mulheres em idade fértil engravidavam, em média, uma vez por ano, então é razoável pensar que a média do número de mulheres férteis (MF) é igual ao do número de batismos (exceto nos pouquíssimos casos de gêmeos)

$$b) MF = \bar{A}$$

Segundo Vasconcelos (2006), a taxa de natalidade do Brasil em 1930 era 6,2 crianças por mulher. Isso significa que o número de crianças na comunidade de Pocinhos em 1930 seria

$$c) C = 6,2 MF \Rightarrow C = 6,2 \bar{A}$$

Podemos então aceitar que o número de crianças e adultos e seus pais (N) seria

$$d) N = C + P \Rightarrow N = 6,2 \bar{A} + 2 \bar{A} \Rightarrow N = 8,2 \bar{A}$$

A população total seria então

$$e) X = N + Y \Rightarrow X = 8,2 \bar{A} + Y$$

O número Y representa todos os que estão acima da idade fértil, o que na época constituía cerca de 10% da população, que então pode ser estimada em

$$f) X = 9,2 (682,25) = 6.276,7$$

Aplicando-se o processo de Wiener, o número de habitantes deverá estar entre um mínimo de 2.807 e um máximo de 14.033.

O número obtido pela aproximação de Fermi, 6.276 é cerca de 9% da população total do então município de Campina Grande, portanto é bastante razoável.

3.3.2 Porcentagem de afilhados por par e padrinhos (homens)

Verificando os casos de três afilhados ou mais termos por ano:

Tabela 3 – Pares e padrinhos com três ou mais de três afilhados a cada ano

Ano	REGISTROS	Total de pares	Pares com 3 ou mais afilhados	Total de padrinhos	Padrinhos com 3 ou mais afilhados
1927	763	634	17 (2,6%)	683	28 (4,0%)
1928	767	602	18 (2,9%)	670	33 (4,9%)
1929	587	475	10 (2,1%)	532	19 (3,5%)
1930	612	458	38 (8,2%)	521	36 (6,9%)
TOTAL	2729	2169	83 (3,8%)	2406	116 (4,8%)

Fonte: o autor (2023)

As porcentagens de três afilhados ou mais não é muito grande, embora a de padrinhos homens seja mais significativa. Como foi dito, isso se explica pela possibilidade de um homem fazer par com mais de uma mulher. Isso indica uma preferência maior dos homens que das mulheres, o que se esperaria da cultura dessa época. Em 1930 as porcentagens de três afilhados ou mais aumenta, o que significa uma diluição e não uma concentração.

O ano em que o número de batizados está mais centrado em certos padrinhos ou pares é 1929. Coincidentemente, esse foi também o ano em que temos um menor número de registros. Se a explicação para a diminuição do número de registros for a mudança de base geográfica, com a capela de Puxinanã atraindo parte da população que antes recorria à matriz, isso poderia significar que a população que continuou ligada à matriz é mais homogênea quanto à escolha de padrinhos. Entretanto, isso não explicaria a heterogeneidade vista no ano seguinte, 1930. Tendo sido 1929 um ano de eleições, isso pode indicar um esforço ativo de cabos eleitorais e candidatos em se oferecer como padrinhos para angariar votos e apoios, mas isso contrariaria a lógica do “voto de cabresto” e do “bico de pena”, já que nesses sistemas, a boa-vontade do eleitor não importava.

Dos 116 padrinhos acima do desvio padrão, apenas 19 (0,7% do total) têm mais de 4 afilhados no quadriênio analisado.

O campeão de batizados, Padre João Coutinho, tem, no período, 37 afilhados (1,7% do total) e o segundo colocado José Alves do Nascimento tem 23 (1,8% do total). Como o padre, por ser celibatário, não forma pares fixos, ele só pode ser comparado com outros padrinhos homens. Então na próxima etapa, eliminaremos a análise de pares.

3.4 ANÁLISE DE GRAFOS

Feitas as considerações acima, o primeiro passo será construir matrizes de adjacência, em que linhas e colunas representem os atores envolvidos (Pandolfi & Bueno, 2014). Tais atores podem ser indivíduos ou casais. Estabelecida as matrizes, usaremos relações simples, como frequência, média e desvio padrão para determinar as relações significativas e descartar as não-significativas do ponto de vista probabilístico. Entre as relações não-significativas estão aquelas originadas dos erros de assentamento e transcrição. Tais erros humanos são inevitáveis, o que torna necessário não tomar os dados numéricos como sendo extremamente exatos.

Estabelecidas as matrizes de adjacência, são atribuídas às células valor 1 (um) se se apurar que os atores são estatisticamente relevantes e 0 (zero) em caso contrário. Os programas computacionais desenvolvidos para a análise de redes geram então redes associadas, em que os atores (vértices) parecem relacionados por meio de linhas (*edges*).

As métricas mais importantes das redes sociais são o grau de centralidade dos atores e o da própria rede. Há diferentes formas de computar o grau de centralidade, as quais são mais informativas dependendo do fim a ser atingido. O grau de centralidade de um ator (*degree*) mede o número de atores com os quais ele interage; o grau de conectividade (*betweenness*) baseia-se na frequência com que um ator situa-se entre pares de outros atores tendo por referência o caminho geodésico mais curto entre eles; o grau de proximidade (*closeness*) fundamenta-se no grau de proximidade em que um ator encontra-se em relação a todos os outros agentes e assim pode influenciar e sofrer influência de vários atores e não apenas por um específico; o grau de centralidade autovetorial (*eigen-vector centrality*) é uma medida da conexão de um ator a outros com elevado grau de centralidade.

O indicador de conectividade é essencial em estudos históricos por permitir entender como indivíduos que não parecem ter sido mais conectados do que outros podem ter ascendido a uma posição de muito maior prestígio e influência em determinados contextos.

Uma lacuna estrutural (*structural hole*) ocorre quando dois subgrupos de uma rede não interagem devido à inexistência de atores com elevado grau de conectividade e que, por isso, teriam possibilidade de atuar como conectores entre esses grupos (Burt, 1992). Uma lacuna estrutural pode indicar, por exemplo, a presença de dois partidos antagônicos na comunidade em que nenhum de seus membros importantes se relaciona

O grau de centralidade de uma rede mede a importância dos atores mais influentes em termos dos menos importantes indicando a existência de atores muito conectados entre si no sistema em estudo, isto também tem implicações nas interações sociais.

Para a geração das imagens abaixo, foram aplicadas técnicas de visualização de dados, usando a ferramenta Pyvis (<https://pyvis.readthedocs.io/en/latest/index.html#>) para gerar as visualizações.

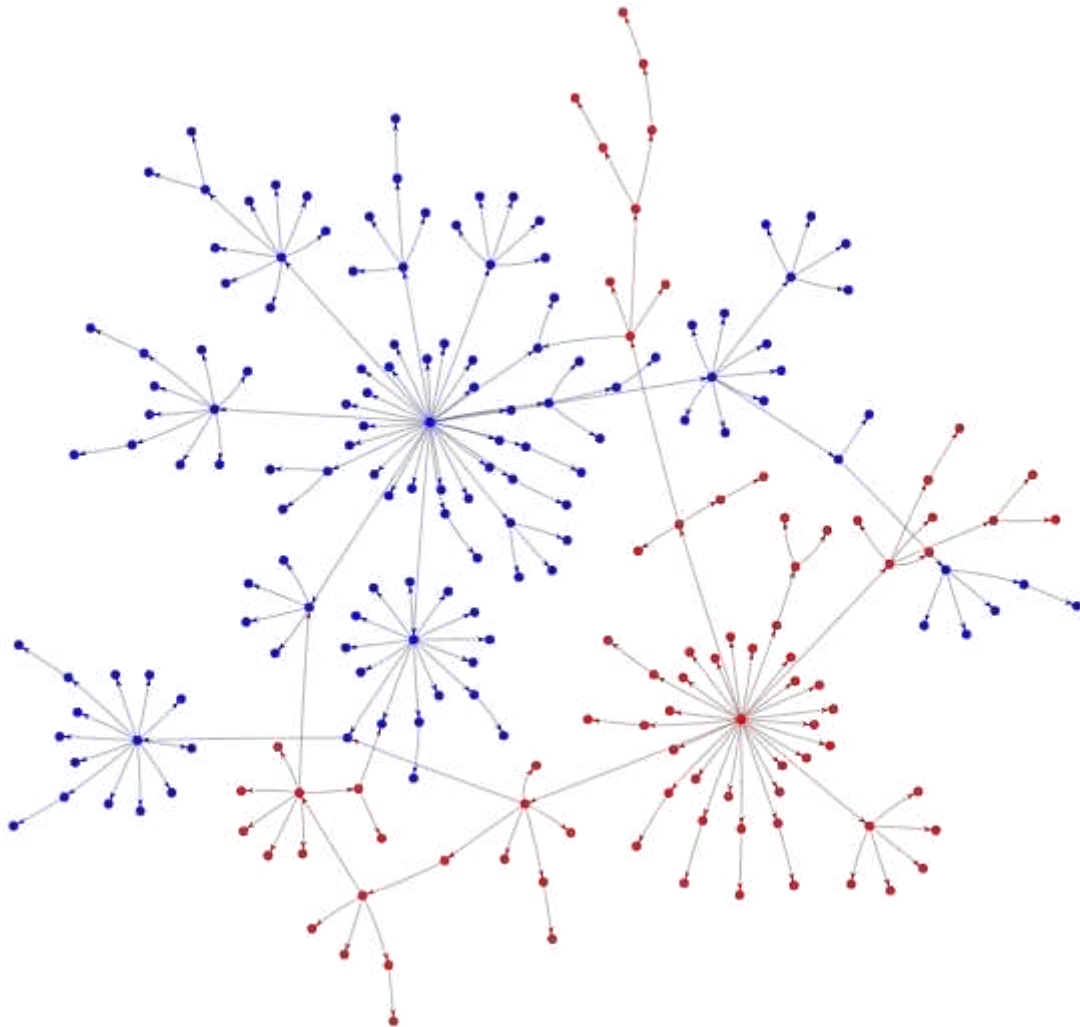
Para uma visualização mais clara dos grupos sociais, um filtro foi aplicado para eliminar os grupos sociais com menos de 4 indivíduos. A ferramenta NetworkX (<https://networkx.org/>) foi usada para aplicar uma busca em largura em cada um dos nós do grafo social e selecionar apenas subgrafos que contivessem pelo menos 3 arestas (cada aresta representa um afilhado).

O código foi desenvolvido a pedido pela programadora Ana Maria da Costa Ribeiro, engenheira de sistemas da Meta Platforms, Inc., especificamente para este trabalho, usando o Google Colab. O código completo usado para gerar as imagens pode ser encontrado em:

https://colab.research.google.com/drive/1qPUwOhJIElr0whvJq1xkuIZOS6JFuBpC#scrollTo=3dV_Y6Rx0cJ

Obtém-se então o seguinte grafo tendo como centro Padre João Coutinho (rede em azul) e José Alves da Costa (vermelho) ligando cada um a seus compadres e aos compadres de seus compadres.

Figura 13 - Rede de compadrio em Pocinhos (1927-1930) grafo completo



Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro (2023)

Apesar de João Coutinho e José Alves do Nascimento terem sido apontados na fase anterior como aqueles que têm mais compadrios, o programa não foi orientado a procurar por eles. O grafo surgiu independentemente desta informação. A única instrução dada ao programa foi que encontrasse os nós de quais saem arestas (*edges*) acima do desvio padrão, isto é, os homens que têm três afilhados ou mais. A centralidade de ambos foi encontrada pelo programa independentemente da análise estatística anterior.

Analise-se em detalhe o nó formado por José Alves do Nascimento:

Figura 14 - Detalhe da figura 13: ligações imediatas de José Alves da Costa. Os ramos interrompidos indicam que se trata de um estema parcial, parte do estema apresentado na figura 13



Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro (2023)

Nota-se que somente 4 dos compadres de José Alves do Nascimento têm três ou mais afilhados (em sentido horário): José Joca do Nascimento (3), Manuel Francisco do Nascimento (4), José Pereira de Araújo (3) e José Tavares de Moraes (4). Vê-se que os compadres de José Alves do Nascimento não são compadres entre si, ou seja, apesar de tantos nós, não temos uma rede. Em outras palavras, José Alves consegue atrair para si muitos compadres, mas não consegue articulá-los organicamente em torno de si. As setas apenas saem do nó representado

por José Alves, o que significa que ele não teve filhos para oferecer como afilhados a outros homens no período, assim como nenhum dos seus compadres.

3.4.1 José Alves do Nascimento

José Alves do Nascimento nasceu em 1887, sendo filho de Rosendo Francisco do Nascimento e Aguida Francisca de Jesus. Aparentemente nasceu em Lagoa Seca, que hoje é um município, mas que então pertencia ao distrito de Pocinhos. Não temos registros de sua vida pública, a não ser que n sua certidão de casamento civil aponta sua profissão como comerciante. Manuel José dos Santos (1979, p.77-79), que tinha 14 anos em 1927, em suas memórias lista cerca de quinhentos nomes de habitantes de Pocinhos, mas não o de José Alves apesar de citar o sogro deste, Ignacio Paulino.

A condição de “comerciante” poderia dar certo prestígio a José Alves do Nascimento, atraindo para si interesses econômicos, o que explicaria a sua preferência como compadre por tantas pessoas. Porém, “comerciante” é um termo vago. Tanto é comerciante o grande atacadista de algodão, quanto o pequeno feirante ou o dono do botequim de esquina. Sem um cadastro de negócios é impossível saber o volume de mercadorias que José movimentava, porém, como não é citado em nenhuma bibliografia, parece não ter sido muito destacado. Ele poderia ter conseguido seu prestígio de outras fontes, como ter sido um benzedor, ou um repentista, mas sobre nada disso há registro.

Sobre sua esposa, Maria das Neves da Conceição, sabemos que ela nasceu em 1909 e morreu em 1990, sendo filha de Ignacio Paulino da Costa e de sua primeira esposa Josepha Francisca da Conceição. Isto a faz ser neta de Paulino José da Costa, patriarca da família Paulino da Costa, o qual hoje tem mais de quatrocentos descendentes vivos que se reconhecem como parentes e que formam um clã mais ou menos unido em Pocinhos e que é relevante na vida da cidade mais pelo número que pela riqueza.

Ambos se casaram no dia 28 de novembro de 1927 sendo testemunhas Abílio Marçal de França e Manuel Rosendo do Nascimento quando ela tinha 18 anos ele já tinha 30. O casamento foi na igreja matriz e o celebrante foi o Padre João Coutinho. Abílio Marçal de França era um conhecido comerciante de algodão na época que vai, posteriormente, se envolver

com o Partido Integralista e ser assassinado em circunstâncias suspeitas muitos anos depois. Em 22 de novembro de 1928 foi assentado o casamento civil de ambos.

Maria das Neves é tia de Antônio Adrião Alves da Costa que foi vereador em Pocinhos pela primeira vez de 1968 a 1973 e vice-prefeito de 1973 a 1977. Foi, provavelmente por influência desse sobrinho de sua esposa, que a lei municipal 257 de 28 de junho de 1975 chama a uma das ruas de Pocinhos “José Alves do Nascimento”, juntamente com 15 outras pessoas homenageadas, inclusive três membros da família Coutinho. Por alguma razão, a lei 288 de 10 de setembro de 1977 vai tratar do mesmo assunto. Infelizmente não há justificativa expressa no texto das leis em questão. A rua José Alves do Nascimento, coincidentemente ou não, está bem longe da rua Cônego João Coutinho e ambas não fazem esquina com nenhuma rua em comum, exceto a rua Maria Alves Pequeno, que começa na rua Cônego Pequeno e cruza a rua José Alves do Nascimento.

Uma vez que José Alves do Nascimento não faz sempre par com a mesma madrinha, mas ora com Maria Ignacia da Conceição, ora com Maria das Neves, ora com Nossa Senhora, ora com outras mulheres, pode-se tratar de homônimos. Contra esta hipótese, algumas vezes, ele batizava duas ou três crianças no mesmo dia com diferentes parceiras. Além disso, mesmo que fossem homônimos, o número de batizados continua alto, como vemos na Tabela 4.

Tabela 4 – Parcerias de José Alves do Nascimento por ano

José Alves do Nascimento com	Número de afilhados por ano				
	1927	1928	1929	1930	Total
Maria das Neves	3	8	3	6	20
Salvina Francisca	1	0	0	0	1
Maria Alves da Costa	0	1	0	0	1
Sebastiana Maria	0	1	0	0	1
Maria Ignacia	1	1	0	1	3
Nossa Senhora	0	1	0	0	1

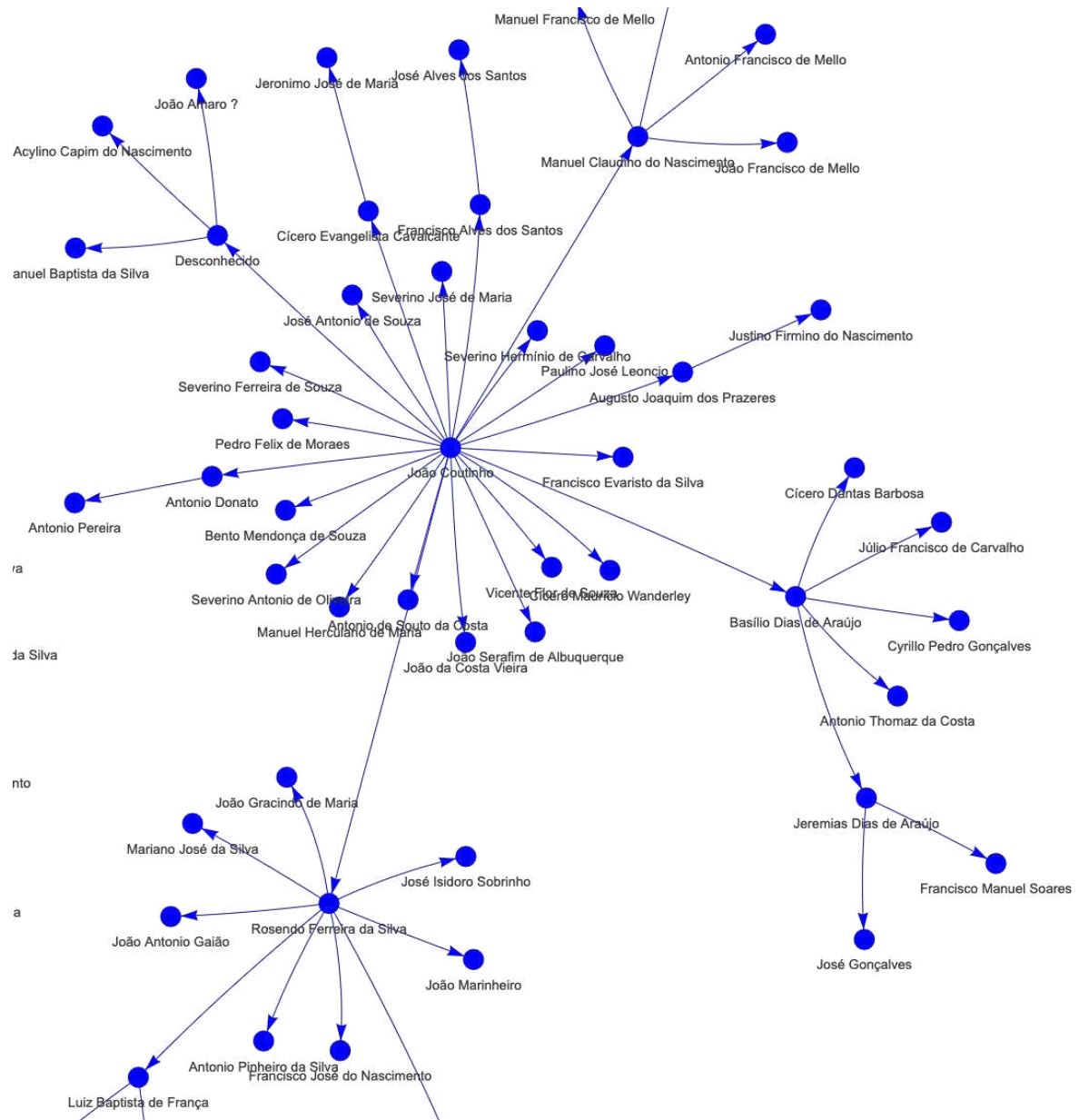
Fonte: o autor (2023)

Ou seja, se considerássemos a possibilidade de seis homônimos, mesmo assim a preponderância do casal José Alves do Nascimento e Maria das Neves seria considerável e não alteraria relevantemente a análise.

3.4.2 Padre João Coutinho

Já tivemos a oportunidade de apresentar o Padre João Coutinho no capítulo anterior, ao contrário de José Alves do Nascimento, ele é uma figura bem conhecida. Vejamos, então, o que se pode analisar a seu respeito.

Figura 15 – Detalhe da figura 13: ligações imediatas de Padre João Coutinho. Os ramos interrompidos indicam que se trata de um estema parcial, parte do estema apresentado na figura 13



Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro (2023)

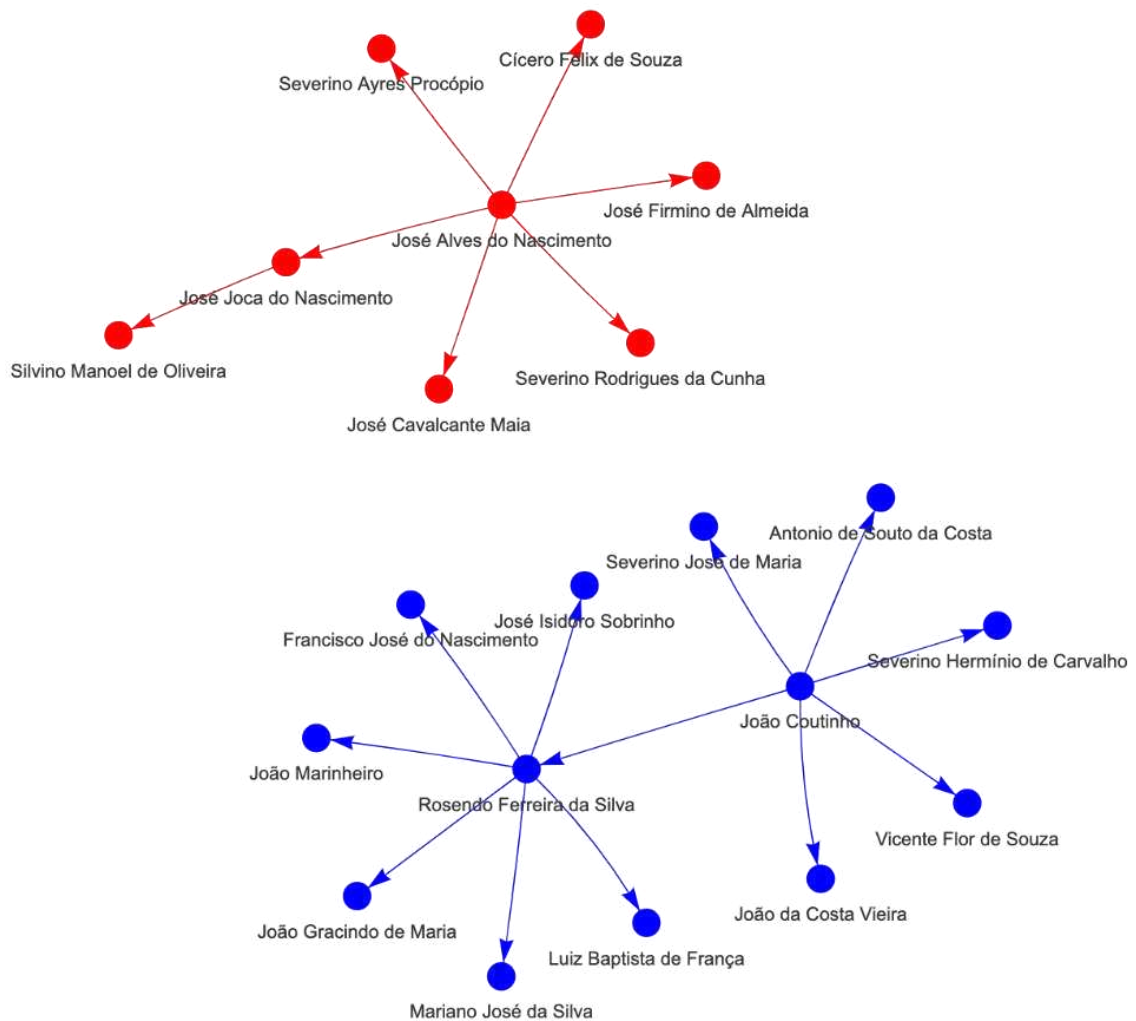
Somente três compadres de João Coutinho tem mais de 3 ligações de compadrio (no sentido horário): Manuel Coutinho do Nascimento (4), Basílio Dias de Araújo (5) e Rosendo Ferreira da Silva (9). O nó indicado como “desconhecido” é inválido, pois engloba tanto os pais de filhos ilegítimos quanto os padrinhos não identificados por lapso de registro.

Novamente é verificado que não se forma uma rede polinodal, pois os compadres de João Coutinho não são compadres entre si. Também o padre conseguia atrair para si várias simpatias (rede autocentrada), mas não conseguia organizar uma estrutura complexa em que os nós se entrelacem à sua volta. Obviamente o padre não poderia ter nenhum filho legítimo que pudesse oferecer como afilhado e nenhum de seus compadres teve filhos no período em foco (1927-1930).

3.4.3 Evolução das estruturas

Vejamos como as estruturas foram evoluindo através dos anos.

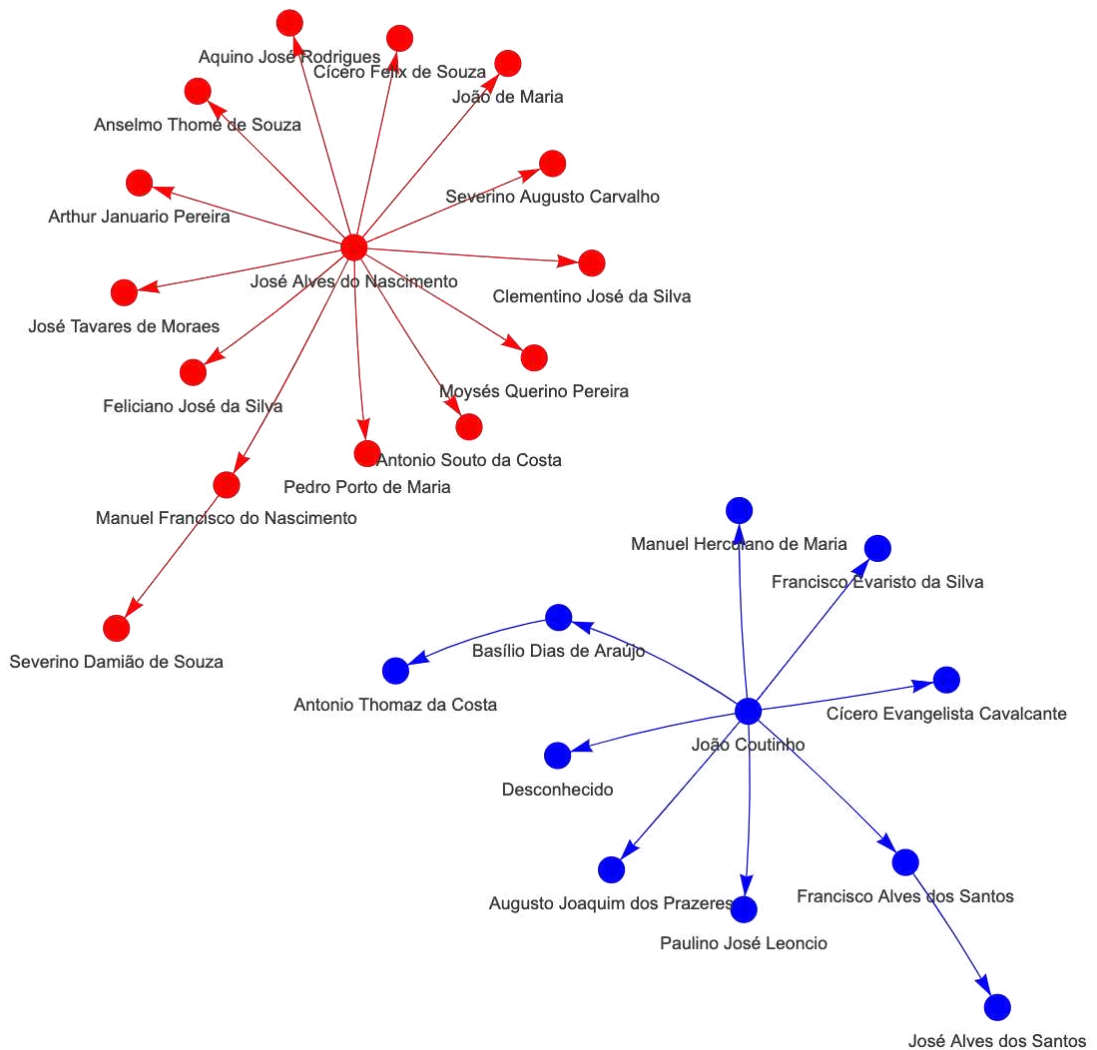
Figura 16 – Estruturas em 1927



Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro

Ambos os núcleos já começam o período com seis compadres cada, sendo que o padre está ligado ao grupo que tem Rosendo Ferreira da Silva como nó. Rosendo em 1927 também é padrinho de cinco crianças nesse ano. Logo Rosendo poderia ter surgido como um nó que poderia estabelecer uma rede, mas como vimos na figura 13 não teve nenhum filho no período.

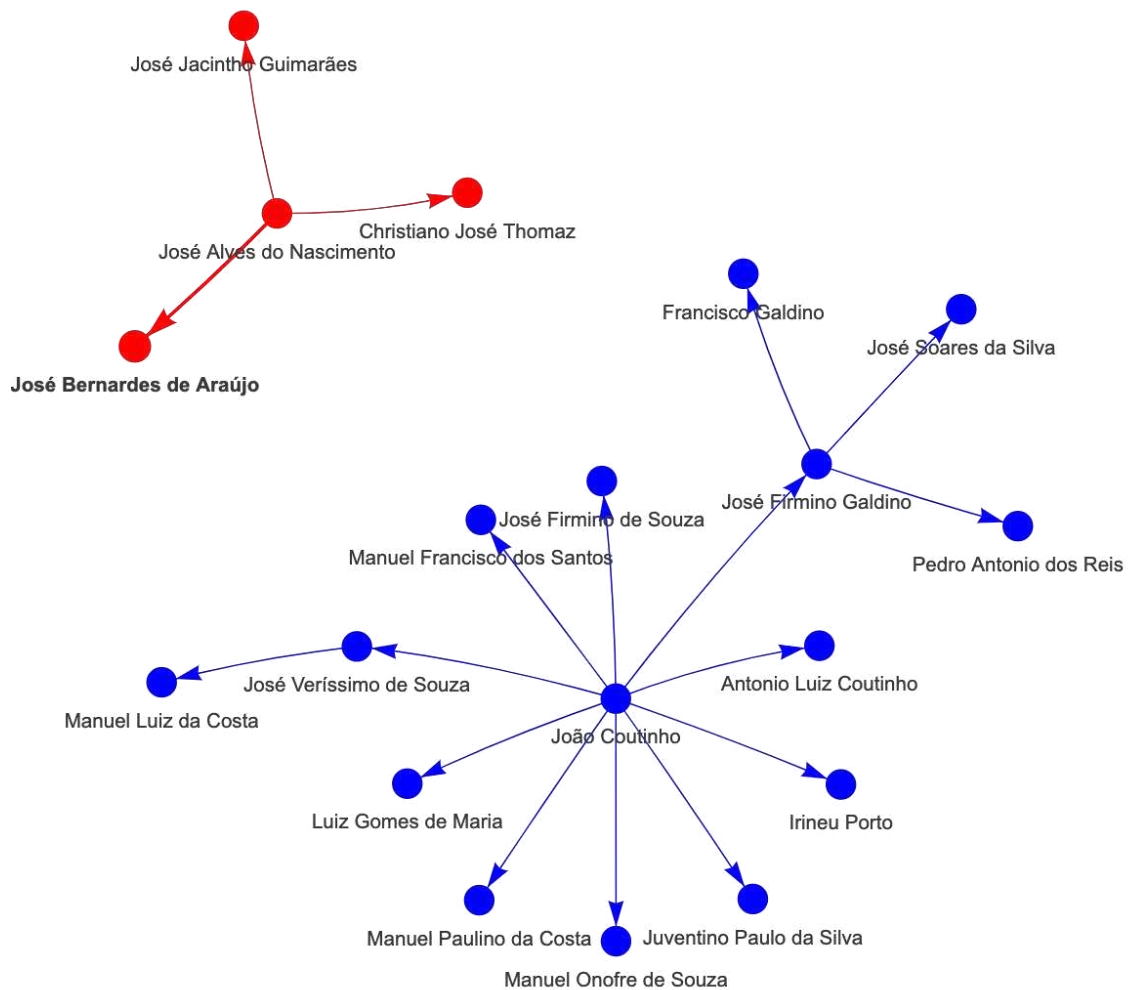
Figura 17 – Estruturas em 1928



Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro

Em 1928, José Alves do Nascimento batiza nada menos que 13 crianças e o Padre João Coutinho apenas 7.

Figura 18 – Estrutura em 1929



Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro

Em 1929, quando o número de registro de batismo caiu, Padre João Coutinho batizou dez afilhados, enquanto José Alves apenas 3.

Finalmente, vejamos o que ocorreu em 1930:

Figura 19 - Estrutura em 1930

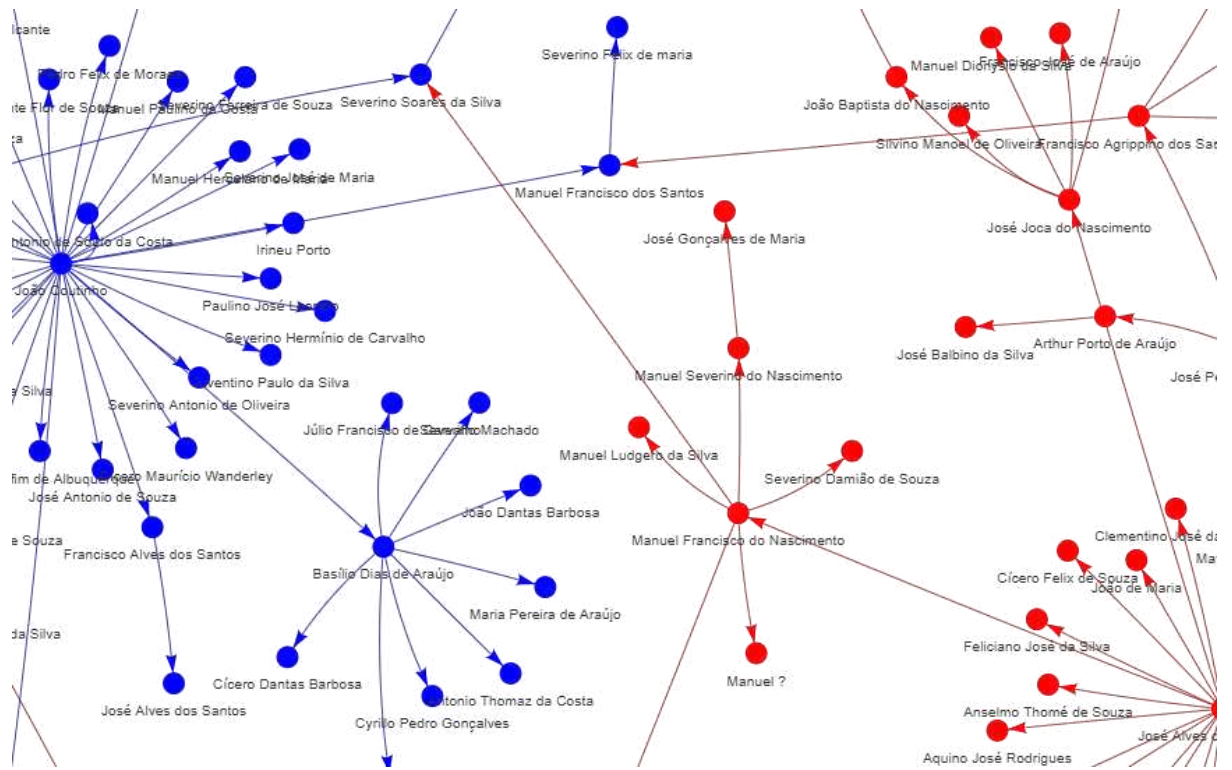


Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro

João Coutinho tem 9 novos afilhados e José Alves, 7.

Como pode ser observado na figura 13, há 4 pontos de contato entre as estruturas encabeçadas por Padre João Coutinho e José Alves do Nascimento. Um polo é constituído pelo nó “desconhecido”, ou seja, não representa um resultado válido. Vamos ver então os quatro resultados válidos:

Figura 20 - Detalhe da Figura 13, mostrando as ligações 1 e 2. Os ramos interrompidos indicam que se trata de um estema parcial, parte do estema apresentado na figura 13.



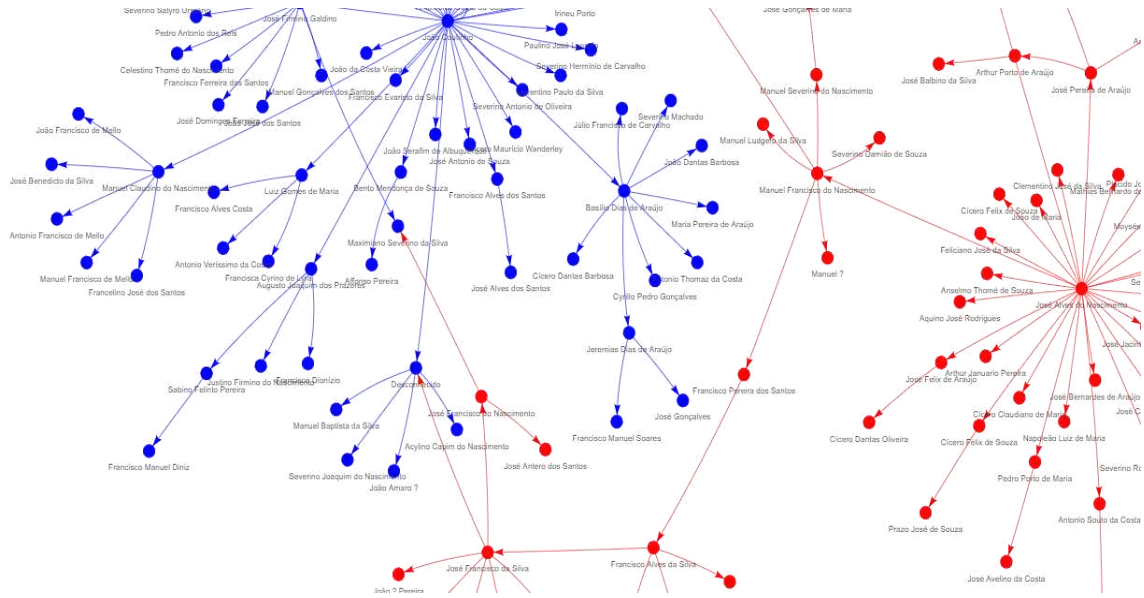
Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro

Neste caso, vemos as ligações entre Manuel Francisco do Nascimento e Severino Soares da Silva e Francisco Agripino dos Santos com Manuel Francisco dos Santos estabelecendo a rede de compadrios entre as duas grandes estruturas.

Entretanto, Severino Soares da Silva não é compadre de João Coutinho e nem de José Alves, ele é compadre do compadre de João Coutinho (2 graus) e compadre do compadre de José Alves (2 graus), logo a ligação que se estabelece por Severino Soares da Silva é de 5º grau de proximidade.

Já a conexão estabelecida por Manuel Francisco dos Santos é mais próxima, pois ele é compadre do Padre João Coutinho e compadre de um compadre de José Alves do Nascimento.

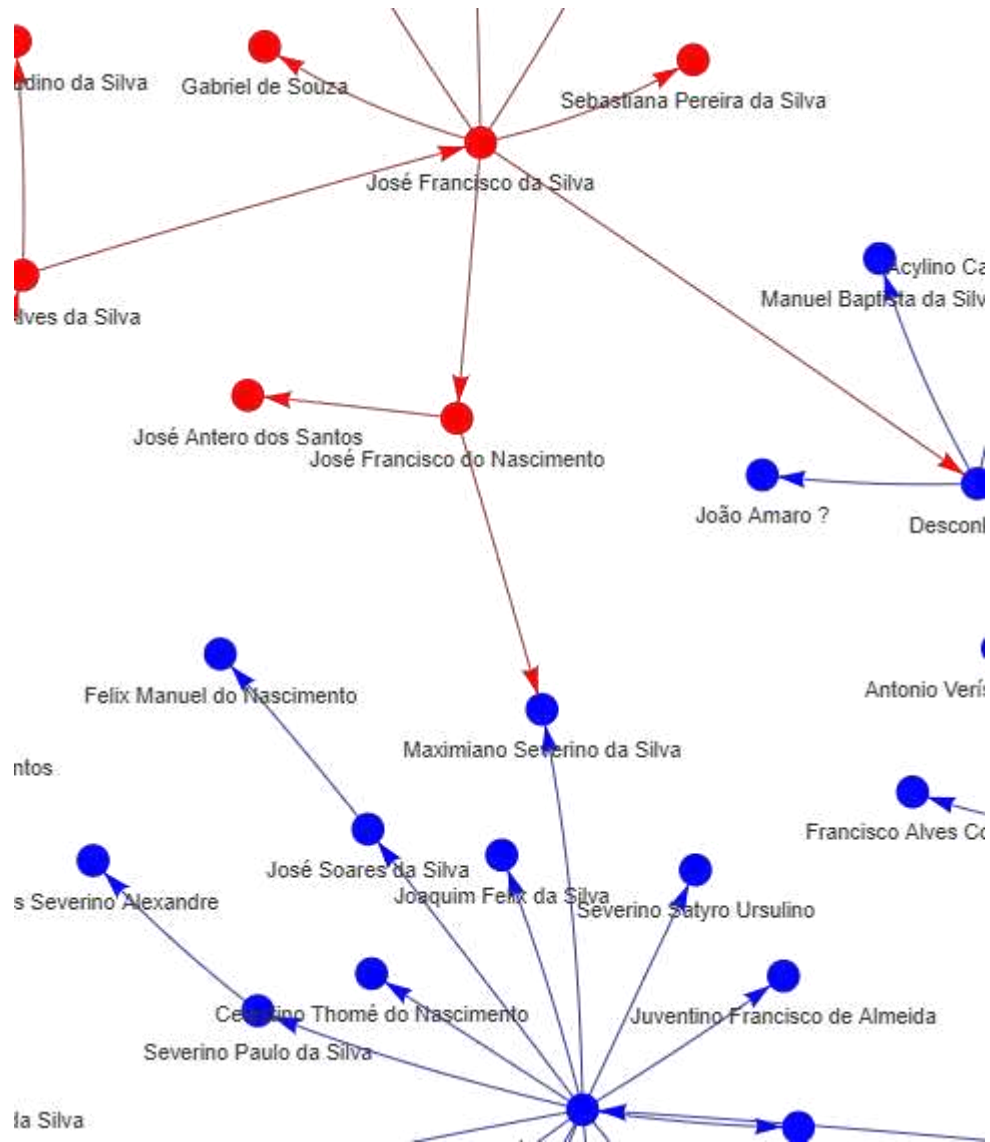
Figura 21 - Detalhe da figura 13: ligação 3. Os ramos interrompidos indicam que se trata de um estema parcial, parte do estema apresentado na figura 13



Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro

Neste caso, o vínculo formado por José Francisco da Silva e José Francisco do Nascimento é de 5 graus entre José Alves e o Padre Coutinho.

Figura 22 – Detalhe da figura 13: ligação 4. Os ramos interrompidos indicam que se trata de um estema parcial, parte do estema apresentado na figura 13

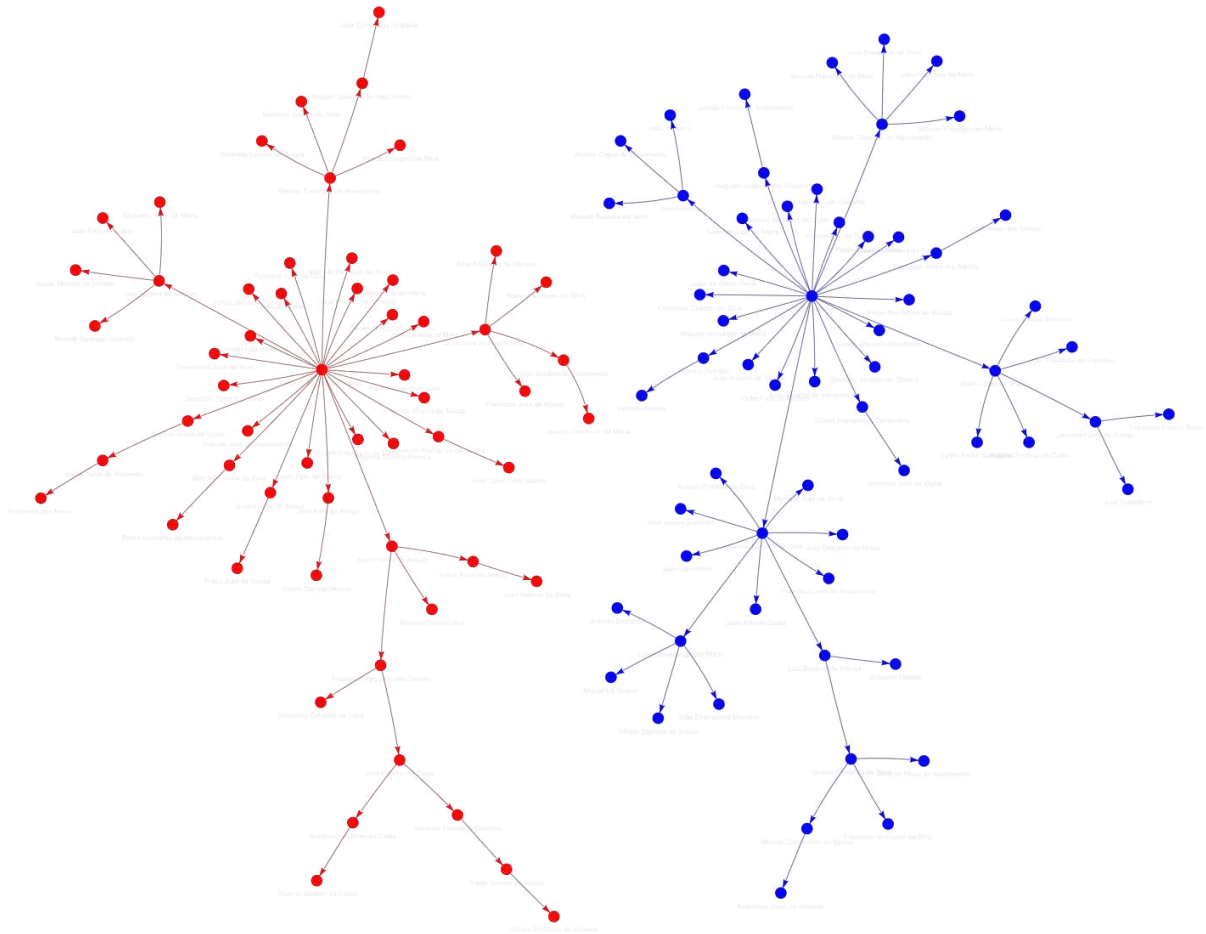


Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro

Agora temos a última ligação estabelecida na rede, entre Maximiano Severino da Silva e José Francisco do Nascimento. Mais uma vez, nenhum dos dois é compadre de José Alves nem do Padre João Coutinho. A ligação que se estabelece entre estes dois últimos é de seis graus de separação. Lembremos que, segundo o estudo de Milgran (1967, p. 60-67), seis graus de separação são o máximo de separação entre quaisquer dois seres humanos na Terra. Embora esse estudo tenha sido já muito contestado, basta para mostrar que essa ligação está próxima da aleatoriedade, principalmente em uma comunidade pequena.

É interessante notar que vimos que essas ligações não ocorrem em nenhum ano em particular, isto é, em um mesmo ano, um indivíduo da mesma estrutura não se torna compadre de um indivíduo da outra estrutura. Se eliminarmos o ano de 1929 teremos a seguinte situação

Figura 23 – Grafo excluindo 1929



Fonte: Ana Maria da Costa Ribeiro

Vemos que as ligações entre as duas estruturas se estabelecem em 1929 entre compadres que o foram em outros anos. Isto é, as pessoas se tornaram compadres em suas estruturas e só se tornaram padrinhos dos filhos de alguém que pertencia à outra estrutura em 1929. A rede só existe, então, por ligações de quarto a sexto grau ocorrida naquele ano.

3.5 DISCUSSÕES

Observando-se 2729 registros de nascimento, obtivemos que a maioria da população investigada (2613 ou 95,7%) tem em apenas um ou dois afilhados no período. Desses 116

(4,8%) estão acima da média (3 ou mais afilhados). O desvio padrão (0,8) não é significativo, pois estamos tratando de números discretos. Isso quer dizer que a maior parte da população não buscava se ligar por meio de compadrio com pessoas que tivessem muitos afilhados. Apenas cinco em cada cem, aproximadamente, teria essa preocupação.

Ao examinarmos a estruturação desses batizados em sociogramas vemos que apenas 124 (4,5%) participam da rede de compadrio no entorno da matriz paroquial. Esses indivíduos engajados estão agrupados em dois grupos claros, um de 64 indivíduos (2,3% da população total) formado em torno da figura do Padre João Coutinho e outro grupo de 60 homens (2,2% da população total) tendo como núcleo a figura de José Alves do Nascimento. A rede formada é frágil, formada apenas por 4 nós, sendo claramente egocentrada, formando ligações de no mínimo 6 e no máximo 4 graus de proximidade. Isso indica uma radicalização de posições bem marcada, radicalização essa que só foi abrandada muito levemente no ano de 1929.

Ressalte-se com muita ênfase que simplesmente não há outras redes menores independentes no período. sequer existem outras estruturas centradas em um indivíduo com mais de três compadres. Isto é, a polarização dos grupos centrados em José Alves do Nascimento e João Coutinho é absoluta, não há margem para que um padrinho popular esteja fora dessas duas zonas de influência. Ou a pessoa decidia não entrar numa das duas redes de compadrio, ou, se decidisse, muito provavelmente fazia isso conscientemente e não de forma aleatória.

O resultado contraria a hipótese aventada inicialmente de que durante o período em foco a população em geral procurava o compadrio como uma forma de estabelecer redes sociais como forma de apoio mútuo. Neste caso seria de esperar que a grande maioria da população se engajasse na rede. Este engajamento, aparentemente, não era essencial. Já o segundo resultado indica que aquela minoria que decidia se filiar à rede de compadrio o fazia conscientemente seguindo uma escolha radicalizada entre dois polos. Infelizmente, não sabemos o motivo de tal polarização, pois um resultado totalmente inesperado é a centralidade da figura de José Alves do Nascimento. Sendo João Coutinho membro da família que predominava nas esferas política e econômica da comunidade, já esperávamos que ele se constituísse num polo atração para a rede de compadrios, especialmente pelo fato de ser membro da Igreja, estando ligado, portanto, também simbolicamente ao rito do batismo. A grande surpresa foi a descoberta da relevância

de José Alves do Nascimento na rede de compadrio, pois apesar de não ser uma figura totalmente desconhecida, quase não há relatos de sua participação na cena política ou econômica da época, que, pelo menos, não havia chamado a atenção dos estudiosos ou mesmo dos memorialistas do seu tempo, não havendo sequer uma memória popular a seu respeito, ao contrário do que acontece com o Padre João Coutinho que ainda hoje pode ser lembrado pelos mais velhos como exemplo de correção disciplinar, embora isso não corresponda necessariamente aos fatos.

Por outro lado, enquanto José Alves do Nascimento, se mostra como um grande polo atrator, outros atores sociais, como grandes comerciantes, proprietários e políticos, não aparecem com relevância nas redes de batismo. Isso mostra que o interesse imediato não era uma mola que atraísse automaticamente o compadrio para as pessoas poderosas, ou que essas não o aceitassem de tão bom grado.

CAPÍTULO III: ANÁLISE NÃO QUANTITATIVA

Em muitos trabalhos de ciências humanas, é comum se opor a análise quantitativa à uma “análise qualitativa”, porém, como mostra Bachelard (1996) toda análise quantitativa é também qualitativa. Não existe a estatística pela estatística e não existe “neutralidade” na matemática. Também nem por se tratar de um levantamento em que não se usam ferramentas matemáticas formais o pesquisador não deixará de abrir mão de algumas considerações de ordem quantitativa quando for necessário ou útil para o esclarecimento da situação.

A história serial não precisa ser quantitativa. Embora a abordagem produza dados quantificáveis e analisáveis pela estatística, a abordagem quantitativa não está fadada às relações matemáticas mais complexas, analisáveis por algoritmos complexos e por isso mais ligada à econometria e a demografia *stricto sensu*.

Não só as regularidades são importantes na análise serial dos documentos, também a exceção traz informações importantes. A micro-história da vertente italiana, por exemplo, mesmo se voltando para as pessoas comuns, procura aquelas que fogem à regra.

4.1 PADRINHOS ILUSTRES

Alguns personagens ilustres aparecem nos registros de batismos de uma forma ou de outra, às vezes como padrinhos, às vezes como celebrantes. Ao contrário do que se poderia imaginar, os pais das crianças batizadas por essas pessoas destacadas não tinham nenhuma relevância social aparente.

A afirmação de que as pessoas citadas como pais não têm relevo político, cultural ou econômico significa que seus nomes não aparecem no *corpus* formado pela lista de logradouros da cidade de Pocinhos (Prefeitura Municipal de Pocinhos, 2021) e a lista de proprietários rurais publicada pelo IBGE (1929), nem são citados nas pelos memorialistas pocinhenses José Joffily (1979) e Manoel José dos Santos (1979) e nem se encontra em qualquer cronista ou historiador consultado ou outra fonte da imprensa a que tivemos acesso.

4.1.1 O Padrinho Padre Cícero

Ao ler sistematicamente os documentos em série, chamou a atenção o fato de o Padre Cícero Romão Baptista ter aparecido três vezes como padrinho nos registros estudados. Tenha-se em conta que o padre nunca esteve em Pocinhos e que não é citada nenhuma procuração que o padre tenha feito para se tornar padrinho das crianças (o que seria válido pelo direito canônico). Em 1928 ele teve como par Nossa Senhora da Conceição, o que não é incomum, Nossa Senhora foi madrinha de 22 afilhados só naquele ano. Ele em 1929 foi padrinho sem fazer par (também possível pelo direito canônico) e em 1930 foi padrinho novamente fazendo par com Nossa Senhora. Isso não indica apenas a devoção ao Padre Cícero, inclusive bem menor que em outras cidades do Nordeste, mas a permissividade de Padre Coutinho em batizar crianças com um padrinho não só ausente, mas suspeito de heresia, afastado das ordens sacras desde 1926 e constantemente ameaçado de excomunhão.

Segundo Joaquim Inojosa (1980, p. 102-103), em março de 1930, tanto José Pereira quanto João Pessoa procuram o apoio do Padre Cícero mandando-lhe representantes para que esse mandasse seus jagunços para a Paraíba, porém o padre ficou neutro. Assim, apesar de não ter uma influência direta sobre o território paraibano, Padre Cícero tinha uma importância bem mais que simbólica na região.

O Padre Cícero é o único “coronel”, no sentido que Nunes Leal (2012) dá à palavra, que tem um desempenho acima da média e dentro do perfil estatístico de significância no distrito de Pocinhos, porém, como se disse, ele não tinha atuação política ou econômica na região, fazendo pensar, por isso, que a sua escolha como padrinho se deveu mais ao caráter místico de sua pessoa que a algum cálculo de interesse para conseguir proteção no espectro político-econômico.

4.1.2 Outros padrinhos Ilustres

João de Souza Brayner, político de Campina Grande, aliado político de Walfredo Leal e de seu sobrinho José Américo de Almeida, esteve em Pocinhos para ser padrinho em 11 de janeiro de 1927 do filho de Irineu Monteiro da Silva, pessoa da qual não se tem notícia histórica. O registro da cerimônia (reg. 186/27, p.163, livro1) só foi assentado no mês de março.

O futuro prefeito de Campina Grande (mandato 1929-1932), Laffayette Cavalcanti e esposa foram padrinhos em Pocinhos em 3 de abril de 1927 da filha de Ignacio José da Costa e Maria Amélia da Costa, um casal de desconhecidos (reg. 265/27 p.174, livro 6). Também no mesmo dia foi padrinho do filho de Manuel Lourenço de Oliveira (reg. 266/27, p. 174, livro 6). Cavalcanti era um maçom conhecido, membro da Loja Regeneração Campinense, o que o tornaria inepto para participar dos ritos católicos, porém isso não impediu que ele fosse padrinho nesses batizados. A explicação para Brayner e Laffayette terem vindo a Pocinhos para apadrinhar uma única criança pode ser, talvez, explicada por ele estar tentando firmar seu futuro político. Um afilhado seria um “fio de meada” para angariar mais conhecimento e simpatias futuras.

Antonio Bezerra de Mello e Maria Joffily Bezerra de Mello, os únicos membros da família Joffily que ainda moravam em Pocinhos, são padrinhos do filho de Bellarmino José da Silva e Maria Anna da Conceição, também pessoas atualmente desconhecidas (reg. 282/27, p.176, livro 6).

Floripes Coutinho foi padrinho do filho de Bernardo Nunes de Lima e Joaquina Maria da Conceição em 8 de maio de 1927 (reg. 312/27, p. 181, livro 6). Também, neste caso, pessoas que não deixaram registros na história. Em 16 de dezembro de 1927 vários membros da família Coutinho participaram como padrinhos, inclusive o patriarca Floripes e, novamente, nenhum dos pais das crianças era uma pessoa de relevo social conhecido nos dias de hoje.

Poucos dias depois, em 13 de maio de 1927, Christiano Suassuna, listado por José Otávio de Mello (2014, p.374), como “coronel” de Catolé do Rocha, irmão do Presidente João Suassuna, e sua esposa Laura Leite Suassuna, foram padrinhos de Aurea, filha de João Marcellino e Deolinda Imperiano (reg. 323/27, p. 182 , livro 6), pessoas totalmente ausentes nos registros históricos locais. Saber qual motivo levaria o irmão do então presidente do estado e um dos principais “coronéis” da Paraíba a se deslocar de Catolé do Rocha até Pocinhos para batizar um único bebê, filho de pessoas que aparentam não ter tido relevância política ou econômica, é algo que demandaria, por si só, um estudo atencioso.

Estes batismos em que padrinhos ilustres se tornam compadres de membros menos conhecidos da sociedade local ocorrem todos em 1927. Já em 1928 esses casos rareiam e só os membros da família Coutinho ainda aparecem como personagens de destaque e, mesmo assim,

em 1928, José Alves do Nascimento, com treze afilhados, supera em muito João Coutinho com oito.

No registro 25 de 1929 aparecem como pais Antonio Luiz Coutinho (com seu título de Dr. obtido na Suécia) e Adalgisa Montenegro Coutinho. Os padrinhos são Padre João Coutinho e Tetuliana de Brito Coutinho, ou seja, todos da família. Seria de se esperar que os Coutinho procurassem padrinhos influentes na esfera estadual. Não faz muito sentido que Luiz Coutinho convidasse o irmão para ser seu compadre se o objetivo do compadrio fosse mesmo a criação ou o fortalecimento de vínculos políticos.

Nas eleições de 1926, o candidato da situação à presidência, Washington Luís, obtivera 99,7% dos votos (Pires, 1995, p.44). Isto, entre outros fatos, criou a impressão de que na Primeira República, as eleições eram fraudadas em um grau tão escandaloso que bastava ter o controle da máquina eleitoral para vencer as votações. Acrescente-se a isso que em 1927 também não houve eleições em qualquer nível e, finalmente Laffayette Cavalcanti tornou-se prefeito de Campina Grande em 1928 por ter sido nomeado por João Pessoa e não por meio do voto popular, já que pela legislação da época, o cargo de prefeito na Paraíba era de livre nomeação do presidente do estado. Finalmente, por que esse fenômeno dos padrinhos ilustres ocorreu no ano de 1927 e não se repetiu nos anos subsequentes é algo que não fica claro.

Mais uma vez, pode-se ver como o método da seriação e a atenção dada às fontes pode trazer questões novas e insuspeitas, além de revelar dados inesperados.

4.1.3 Os padrinhos anônimos

Outro caso que foge ao direito canônico é o registro 208/29 (f115 livro 7) que não traz os nomes dos padrinhos e sim uma anotação entre parênteses “(Não deram os nomes)” com uma pena diferente da do corpo do registro, o que mostra que esta anotação deve ter sido feita por outra pessoa. Se Padre João Coutinho realmente permitiu que os padrinhos não dessem o nome para o registro, pode indicar que se tratasse de um caso muito excepcional, como um cangaceiro que tivesse servido de padrinho. Mas também pode apontar apenas um desleixo no momento de colher o nome dos padrinhos, o que parece improvável, pois esse é o único caso em mais de dois mil e setecentos.

No registro 700 de 1927 (fl. 21 reto, livro 7) não constam os nomes dos padrinhos, o que canonicamente válido, mas inusual. A Igreja não obriga que um batizado tenha padrinhos e isso, geralmente, ocorre em casos de batismos “de emergência”, quando a criança está morrendo e recebe o sacramentos em rito sumário; porém a criança nasceu a 21 de outubro de 1927 e foi batizada somente em 15 de novembro de 1927, dia em que houve outros batizados, provavelmente aproveitando o feriado nacional. Assim, é pouco provável que houvesse um “*articulo mortis*”. Ou se trata, novamente, de um desleixo, ou de um caso em que se quis ocultar o nome dos padrinhos. Ambos os casos ocorrem em 1927 e não voltam a se repetir no período em estudo.

4.2 A PRESENÇA DE WALFREDO LEAL

Monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal tinha sido uma liderança política na Paraíba desde os primórdios do período republicano quando, em 1892, foi eleito deputado estadual pela primeira vez. Junto com Álvaro Machado tomou a liderança da oposição ao venancismo, em seguida foi eleito vice-presidente de estado, e nos períodos de 1893 a 1896 e 22 de outubro de 1904 a 28 de outubro de 1905, assumiu o cargo de governador devido a renúncia do titular. Foi o líder da oposição ao epitacismo no estado até a crise final da Primeira República. É interessante verificar que Walfredo Leal tenha vindo a Pocinhos várias vezes no intervalo entre 1927 e 1930, aparecendo muitas vezes nos registros como batizante. É importante ressaltar que Monsenhor Walfredo Leal era tio de José Américo de Almeida, que naquela época debutava na política e que era então Chefe de Polícia da Paraíba.

A primeira vez que isso aconteceu no período estudado foi em 7 de setembro de 1927, quando houve batismos celebrados tanto pelo Padre João Coutinho quanto pelo Monsenhor Walfredo Leal. Os pais, mais uma vez, não eram pessoas de relevância política ou social e é interessante notar que o monsenhor, então com 72 anos, estivesse disposto a vir a Pocinhos num feriado nacional importante.

Passou-se quase um ano antes que o ilustre sacerdote voltasse a visitar as terras pocinhenses. Em 16 de julho de 1928, dia de Nossa Senhora do Carmo, o Monsenhor Walfrido Leal batizou cinco bebês, novamente de pais sem relevo político ou econômico. Pouco tempo depois, no período de 20 a 30 de agosto, Mons. Walfrido Leal é o único celebrante, não havendo registros de batismo realizados pelo Padre João Coutinho, como se este tivesse se afastado

momentaneamente da paróquia e sido substituído pelo Monsenhor Leal naqueles dez dias. O religioso, além de ser uma liderança política importante, era já idoso e não poderia ter sido simplesmente designado como substituto em uma paróquia do interior a quatro horas de cavalo de Campina Grande, onde estava a estação ferroviária mais próxima. Se ele estava em Pocinhos, aparentemente substituindo Padre João Coutinho, era de livre vontade. Torna ainda o caso mais relevante o fato de que em sete de setembro de 1928 haveria eleição e o Monsenhor Walfredo Leal era candidato, sendo eleito deputado estadual. É interessante que, durante uma campanha eleitoral, ele ficasse pelo menos dez dias hospedado em Pocinhos, que não tinha uma população tão significativa e nem lideranças de tanto prestígio.

No dia 2 de julho de 1929, depois de empossado como deputado estadual na Paraíba e se reaproximado de Epitácio Pessoa, o registro 210/29 (fl. 115, livro 7) diz que Monsenhor Walfredo Leal veio a Pocinhos e foi o celebrante do batizado de Cícero, filho de João Francisco Souza e Maria da Conceição. Repete-se o fato de que os pais da criança não terem uma posição de destaque que justificasse a presença do monsenhor. Como nos outros casos, o batizado não parece ser um bom pretexto para a presença do ex-governador em Pocinhos, a menos que ele, simplesmente, gostasse de visitar o distrito nos meses de julho durante a sua velhice. Em primeiro de novembro de 1929, dia de todos os santos, Mons. Walfredo Leal aparece como padrinho da recém-nascida Josepha, filha de João Jeronymo da Costa e Maria Francisca da Costa (reg. 515/29 f142v s1125). Novamente pessoas que a história e a memória local não recordam. No registro seguinte (516/29) aparece como celebrante de um outro batizado.

Chama atenção o fato de que não havia filas de pessoas querendo ser compadres de Monsenhor Walfredo, nem que o ex-senador estivesse batizando como celebrante um número extraordinário de bebês. Tudo ocorria como se ele fosse mais um padre velhinho visitando um povoado de interior. A hipótese de que as pessoas acorriam para ter a oportunidade de dar um padrinho influente ao filho, parece totalmente descartada neste caso.

Mais uma vez se mostra a capacidade heurística de uma consulta exaustiva das fontes. Sem este estudo, nunca saberíamos da frequência de Monsenhor Walfredo Leal a Pocinhos.

4.3 OUTROS PADRES

Além do monsenhor, outros padres apareceram nos documentos examinados a maioria dos casos são corriqueiros, pois ao contrário da presença do ex-presidente do estado, Monsenhor Leal, o fato de um padre de uma paróquia vizinha substituir Padre João Coutinho de vez em quando não chama a atenção.

Como exemplos desses casos que parecem mais triviais, estão registrados batizados realizados pelo Cônego José Bethanio, pároco de Soledade desde 1917, em várias datas. Há dois batizados na capela do povoado de Oriá (atual município de Areial) em 1929 sendo celebrante o Cônego Severino Pires, coadjutor da paróquia de Livramento (fl. 32 verso e fl. 37 reto, livro 7). Não chamariam a atenção, a não ser pelo fato de ser a primeira vez que se registram batizados no futuro município no período estudado. Além de coadjutor da pequena paróquia de Livramento, Severino Pires foi membro do conselho fiscal da Cooperativa de Crédito de João Pessoa em 1940 (A UNIÃO, 1940, p.8), mas, na época em foco, não parece ter tido ainda um interesse em assuntos fora da Igreja. Outros exemplos semelhantes fora do Padre José João (21 de agosto de 1929).

Em 9 de setembro de 1929 (fl. 31 reto, livro 7) o celebrante é Cônego Antonio Lobato “do estado do Pará”, do qual não conseguimos mais informações. O cônego realizou quatro batizados e não chamaria a atenção a não ser pela anotação de sua origem nos registros. Provavelmente tratar-se-ia de um visitante de passagem a quem o pároco concedeu realizar algumas cerimônias por “gentileza profissional”. Por outro lado, D. João Irineu Joffily era, desde 1924, arcebispo do Pará, o que torna possível que o Cônego Lobato estivesse, de alguma forma, como enviado do antístite. D. João estava fora da Paraíba desde 1914 e nunca se envolveu, aparentemente, nas questões locais de Pocinhos, mas Lobato poderia estar encarregado de tratar alguma questão pessoal ou familiar para o bispo.

4.4 REGISTROS DE BATISMO OCORRIDOS EM OUTRAS PARÓQUIAS

Encontramos nos livros de registro alguns apontamentos de batizados ocorridos fora Paróquia de Pocinhos. Em geral esses registros vêm em lugar destacado, depois do último registro do ano na matriz de Pocinhos. O registro de 581/30 (fl. 31 reto, livro 7) refere-se a um

batizado feito pelo pároco de Pocinhos de um filho de pais pocinhenses feito fora da paróquia (matriz de Campina Grande).

O registro 268/28 (fl. 50 verso, livro 7) se refere a um batizado ocorrido numa Capela de São Francisco feito por Cônego José Belhassen. O estranho é que não há e nunca houve na paróquia uma capela dedicada a São Francisco. O registro deve ser referente a um batismo realizado na capela do povoado de São Francisco (hoje município de Olivedos), apesar de seu orago ser São Sebastião, porém essa capela pertence, até hoje, à paróquia de Soledade e nunca pertenceu à de Pocinhos. Também, nenhuma informação existe sobre esse clérigo.

Os registros 414/28 (fl. 63 reto, livro 7) e 415/28 (fl. 63 verso, livro 7) informam sobre batizados ocorrido na matriz de Soledade. Não podemos atinar no motivo desses registros terem sido feitos em Pocinhos, não há nenhuma justificativa. Não se diz se a família da criança batizada é de Pocinhos, se seus padrinhos são, nenhuma informação é dada. Sequer o batizante é o vigário de Pocinhos.

O fato de os registros extraordinários serem feitos após os últimos registrados na matriz indica que os assentamento eram feitos no fim do ano e todos de uma vez, provavelmente a partir de livros borradores que se perderam.

4.5 QUESTÕES FAMILIARES

Além das questões com maior repercussão social, como a presença de lideranças insuspeitas, ou a presença de personagens ilustres aos batizados da paróquia, a seriação nos apresenta também a possibilidade de penetrar um pouco na intimidade de pessoas do povo e estudar questões familiares que refletem o ambiente sociocultural da época.

4.5.1 Filhos com pequena diferença de data de nascimento (não gêmeos)

Uma coisa que pode ser notada na série de documentos é a presença do registro de filhos de um mesmo casal com pequena diferença de data de nascimento. No caso de gêmeos isso é natural e inevitável, porém, não sendo o caso, é preciso procurar outra explicação.

Uma possibilidade é a simples duplicidade de registros. Em 28 de novembro de 1928, Bento Pereira da Silva e Magdalena Maria da Conceição batizaram Francisco, nascido em 5 de

outubro do mesmo ano e, em 3 de dezembro novamente Francisco, nascido igualmente em 5 de outubro de 1928. Em ambos os casos os padrinhos são Bento Pereira da Silva e Magdalena Maria da Conceição. Outro caso de aparente duplicação dos registros é o de número 760/28 (fl. 65 verso, livro 7) de 4 de dezembro de 1928, de José, nascido a 12 de outubro de 1928, filho de Manuel Dionysio da Silva e Severina Maria da Conceição, sendo seus padrinhos Manuel Epaminondas Gomes e Enedina Maria da Conceição que parece repetir o registro 680/28 (fl. 88 reto, livro 7) de 2 de novembro de 1928, de um outro José, filho dos mesmos pais, nascido também em 12 de outubro de 1928 que recebeu o mesmo padrinho, mas sua madrinha seria Enedina Luiza da Conceição. Como em ambos os registros os dados são os mesmos, exceto pelo segundo nome da madrinha, é altamente provável que se trate de uma duplicidade.

Outros dois casos, porém, não se explicam de maneira tão trivial. O casal Leodegário de Farias e Severina Josepha da Conceição batizou dois filhos no mesmo ano, um chamado Luiz (reg. 84/29, livro 7) nascido em outubro de 1928 e batizado em 10 de março de 1929 e outro Francisco, nascido a 27 de março de 1929 e batizado a 12 de abril de 1929 (reg. 122/29, livro 7). Há apenas cinco meses de diferença entre os nascimentos, o que é biologicamente improvável. Já o casal Venâncio de Oliveira e América Maria da Conceição batizou dois filhos em 1929, o primeiro, Archimedes, nascido a 19 de fevereiro de 1929 (reg. 69/29, livro 7) e Antônia, nascida a 24 de abril 1929 (reg. 160/29, livro 7) nascidos com 3 meses de diferença. Provavelmente, os pais devem ter batizados filhos adotivos. A explicação mais admissível foi que a primeira criança morreu logo depois de nascida e os pais quiseram substituí-los por outro bebê para amenizar a dor da perda. Semelhante é o caso de Manuel Avelino Gomes e Vicencia Maria da Conceição que aparecem como pais em dois registros, primeiro de Idalina (93/29, livro 7), nascida a 14 de março de 1929 e de Carmelita, nascida em 16 de agosto de 1929 (reg. 364/29, livro 2). Todos os casos nestas circunstâncias são de 1929, não ocorrendo nos outros anos da pesquisa.

Felippe Pereira da Silva e Severina Maria da Conceição batizaram dois filhos chamados ambos Geraldo. Um estava vivo em 1992, segundo a anotação à margem, quando precisou da certidão de batismo para fins de aposentadoria, nascido em 8 de abril de 29 e o outro Geraldo, nascido em 15 de maio de 1929, que estava vivo em 1953 quando se casou com Maria da Silva do Nascimento. Este caso não tem uma explicação imaginável. Nem é um simples erro de duplicação de registros (uma vez que as datas de nascimento são diferentes) e nem é plausível

que os pais tenham dado o nome de um filho biológico que ainda estava vivo a um filho adotivo poucos meses depois. As explicações mais crível seria uma longa sequência de erros de registro ou uma enorme coincidência de homônimas incluindo pais, mães e filhos de mesmo nome. Também esse caso ocorreu em 1929, não havendo outras ocorrências iguais nos outros anos estudados.

4.5.2 Filhos ilegítimos

Nos livros 6 e 7, os registros fazem diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. Filhos ilegítimos aparecem apenas com o nome da mãe, a fórmula é “fulano, filho de fulana de tal”, já os filhos legítimos aparecem com a fórmula “fulano filho de fulano de tal e beltrana”. Em muitos assentamentos de filhos ilegítimos aparece a letra n sobreposta ao número do registro (“xxxⁿ”). Provavelmente abreviatura de “natural”. Já no livro oito essa diferença é ainda mais ressaltada, sendo explicitado se o filho é ilegítimo. Um estudo interessante seria levantar a proporção de filhos “ilegítimos” na população da época usando como base os registros de batismo.

Nem sempre a qualificação de ilegítimo significa que o pai não era conhecido, ou que as mães viviam sozinhas. Todos os filhos de casais que não eram casados pela Igreja eram considerados “ilegítimos”, assim como os das mães solteiras. Apesar da tacha de “ilegitimidade” a nenhuma criança parece ter sido negado o batismo e todas tinham padrinhos. Não há nenhum outro comentário a respeito nos documentos examinados. Um único caso de criança abandonada aparece nos registros, é o caso do batizado 559/29 (fl. 47 reto, livro 7) em que aparece a expressão “exposta”. Há outros dois outros casos em que isso pode ter acontecido, são exemplos de filhos em que os nomes de ambos os pais estão ausentes (reg. 335/30 fl. 97 verso, livro 7 e reg. 352/30 fl. 99 verso livro 7), porém, a ausência da expressão “exposto” torna duvidoso se realmente não se conheciam os pais ou se foi um caso de erro de assentamento em que os nomes dos genitores foram omitidos. O número extremamente baixo de casos como esses faz ver como a sociedade de então era coesa e o abandono de bebês era uma exceção absoluta.

Também não parecia haver problemas para que os padres aceitassem ser celebrantes de filhos “ilegítimos”. O batismo de uma menina ilegítima (registro 576/30, livro 8) foi realizado pelo Monsenhor Walfrido Leal no dia 31 de maio de 1930.

O registro 357/30 (fl. 200 reto, livro 7) de 14 de setembro de 1930 é estranho. Informa do batizado de uma recém-nascida com pai desconhecido. A mãe, Severina Maria da Conceição, é a mesma do reg. 356/30 acima que acabara de registrar um filho legítimo, isto é, com pai conhecido. A assinatura do padre parece ter sido falsificada nos dois registros.

Figura 24 - Assinatura no registro 356/30

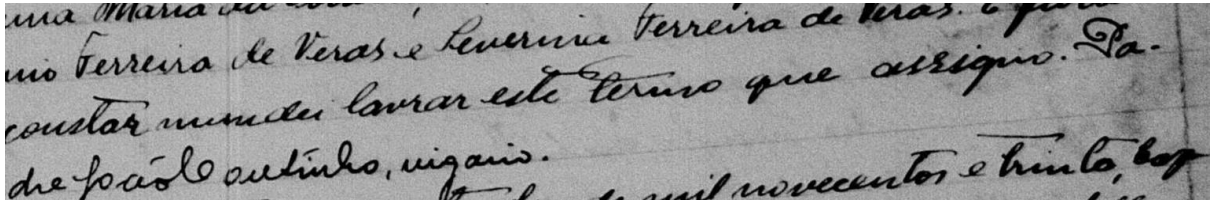


Figura 25 – Assinatura no registro 357/30

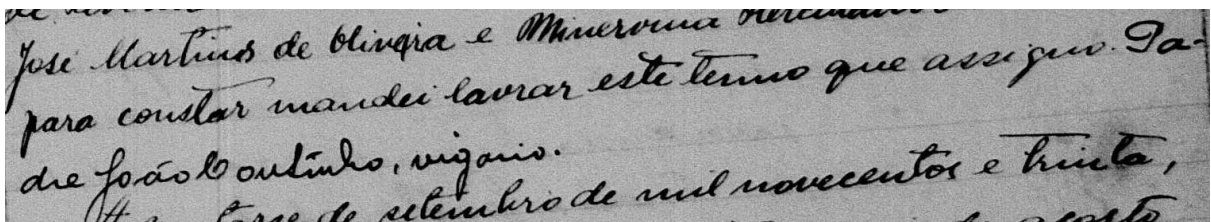
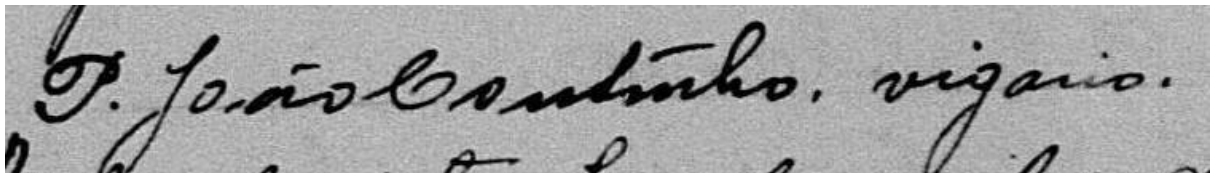


Figura 26 - Assinatura normal do Padre João Coutinho (registro 283/30)



Fonte: O autor (2023)

Observando-se as figuras 24 e 25, observa-se que as assinaturas são diferentes da assinatura da figura 26. Nas figuras 24 e 25, o laço superior do “J” inicial é aberto, enquanto na 26 é fechado. Nota-se que a letra C do segundo nome está ligada ao “o” final de “João” na figura 24, enquanto na assinatura usual exemplificada na figura 26 o C está claramente separado do “o” final. A letra “o” final de “João” na figura 26 termina com uma abertura para a esquerda, enquanto nas outras figuras a mesma letra é redonda. O “h” de “Coutinho”, na assinatura usual é escrito inclinado para a direita, enquanto nos outros dois exemplos estão claramente para cima, com uma leve tendência à esquerda. Observa-se a tentativa canhestra de imitar a assinatura do padre ao não cortar o “t” de “Coutinho”, porém, o padre não colocava o pingo do “i” abaixo do traço flutuante, enquanto o fautor das duas assinaturas suspeitas o colocou. Assim,

mesmo não sendo um grafotécnico, é possível ver as diferenças óbvias das duas assinaturas suspeitas em relação ao padrão.

No registro 356/30 os pais da criança são Juventino Daniel de Souza e Severina Maria da Conceição, sendo os padrinhos Antonio Ferreira de Veras e Severina Ferreira de Veras. Todos desconhecidos segundo nosso *corpus* de exclusão. Já no registro 357/30, que apresenta uma criança, Francisca, filha de pai não registrado e de Severina Maria da Conceição, os padrinhos são José Martins de Oliveira e de Minervina Herculano de Oliveira e, finalmente, temos pessoas conhecidas.

Como dissemos no capítulo I, José Martins de Oliveira era uma liderança política local, tendo representado Pocinhos na câmara municipal de Campina Grande algumas vezes e tendo ocupado cargos públicos importantes no distrito. José Martins teria influência suficiente para convencer alguém a falsificar a assinatura do padre. Entretanto, como o vigário assinou os outros registros que estão nas mesmas folhas, não poderia de ter deixado de ver o que havia sido feito. Talvez o sacerdote tenha batizado as duas crianças de malgrado e não assinado seus registros como mostra do descontentamento? Isso é algo que não podemos saber. Porém, ao que parece, o compadrio de Severina com José Martins (que aliás não apadrinhou muitas crianças no período, como vimos no capítulo II) deve ter tido algum significado no caso.

CONCLUSÃO

Usando o método da seriação, foi possível estudar a importância das relações de compadrio *stricto sensu* na sociedade pocinhense durante a Primeira República. Partimos da hipótese de que tais relações estavam presentes em diversos aspectos da vida cotidiana, desde as esferas familiares até as políticas, e que a prática do compadrio era utilizada como forma de estabelecer laços de solidariedade, confiança e reciprocidade entre indivíduos e grupos sociais, o que contribuiria para a manutenção do *status quo* local garantindo uma base de votos e uma reserva de mercado perpetuando um sistema de poder concentrado nas mãos de poucos. Entretanto, essas perspectivas foram falseadas.

O falseamento das hipóteses iniciais sobre as relações de compadrio em Pocinhos na Primeira República destaca a importância do método da seriação como ferramenta de pesquisa. Ao utilizar esse método, foi possível obter uma amostra extensa e representativa da população estudada, o que permitiu uma análise mais precisa e confiável das relações de compadrio na cidade, possibilitando uma compreensão mais ampla e complexa dessas dinâmicas sociais. Portanto, a utilização do método da seriação se mostrou fundamental para a obtenção de resultados relevantes.

Apesar de se acreditar inicialmente que o estabelecimento de redes de compadrio era uma prática generalizada no distrito e desempenhava um papel crucial na manutenção do poder local, os resultados obtidos revelaram que essa prática era restrita a apenas dois casos específicos, o grupo centrado em José Alves do Nascimento e o grupo centrado em Padre João Coutinho. Em ambos os casos, o compadrio poderia usado como uma forma de estabelecer laços de solidariedade e cooperação mútua, mas aparentemente não influenciava diretamente a dinâmica política e social do município. Portanto, conclui-se que a importância do compadrio em Pocinhos na Primeira República foi muito mais limitada do que se pensava anteriormente.

Esta constatação de que a formação de estruturas de compadrio em Pocinhos na Primeira República era restrita a apenas dois casos específicos - o grupo centrado em José Alves do Nascimento e o grupo centrado em Padre João Coutinho - suscita algumas reflexões. Enquanto no caso de Padre Coutinho a relação de compadrio pode ser explicada em termos políticos, devido à sua influência e participação ativa na política local, o mesmo não pode ser dito em relação a José Alves. Este último, segundo os resultados obtidos, não era conhecido como um

participante ativo da política local, o que levanta a questão de quais seriam os fatores que teriam levado à formação de um grupo de compadrio em torno de sua figura.

Ressalte-se que esses casos envolviam estatisticamente uma parcela muito pequena da população, apenas 3,5%. Isso significa que a prática de estabelecimento de redes de compadrio polarizada em um indivíduo (egocentrada) não era generalizada. Os resultados obtidos reforçam a importância de pesquisas que considerem a diversidade das relações sociais e as múltiplas dimensões da vida em sociedade, a fim de evitar generalizações e estereótipos que possam distorcer a compreensão da realidade.

Os resultados obtidos na pesquisa indicam que, embora tenham sido identificadas estruturas de compadrio em Pocinhos na Primeira República, essas estruturas não chegam a formar redes verdadeiras, uma vez que não há entrelaçamentos entre os nós mais próximos que o quarto grau. Isso significa que as relações de compadrio mais complexas identificadas não se estenderem de forma ampla e interconectada pela sociedade. Essa constatação sugere que as relações de compadrio em Pocinhos eram marcadas por uma certa fragmentação e diversidade, o que pode ser explicado por diferentes fatores, como a geografia, as práticas religiosas e os laços familiares. Esses resultados apontam para a necessidade de análises mais complexas e multidimensionais das relações sociais em contextos específicos, a fim de se obter uma compreensão mais precisa e abrangente das dinâmicas sociais e culturais que permeiam essas comunidades.

A análise dos dados revelou a formação de duas estruturas de compadrio em Pocinhos na Primeira República, o grupo centrado em José Alves do Nascimento e o grupo centrado em Padre João Coutinho, que não se interconectam a não ser em 1929 e, mesmo assim, em apenas três casos, sendo um deles de sexto grau de separação. Essa constatação pode indicar uma possível polarização política ou econômica entre esses grupos, embora isso não se possa afirmar, já que sabe-se muito pouco a respeito de José Alves do Nascimento. É possível que a fragmentação das redes de compadrio reflita outras dimensões das relações sociais em Pocinhos, como diferenças religiosas ou culturais, de vizinhança ou mesmo a própria geografia da região. Devemos lembrar que a paróquia de Pocinhos abarcava uma área de cerca de 1250 km², com cerca de 55 km de largura máxima, o que representava um dia a cavalo a trote para ser vencido. Foi assumido por princípio, como dito na introdução, que ao examinar apenas os

batizados realizados na matriz seria eliminada a questão geográfica, porém talvez não seja o caso. A capela de Uriá (atual Areial) ficava a 16 km da matriz; a de Alagoa Montada (atual Montadas), ficava a 12 km; a de Puxinanã, a 15 km e a de Boa Vista a 32 km. Dessa maneira, mesmo desprezando-se o prestígio da matriz, que atrairia pessoas de áreas mais distantes da paróquia, estamos falando de um raio em que haveria grupos de vizinhança bastante unidos para que se formassem relações de compadrio independentes do resto do distrito. Não sabemos sequer onde morava José Alves. Basta imaginar que ele residia em uma comunidade afastada da matriz (em Lagoa Seca, onde nasceu, por exemplo) para explicar o isolamento da sua estrutura de compadrio em relação à do padre João Coutinho. Ou seja, poderíamos estar tratando de um isolamento geográfico e não político ou econômico. O fato, porém, de que há uma rua nomeada “José Alves do Nascimento” em Pocinhos e não nas cidades do entorno, faz pensar que a ideia do isolamento geográfico é um caminho errado.

Assumiu-se que o coronelismo vigente na política paraibana do período implicaria na construção de redes de compadrio, pois estas relações (coronelismo e compadrio) estariam embicadas. Não foi o que se verificou. Como foi dito, 96,5 % dos batizados ocorreram fora das duas estruturas de compadrios identificadas, ou seja, a grande maioria das pessoas não buscavam padrinhos prestigiosos e as lideranças políticas não buscavam ativamente conseguir compadres entre os eleitores. Políticos envolvidos com a política coronelista, como Monsenhor Walfredo Leal, que visitava constantemente o município, não tinham um número relevante de afilhados, pelo contrário, não chegavam sequer à relevância estatística de três afilhados no período. Padre Cícero, que nunca esteve em Pocinhos e que não tinha influência real na política paraibana, conseguiu através de sua importância simbólica ter mais compadres na paróquia que o ex-presidente do estado. Também a família Joffily tem apenas um afilhado no período em foco, sendo que Marieta Joffily residia no povoado e era professora primária, o que, em teoria, lhe daria uma dupla fonte de influência para ser escolhida como madrinha.

Padre João Coutinho conseguiu amealhar 1,7% dos compadres possíveis no período, porém não se pode afirmar se isso se deu puramente por sua influência no campo político-econômico como “cabeça pensante” da família Coutinho, pois como vigário também detinha o poder religioso. Seria preciso verificar em outras paróquias da região qual seria a porcentagem de afilhados que os padres adquiriam no período e verificar se o caso do Cônego Coutinho foi realmente relevante.

Entretanto é impossível estender esse resultado para outras comunidades da Paraíba no período em questão. Pode ser que se trate de uma especificidade por Pocinhos não ser um município na época e estar na órbita de influência de Campina Grande que, por sua importância demográfica e econômica fugia da organização coronelística dos outros municípios do interior paraibano. Porém, se estudos empíricos em outras comunidades no futuro vierem a confirmar a não existência de redes de compadrio em outras localidades, então a correlação entre compadrio e coronelismo na Paraíba terá de ser repensada.

Levando-se em conta que Gerard Prost (1967) e Ivony Saraiva (1981) viram correlações entre compadrio e economia em Pocinhos nos anos 60 e 80, podemos levantar duas hipóteses: ou estas relações se estabeleceram muito posteriormente, ou ambos os autores estavam equivocados. Seria preciso estudar os dados empíricos destas décadas para confirmar ou dispensar esta hipótese.

Ao se iniciar o trabalho, esperava-se que as lideranças político-econômicas locais, mesmo que não fossem típicos “coronéis”, tivessem a preferência no “mercado” do compadrio. Pensava-se que haveria uma rede de compadrio walfredista centrada na família Coutinho e outra rede epitacista centrada em seus rivais, especialmente José Martins de Oliveira e Abílio Marçal de França, porém esses, apesar de terem afilhados no período em questão, não chegaram a se destacar, estando apenas um pouco acima da média e não formando estruturas ao seu redor. Formaram-se duas estruturas, que não chegam a ser redes, como se disse no Capítulo II, uma centrada na família Coutinho e outra não em um líder epitacista, mas em uma pessoa quase anônima, José Alves do Nascimento.

Também se esperava que quando houvesse a convergência do walfredismo e do epitacismo em 1929 e 1930, as duas redes se entrelaçariam. Entretanto isso não ocorre senão em 1929 e com, no mínimo, quatro graus de separação e, mesmo assim, em três pontos, considerando-se que não havia nenhum outro “José Alves do Nascimento” no distrito, o que é duvidoso. Ou seja, não há nenhuma evidência que a convergência política das elites entre 1929 e 1930 tenha tido uma repercussão profunda na dinâmica social da paróquia, reforçando a ideia da micro-história mexicana de que os fatos gerais pouco influenciam as comunidades pequenas.

Ficou evidente que não existe localmente uma correlação automática entre coronelismo e compadrio, pelo menos no período estudado. Sem dúvida, algumas pessoas parecem buscar

formar um grupo de compadrio em volta do Cônego Coutinho, mas estes são apenas 1,7% do universo da pesquisa, o que significa que 98,3%, a esmagadora maioria, não pensa nessa estratégia. Levando-se em conta que 1,6% se agrupa em torno de uma pessoa politicamente obscura como José Alves do Nascimento, nos leva a crer que existe uma outra razão qualquer para as preferências que não o mero utilitarismo político-econômico. Isso vai contra a teoria estudada, a qual postulava que no coronelismo, especialmente no coronelismo “típico” da Primeira República, as relações de compadrio eram uma forma muito importante de se relacionar com o poder. Evidentemente, tais resultados não podem ser extrapolados para outras datas ou lugares, exigindo mais pesquisas a respeito.

Existem alguns fatores que podem levar a acreditar que essa falta de correlação direta entre compadrio e coronelismo em Pocinhos é um fato isolado. A primeira delas é que a localidade não era um município, mas fazia parte, administrativamente, do município de Campina Grande. Nunes Leal (2012) insiste na municipalidade do coronelismo, no que é seguido por muitos autores como Linda Lewin (1993). Talvez essa condição submunicipal seja um fator determinante para os resultados.

É provável também que Pocinhos fosse, já nessa época, uma comunidade muito grande para que o coronelismo tivesse uma ação direta na vida social. Outros estudos a respeito do mesmo tema tratam de comunidades menores. Aliás, é extremamente difícil definir o que é uma comunidade pequena como mostram autores como Ângela Maria Endelich (2017). É preciso lembrar que, até hoje, muitos municípios da Paraíba têm uma população tão pequena que não chegam a ser uma paróquia ou sediar uma comarca enquanto Pocinhos tem sua matriz desde 1907 e seu fórum desde a década de 1950 antes mesmo de sua emancipação. Os outros estudos sobre redes de compadrio que usam o método da seriação e tratamento estatístico, como Pedroza (2008), Sirtori e Gil (2011), Aquino (2019), tratam de comunidades com menos de mil habitantes e, como discutimos no ítem 3.1.1 do segundo capítulo, Pocinhos teria, no mínimo 2.807 e mais provavelmente 6.278 habitantes no período estudado. Pode ser então que o impacto direto do coronelismo de uma maneira estatisticamente relevante só possa ser verificado em comunidades municipais de menos de mil habitantes. Em comunidades maiores haveria múltiplos fatores que restringiriam a influência do “coronel”.

Por outro lado, estudos como o de Linda Lewin (1993), José Octávio de Mello (2014) e Eliete de Queiroz Gurjão (2020), embora não o digam explicitamente, levam a crer que Campina Grande e a cidade da Paraíba (atual João Pessoa), estavam fora de qualquer influência “coronelística” direta, sendo áreas de disputas políticas mais complexas. Pocinhos fazendo parte administrativamente de uma dessas áreas estaria, então, à margem da dinâmica coronelística, participando da ambientação política mais elaborada do município de Campina Grande. Em municípios em que não havia uma estrutura social tão elaborada, a influência eleitoral do coronel poderia então ser mais sentida.

Outro fator de atipicidade em Pocinhos seria o absentéismo da família Joffily. Os Coutinho não foram mais que lugares-tenentes daqueles até a década de 1960 (Sylvestre, 1982), assim, a influência dos Coutinho seria mitigada. Porém, essa não parece ser uma boa explicação, pois a relação política por apadrinhamento não se dava necessariamente entre o chefe político e o indivíduo, mas sim, na maioria das vezes, entre a pessoa do povo e um cabo eleitoral, havendo toda uma cadeia de clientelismo com vários graus de proximidade do centro do poder.

Assim, aparentemente, a possibilidade mais provável, no estado atual dos estudos, é que para haver uma influência direta e estatisticamente relevante entre coronelismo e compadrio seria preciso que a comunidade fosse pequena e administrativamente autônoma, de preferência sede municipal.

Quanto as observações de Gerard Prost (1967) e Ivony Lídia Monteiro Saraiva (1981) que disseram ter encontrado correlação entre o compadrio e o mandonismo local nas décadas de 1960 e 1970. Há também duas possibilidades, ou a observação de ambos foi incorreta, ou novas formações político-econômicas surgiram causando o aparecimento do fenômeno depois da época aqui em estudo. Lendo os trabalhos, vemos que ambos os autores chegaram à conclusão que o compadrio tinha uma influência econômica (ambos não tratam de política eleitoral) em Pocinhos através de entrevistas não-estruturadas, o que é um método diferente do que foi proposto nesta dissertação. Assim, aqueles trabalhos refletem a percepção que os entrevistados tinham da questão e não necessariamente um fato empírico.

Por outro lado, em 1954, Pocinhos é emancipado, passando a ser um município e, na década de 1960, os Coutinho praticamente saem da vida política pocinhense, se concentrando no recém-criados municípios de Puxinanã e Lagoa Seca. Em 1964, José Joffily é cassado por

ter sido líder do governo de João Goulart. Durante o Regime Militar, período estudado pelos dois autores citados, Pocinhos perderá suas lideranças tradicionais, tendo seus lugares político-administrativo ocupados por “forasteiros” e antigos cabos eleitorais secundários que ocuparão o vácuo de poder local. Essa instabilidade explicaria, talvez, o surgimento tardio do compadrio como estratégia de alianças político-econômicas observado por Prost e Saraiva que fizeram seus estudos justamente nesse período.

Ao terminar este trabalho, nos encontramos com mais dúvidas do que respostas, o que abre novas perspectivas para futuras pesquisas sobre o tema em questão.

Um trabalho que levantasse o estado da arte dos estudos a respeito do compadrio, dos estudos de redes sociais e do coronelismo seria de suma importância para sistematizar o campo de estudo. Ainda que haja poucos trabalhos a respeito, esse número vem crescendo, o que vai tornando difícil conhecer a todos ou pelo menos os mais relevantes.

Significaria muito averiguar outras dinâmicas sociais que pudessem estar por trás da relação de compadrio que não fosse meramente o interesse político-econômico, como vem sendo o foco até agora. Todos os trabalhos que foram consultados para esta dissertação colocam o compadrio quase como uma moeda de troca, uma maneira de adular um poderoso para dele conseguir proteção, ou de a classe dominante manter sua hegemonia conseguindo consolidar seu curral eleitoral ou sua clientela. Este trabalho mostrou que se isso pode ser verdade para alguns poucos casos, não o será para a grande maioria.

Seria importante verificar se a condição submunicipal dos distritos de municípios que são centros regionais foi um fator determinante para que neles não surgisse o coronelismo. Cabe lembrar que Pocinhos era um distrito eleitoral desde o século XIX e que o controle do “bico de pena” da ata eleitoral era uma das fontes do poder dos coronéis. Seria preciso estudar outras localidades para compreender essa dinâmica. Essa perspectiva parece ser sugerida pelo foco do trabalho clássico de Nunes Leal (2012) que identifica o coronelismo como uma das características do poder municipal durante a Primeira República. Isso levaria ao desafio de verificar o número máximo de habitantes de um município para haver um impacto direto do coronelismo.

Seria necessário também estudar outras paróquias da região para saber se o que acontece em Pocinhos é o comum ou exceção. Se o padre em todas as paróquias é o padrinho preferido, ou se isso é algo que se deu por ser o Cônego Coutinho membro de uma família influente da região.

Também seria imperativo estudar outros períodos da história de Pocinhos para saber se a dispersão estudada é típica do período em foco, ou se ela sempre se deu, especialmente no período do Regime Militar, tratado por Prost e Saraiva, para saber se eles estão certos ou apenas se deixaram levar por uma impressão.

Em suma, esta pesquisa contribui para uma melhor compreensão das relações sociais e políticas em Pocinhos durante a Primeira República. A constatação de que o compadrio não era tão difundido quanto se imaginava, indica que outras formas de sociabilidade e solidariedade devem ter sido importantes para a coesão da comunidade. Além disso, a utilização do método da seriação se mostrou eficaz para análise da questão, tendo um caráter bastante heurístico ao revelar aspectos inesperados do tema. Espera-se que este estudo possa ser útil para pesquisadores interessados na história social e política do Brasil, da Paraíba e de Pocinhos, suscitando novos trabalhos sobre o assunto.

Vale, lector, scriptor ibit ludere.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Antonio Silvino. A IMPRENSA. Paraíba, 11 dez.1914, p.2.

A Senhora Epitácio Pessoa distribui donativos. CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 28 mai. 1921, p.3.

Cooperativa de Crédito Agrícola de João Pessoa. A UNIÃO, ano XLVIII, n. 56, 12 de março de 1940, p. 8.

BARRETO, Milton. *Ether e o amor*. **Jornal das Moças**. Rio de Janeiro, nº 268, p. 27, 5 de agosto de 1920.

BRASIL. **Diario Oficial da União**. 18 set. 1918; p. 14, secção 1.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Parahyba**. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1929.

Noivos. O JORNAL Paraíba, 10 jul. 1924, p. 6.

Notícias. A VOZ DO SERTÃO. Patos, 6 dez 1914, p. 2.

O Jornal Social. O JORNAL. Paraíba, 22 dez. 1923, p. 3.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE POCINHOS, Livro de Batismos, v.6 (manuscrito).

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE POCINHOS, Livro de Batismos, v. 7 (manuscrito).

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE POCINHOS, Livro Tombo, v. 1, (manuscrito).

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE POCINHOS, Livros de Batismos, v.8 (manuscrito).

Portaria. O PUBLICADOR. Paraíba, 17 de jan. 1866, p.2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS. **Divisão Imobiliária da Cidade de Pocinhos – Paraíba**. Pocinhos (documento de circulação interna), 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS. **Arquivo de Leis**. Disponível em <https://pocinhos.pb.gov.br/category/leis/> . Acesso em 19/03/2023.

Referências

ADISSI, Paula Oliveira. **Estado, mídia e criminalização do MST: um estudo a partir do caso de Pocinhos (PB)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília, Senado Federal, 2012.

ANDERSON, Perry. **Los Fines de la historia**. Barcelona: Anagrama, 1996.

ANDRADE, Mateus. Da senzala à capela. Compadrio, redes sociais e algumas considerações sobre o lugar social de ‘pardos livres’ nas Minas Gerais oitocentistas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 7, n. 14, p. 78-99, dezembro de 2015.

AQUINO, Israel da Silva. **Redes de compadrio: Hierarquia e interdependência**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rio-grandense, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2019.

ARAÚJO, Clébia Geneva Lucena de. **Atenção ouvintes! A difusora anuncia por seus altofalantes notícias, músicas, diversão, memórias e história. É “a voz de Pocinhos” que entra no ar, transforma e anima o cotidiano Pocinhense (1951-2013)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2016.

ARCHANJO, Carlos J. ; VIEGAS, Luiz G.; FREIMANN, Marcelo A.; HOLLANDA, Maria Helena B. M. O Lineamento Patos: estrutura e evolução. In: **Simpósio de Geologia do Nordeste**. 25º Símposio da Província Borborema III, Gravata-PE, 2013.

ARIAS, Patricia. *Luis González. Microhistoria e historia regional*. **Desacatos**, Guadalajara, n. 21, maio-ago 2006, pp. 177-186.

AUSTIN, John Langsham. **Philosophical Paper**. Oxford: Oxford University Press, 1970.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do espírito científico: uma contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BARBOSA, Cristiano. A História da carteira de trabalho no Brasil. In **JusBrasil**. Disponível em <https://apoiotransportes07646.jusbrasil.com.br/artigos/1294991158/a-historia-da-carteira-de-trabalho-no-brasil>. Acesso em 01/03/2023.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: A Escola dos Annales e a Nova História**. Petrópolis, Vozes, 2012.

BARROS, Rafaela da Silva Castro; DA SILVA, Alex Pereira. Anos 60: os impactos na vida cotidiana dos pocinhenses com a chegada da sétima arte. **Anais eletrônicos da VIII semana nacional de história do CFP/UFMG**, p. 118, 2017. Disponível em

https://www.eventoshistoriacfp.com.br/_files/ugd/4d02a6_d35dec27fafa4cc687b2f1eb657ba295.pdf Acesso em 15/11/2022.

_____. **Educador, líder político e agente eclesiástico: entre práticas, representações e trajetórias de padre Galvão em Pocinhos-PB (1940-1965)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2022.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Escuela de Historia**. Rosário, ano 4, n. 6, 2012, p. 107-135.

BURT, R. **Structural holes** – the social structure of competition. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. João Pessoa: Dpto. De Publicidade do Estado da Paraíba, 1947.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano**. 8ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**. Online, v. 40, n. 2, 1997 pp. 229-250. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em 13 dezembro 2022.

_____. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

_____. Prefácio à sétima edição. In LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto**. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p 9-20.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.) **Da Língua ao Discurso: Reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

COSTA, Sergio Ricardo Araujo. **A Feira de Pocinhos em sua diversidade: mudanças e resistências**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Curso de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

DUCROT, Oswald. **O Dizer e do Dito**. Campinas, Pontes: 1987.

ENDLICH, A. M. . Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, M.C; COSTA, F. R.. (Org.). **Estudos Urbanos: Conceitos, Definições e Debates**. Campo Mourão: Fecilcam - Unespar, 2017, v. 1, p. 33-53.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 9ed. São Paulo: Globo, 1993.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 - c. 1844). **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, jul/dez 2014, p. 362-413.

FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura. Irineu Jóffily, o Moço: Os que o chamávamos “Doutor Neneu”. In MELLO, José Octávio de Arruda. **História e debate na Assembleia da Paraíba**. João Pessoa, Sal da Terra, 2006, p. 221-292.

FIORAVANTE, Fernanda. Considerações acerca da Análise de Rede Social nas sociedades de Antigo Regime. **Revista de Teoria da História**. Goiânia, v. 10, n. 2, 2013. p. 221-240.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. **Anais do V encontro Nacional da ANPOLL**. Porto Alegre: ANPOLL, 1991.

FOLETTI, Arlene G. **No Rodeio das relações: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos)**. 2012. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 74- 106, 2010.

FREEMAN, Linton C. Some Antecedents of social network analysis. **Connections**. S/l, v. 19, n. 1, p. 39-42, 1996.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GOMES, Iordan Queiroz. **A Família Pessôa, o prestígio e a tradição: Encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GUIMARÃES, Beatriz Freire; SANTOS, Juvandi de Souza. Relação do cólera com a construção identitária da cidade de Pocinhos. **Revista Tarariu**. Campina Grande, ano VIII–vol.1, n 16, 2020, p. 18-27.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Para onde vai o poder, a feira vai atrás. In GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas de Campina Grande**. Campina Grande, Secretaria da Educação, 2000, p. 35-60.

_____. **Vida e Morte das Oligarquias: Paraíba, 1889-1945**. 2ed. João Pessoa, CCTA, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Pocinhos.
Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pocinhos/panorama>. Acesso em 09/02/2023.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução: Cinquenta anos depois**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JOFFILY, Geraldo Irineu. Introdução. In JOFILLY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília, Thesaurus: 1977.

JOFFILY, José. **Entre a Monarquia e a República: Ideias e lutas de Irineu Joffily**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1982.

JOFILLY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília, Thesaurus: 1977.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Elite Política de Passo Fundo/RS Entre 1945 E 1964: Do Local ao regional. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados, vol. 8 n., jan/jun, 2014, pp. 1-14.

KNOWLES, M. D. **Presidential Address: Great Historical Enterprises III. The Monumenta Germaniae Historica**. Transactions of the Royal Historical Society. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

KÜHN, Fabio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. Tese (Doutorado em História). 2006, - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2006.

INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto**. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LOPES, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 7ed.. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas, Pontes, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

MARIZ, Celso. **Ibiapina, um Apóstolo do Nordeste**. 2 ed. João Pessoa: Universitária, 1980.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antônio Braz de O. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MARTINS, Eduardo. Evolução do Jornalismo Paraibano. *In*: MELO, José Octávio de Arruda (org). **Paraíba, conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa, Grafset, 1993.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Revolução Estatizada**: Um estudo sobre a formação do centralismo em 30. Campina Grande, EDUEPB, 2014.

MILGRAM, S. The Small world problem. **Psychology Today**. *S/I*, vol. 2, pp. 60-67, 1967.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias**. Rio de Janeiro: Nacional, 1939.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. 4ed. São Paulo, Cia das Letras, 2011.

MUAZE, Mariana. Por uma micro-história da família. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

NACIF, Paulo Cezar Miranda. Padrinhos, afilhados e compadres: apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. ANPUH. Natal, julho, 2013.

NAVARRO, Juan Manuel García. Problemas de Fermi : suposición, estimación y aproximación. **Épsilon - Revista de Educación Matemática**. v 30(2), n 84, 2013, p. 57-68.

OLIVEIRA, Deuzimar Matias de. **Nas Trilhas Do Cangaceiro Antônio Silvino**: Tensões, Conflitos E Solidariedades Na Paraíba (1897 1914). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011; p. 133.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. ; BUENO, Newton Paulo. Análise de redes sociais em História: noções básicas e sugestões de aplicação. **XVIII Encontro Regional de História ANPUH -MG, 2014**, Juiz de Fora/MG. Anais do XIX Encontro Regional de História. Profissão Historiador: formação e mercado de trabalho. 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/34/1401385226_ARQUIVO_anpuhpaper29-05corrigido.pdf . Acesso em 23/10/2022.

PECHEUX, Michel. **O Discurso, estrutura e acontecimento**. 5ed. Campinas, Pontes, 2008.

PEDROZA, Manoela. Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17 p. 67-92, jul/dez. 2008.

PINTO, Luís. **Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba**. Rio de Janeiro, Leitura, 1973.

PIRES, Aloildo Gomes. **Eleições Presidenciais na Primeira República** - Uma Abordagem Estatística. Salvador: Autor, 1995.

PORFIRIO, Waldir. **José Joffily**. João Pessoa, A União, 2000.

POSSENTI, Sírio. **Os Limites do discurso**. 2ed. Curitiba, Criar, 2004.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

PROST, Gérard. Dans le Nord-Est du Brésil: Les pionniers du Cariris dans la Borborema semi-aride (premier article). **Cahiers d'outre-mer**. N° 80 - 20e année, p. 367-393; out.-dez 1967.

_____. O Cariri semi-árido transformado pela agave. In **Revista Brasileira de Geografia**. v. 30 n. 2. 1968a p. 21-54.

_____. O Agreste de Esperança. **Revista Brasileira de Geografia**. V. 30 n. 3. IBGE, 1968b.

QUEIROZ, Maria Isaura de. **O mandonismo local na vida pública brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, Belo Horizonte: 174 UFMG, n. 31, p. 41-68, 2004.

REVEL, Jacques (org). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, George do Nascimento; TEOTIA, Harendra Singh; MARACAJÁ, Vívian Patrícia Borba Borges; BARROS, Diogo Fernandes. Mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal no agreste paraibano: municípios de Pocinhos e Puxinanã. **Revista Caatinga**, vol. 21, núm. 2, abr-jun, 2008, pp. 231-244 Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró.

RIBEIRO, Hotêncio de Souza. **Vultos e fatos**. S/l, Governo do Estado da Paraíba, 1979.

RIBEIRO, Maria Luiza da Costa. **Dinâmicas de produção do espaço em cidades de pequeno porte populacional** - O caso de Pocinhos-PB. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023.

ROCHA, Solange P. População, compadrio e trajetórias de gente negra na Cidade da Paraíba oitocentista. **Sæculum - Revista de História** [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015, p. 183-199.

RODRIGUES, Gilda de Castro. Camponesas do Cariri Paraibano. In **Anais do VII Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de São Pedro (SP) - 26 a 28 de out 1983.

RODRIGUES, Inês Caminha L. República Velha e oligarquias na Paraíba. In MELO, José Octávio de Arruda (org). **Paraíba, conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa, Grafset, 1993.

SANTANA, Martha Falcão de Carvalho. Joffily, um parlamentar combatente. *In*: MELLO, José Octávio de Arruda (org.) **A Paraíba por si mesma**. Campina Grande, EDUEPB, 2012 (207-224).

SANTOS, Manuel José dos. **De Princesa ao Catete**. Rio de Janeiro, AAFBB, 1979.

SARAIVA, Ivony Lúcia Monteiro. **Cooperativa de sisal sociedade anônima**. 1981. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) – Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, 1981.

SILVA, José Hornyhelthow Lucas da. **Formação territorial e geografia histórica de São João do Cariri**: Notas jurídicas e políticas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2019.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. **5o. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.escravidaoliberdade.com.br%2Fsite%2Fimages%2FTextos5%2Fsirtori%2520bruna%2520e%2520gil%2520tiago%2520luis.pdf&clen=511132&chunk=true> . Acesso em 18/08/2021.

SOARES, Roniere Leite. **Resquícios Cangaçais**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) –Mestrado Interdisciplinar de Ciências da Sociedade, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2005; p. 58.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-quilos**. 2ed. Rio de Janeiro: Nacional [Brasileira], 1978.

SOUZA JÚNIOR, Zenildo Soares de. **Coronéis e compadres**: família, poder e lealdade no sertão. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SUASSUNA, João. **Mensagem apresentada pelo presidente do estado da Parahyba à Assembléa legislativa na abertura da sua 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura**. Paraíba, Imprensa Oficial, 1925; p. 101.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte**: fatos e personagens da história de Campina Grande. Brasília, Senado Federal, 1982.

TOSCANO, Eugênio. A República na Paraíba. *In* MELO, José Octávio de Arruda (org). **Paraíba, conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa, Grafset, 1993.

UBERTI, Hermes G. **Abençoando neófitos, tecendo redes socio-familiares na freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari - RS, 1854 - 1912)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Unisinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2016.

UCHOA, Boulanger de Albuquerque. **História Eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro, s/i: 1964.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial: 1500-1808**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2000, p. 126-127.

_____. **Os protagonistas anônimos da História: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELOS, Lia. Demografia - Retrato do futuro. **Desafios do Desenvolvimento**. Ano 3, ed. 26. 2006. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1112:reportagen#:~:text=A%20m%C3%A9dia%20de%20filhos%20por,1%2C%20entre%201999%20e%202004. Acesso em 10 Jul 2023.

VENÂNCIO, Renato; SOUSA, Maria José; PEREIRA, Maria Teresa. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História. São Paulo**, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006

VICTOR, Plínio Araújo. **Ibiapina e os donos da Memória**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Grad. em História-UFPE, Recife, 1995.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. Social Network Analysis: methods and applications. In: BIDART, Claire, DEGENNE, Alain; GROSSETTI, Michel (orgs). **Structural analysis in social the social sciences series**. 2ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.